

**Da Clandestinidade para a Liberdade: histórias de vida de
mulheres comunistas**

Sara Alexandra Calado Gonzalez

**Dissertação de Mestrado em
Sociologia - Comunidade e Dinâmicas Sociais**

Novembro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, na especialização de Comunidade e Dinâmicas Sociais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Dias.

À minha avó Mariana

“E então relembro as palavras que de aí escreveste «Há que ter fé nos homens. Nem toda a gente é má». Penso na tua velha esperança quando afirmas que «dias melhores hão-de chegar» (...) E então espero. Espero e tento imaginar como será esse dia – por certo longínquo – pelo qual tanto lutas, pelo qual tanto sofres, e que me anuncias com a mesma força, a mesma certeza de, quando caminhavas a meu lado, sorridente e confiante, pela estrada fora”

(Manuela Câncio Reis, Eles Vieram de Madrugada)

AGRADECIMENTOS

À Conceição, à Faustina, à Mariana, à Domicilia, à Evelina, à Lourença e à Adelaide pela disponibilidade e a vontade de contarem as suas vidas e momentos mais difíceis. Pela partilha de experiencias que me fizeram compreender a importância de nunca desistir por mais sinuoso que o caminho seja. O meu muito obrigado, pois sem a vossa vontade e força esta tese não existiria. Também ao Armando e Domingos pela amabilidade por me terem cedido tempo das suas vidas.

Gostaria de agradecer também ao Professor Doutor Nuno Dias meu orientador, pelos conselhos essenciais que permitiram o meu avanço. Pelos momentos de partilha de ideias como também pela segurança dada nos momentos de maior dúvida ainda por ventura admissivelmente ingénua.

Aos meus pais que possibilitaram fazer o mestrado e me apoiaram nas decisões que tomei e permitiram o meu crescimento enquanto pessoa. Ao meu irmão por partilharmos gargalhadas que me ajudaram a passar os momentos mais estenuantes.

Aos meus colegas e amigos que em horas de algum cansaço conseguiram por a minha moral em cima e que ao mesmo tempo, ouviram as minhas dúvidas e lamúrias. Em especial, a Ines e Laura por partilharmos da mesma condição e amizade que nos ajudou umas as outras passarmos por cima de hesitações e termos bons momentos de descompressão.

Ao João, pelo apoio e amizade e por nunca ter duvidado da minha capacidade de atingir os meus objectivos.

RESUMO

Este trabalho resulta de uma investigação focada nas histórias de vida de mulheres comunistas num momento de profundas transformações da sociedade portuguesa. A sua integração e militância no Partido Comunista Português é constitutiva da sua identidade. O contexto dessa militância, durante a ditadura e sujeita aos mecanismos alargados de repressão desenvolvidos pelo Estado Novo, teve como consequência a criação e sofisticação da dimensão clandestina da organização e actividade política. Neste sentido, o ponto de partida para a nossa investigação é a memória da reflexividade política das nossas interlocutoras, antes da entrada no PCP e no momento de entrada no aparelho clandestino comunista. Focámo-nos nas tarefas políticas, ritmos de trabalho e quotidiano de formação política/ideológica durante a clandestinidade, em conjunto com o universo alargado de sociabilidades desenvolvidas dentro desta circunstância relacional. Todavia, a perspectiva de género a partir da qual construímos o nosso percurso pretendia não apenas olhar para a condição da mulher na clandestinidade, instituição já relativamente escrutinada em outros trabalhos, mas, em particular, olhar para essa condição no fim do regime ditatorial e durante o período revolucionário a partir da experiência militante e social destas mulheres. Num contexto político e social em que a luta pela emancipação feminina se intensificou, a memória desta mulheres sobre os processos de transição para a democracia são centrais para compreender as dinâmicas de mudança e de continuidade nas relações de género na sociedade portuguesa. Como suporte metodológico, apoiamonos em fontes orais - histórias de vida e consequentes entrevistas - e outras fontes documentais.

Palavras-chave: Histórias de Vida; Género; Partido Comunista Português; Clandestinidade; 25 de Abril

ABSTRACT

This work results from a research it focus on life stories of communist women in a moment of profound transformations in the Portuguese society. Their entrance and political activism in the Portuguese Communist Party integrate their identity. The context of this activism, during the dictatorship and subject to the repression mechanism developed by Estado Novo, had as consequence the creation and sophistication of the clandestine apparatus. In this regard, our starting point is the memory of political reflectiveness of our interlocutors before their entering in PCP as well in the clandestine organization. We focus on the political tasks, work rhythms and everyday life of the political/ideological formation during clandestinity together with the extended sociability universe developed in this circumstantial relation. However the gender perspective which we built our path aimed not only to look to the women's condition during clandestiniy, institution relatively well studied, but in particular looking to that condition in the end of the dictatorial regime and during the revolutionary process from the political activism and social experience of these women. In a political and social context in which the fight for feminine emancipation intensified, these womens memory of the transition processes to democracy is central to understand the change dynamics and continuity of gender relations in the Portuguese society. As a methodological support, we rely on oral sources - life stories and subsequent interviews – and documentary sources.

KEYWORDS: Life Stories; Gender; Portuguese Communist Party; Clandestinity; 25th of April

Índice

1. Introdução	1
2. Género e Memória	7
2. PCP–dos anos de instabilidade à construção de um aparelho clandestino	22
3. – A clandestinidade	33
3.1. Da participação política ao “mergulho” na clandestinidade	33
3.2. Viver na Clandestinidade – as tarefas	39
4.2. Crianças na clandestinidade	58
4.3. O Estudo	61
4.4. Perseguição e Prisão Política	71
4. Um novo começo: mulheres comunistas entre 1974-1975	87
4.1. As mulheres e a revolução: perspectivas em torno da mulher	97
4.2. Mazelas da clandestinidade	109
Conclusão	114
Referências Bibliográficas	117
Artigos de Jornais	123
Fontes Orais	123
Fontes Documentais:	123
Fonte Audiovisual:	124

Esta dissertação não foi escrita segundo o novo Acordo Ortográfico.

1.Introdução

Nos dias e tardes que passava com a minha avó era normal, e a certa altura expectável, ouvi-la relatar os tempos difíceis passados nos campos alentejanos onde a comida era escassa e o trabalho indispensável para a sobrevivência de uma família de 13 pessoas. Também ela mulher vivendo num regime ditatorial foi impedida de frequentar a escola porque tinha de ajudar nas tarefas de casa e no campo. Apenas à noite, com os livros dos irmãos, com esforço e dedicação, aprendeu a ler sozinha. Este cenário foi-se fazendo parte do meu imaginário. Só perante a tarefa de escrever uma introdução ao trabalho que aqui se apresenta me confrontei com uma das razões para a escolha deste tema. Era essa a minha imagem - e que permanece – dos anos do fascismo, o fascismo onde as mulheres não podiam ir à escola porque tinham deveres em casa para cumprir.

Já com outra maturidade e leituras aprofundadas e sobre o que foi o fascismo, durante uma entrevista para um trabalho de licenciatura a Faustina Barradas, que contava a sua vida, passada grande parte na clandestinidade, a curiosidade sobre esse tempo histórico tornou-se maior. Muitas perguntas ficaram por fazer e as interrogações aumentavam.

Durante o Estado Novo, o Partido Comunista Português foi das poucas organizações políticas que conseguiu manter um combate anti-fascista duradouro e organizado. Esta organização deveu-se em parte ao forte aparelho clandestino que, combinado com outras formas de organização, permitia uma maior agilidade no campo de acção política. Mas em larga medida, salvo algumas excepções, a evocação do combate antifascista remete para ambientes masculinos, nos quais participação das mulheres é secundarizada ou até inexistente.

É neste sentido que esta investigação tenta conjugar numa linha temporal, assente na vida das mulheres comunistas clandestinas, o período que vai do fascismo até à Revolução dos Cravos. Compreender as transformações ocorridas nestes dois momentos a partir das histórias de vida e das perspectivas destas mulheres torna-se importante visto que apesar de existir literatura sobre a clandestinidade e mulheres clandestinas, não existem trabalhos sobre o “depois” da clandestinidade. Desta forma, o período temporal inicia-se em 1951 – ano no qual uma das entrevistadas entra na clandestinidade – para se ‘fechar’ no período de 1974/1975.

Este trabalho inicia-se com uma tentativa de enquadrar historicamente o Partido Comunista Português na construção do seu aparelho clandestino; e procura compreender as implicações do “viver em clandestinidade”; para, então, identificar e problematizar o papel das mulheres no aparelho na sua relação com a reflexão política do PCP sobre as mesmas. Por fim, tentarei compreender que tipo de transformações ocorreram na vida destas mulheres durante o período revolucionário: tiveram outro trabalho político? Que tipo de trabalho? Como foi viver em liberdade e deixar para trás os condicionalismos da clandestinidade? Como foi gerir uma vida em família com o trabalho partidário? Que importância estas mulheres dão ao 25 de Abril na emancipação da mulher portuguesa?

Este é por si também um tema caro às ciências sociais, em particular à História, e que se pauta por um confronto historiográfico que decorre há largos anos entre as leituras que definem o fascismo, e consequente revolução, como apenas um momento de transição entre regimes políticos, e as leituras que sublinham o carácter de ruptura e de mudança para um novo contexto social, político e económico permitido pela revolução. Pode dizer-se que mais do que uma disputa metodológica, falamos aqui de um conflito ideológico-político.¹ Este revisionismo tem sido consolidado por uma historiografia apoiada nas correntes neoliberais e neoconservadoras iniciadas em 1950 com a *Origem do Totalitarismo*.² Como Tiago Matos Silva refere: “Se por um lado o 25 de Abril é votado a uma omissão cor-de-rosa, tocando-se apenas no assunto ao de leve e normalmente com um ar comprometido, já o Estado Novo é aberta e despudoradamente reabilitado e “revisto”³. Este trabalho pretende, portanto, observar também os discursos destas interlocutoras sobre as consequências da revolução nos espaços do quotidiano, daqueles que habitualmente escapam às leituras macrossociais a partir da qual se constroem as representações dominantes sobre a história.

Antes de avançarmos importa aditar uma nota sobre a minha circunstância biográfica. Sou membro da Juventude Comunista. Se, por um lado, essa filiação facilitou o primeiro contacto com as minhas duas informantes, por outro lado, isso não significa

¹ V. Cruzeiro, Maria Manuela. 2011. “‘Revolução’ e Revisionismo Em Portugal Nos Primórdios Do Século XX.” In *Portugal 1974*, edited by Rui Cunha Martins. Imprensa da Universidade de Coimbra.

² V. Melo, Demian Bezerra de. 2014. *A Miséria Da Historiografia: Uma Crítica Ao Revisionismo Contemporâneo*. Consequência.

³ Silva, Tiago Matos. 2002. *Pais de Abril, Filhos de Novembro*. Dinossauro.p.150.

que a minha investigação siga um modelo participativo, no sentido de uma investigação militante⁴.

A percepção da influência da minha militância partidária colocou-se em primeiro lugar, no interesse, na formalização e no decorrer do meu trabalho; e em segundo lugar, na não supressão deste facto às informantes que concordaram participar neste trabalho. Esta informação, permitiu criar uma relação de confiança e de abertura entre entrevistadas e entrevistadora. Esta familiaridade permitiu também atenuar uma possível condicionante, a idade, que poderia ter colocado alguns entraves devido ao corte “geracional” existente. Como sublinha Miguel Vale de Almeida⁵, ignorar o nosso envolvimento é também permitir um engajamento por defeito, impedir que se tomem ponderações metodológicas que assegurem o carácter científico do trabalho em curso, ou seja, é necessário termos em mente que a investigação segue regras e preceitos científicos. Da mesma forma que seguimos esta “narrativa ficcionada” é necessário separar a identidade social do investigador em cada contexto e como o conhecimento científico dialoga com esse mesmo engajamento. Apenas realizando este exercício de consciência reflexiva constante⁶ poderíamos afirmar que após a realização da pesquisa, o escrutínio e avaliação das circunstâncias e opções metodológicas da pesquisa concordariam com uma linha científica rigorosa.

Para compreender a forma como a clandestinidade e o período de 1974-75 foram encarados e vividos pelas mulheres com quem trabalhámos recorreremos à fonte oral. Diferente da tradição oral que é transmitida e partilhada, a fonte oral, incorpora narrações individuais que não são formalizadas e que incitam a discussão e, o debate⁷. Não se trata apenas de recolher informação e ordená-la “correctamente” mas antes aplicar um método de investigação e obter dele conhecimento⁸.

A história de vida acaba assim por permitir enquadrar um vasto conjunto de dados biográficos que contêm um elevado grau de subjectividade. A biografia permite assim ter uma perspectiva alargada da forma como a vida destas mulheres foi sendo (re)definida e,

⁴ V. Huges, Nancy Scheper. 1995. “The Primacy of the Ethical: Proposition for a Militant Anthropology.” *Current Anthropology* 36 (3): 409–40.

⁵ Almeida, Miguel Vale de. 2002. “Citizenship and Anthropology: Perplexities of a Hybrid Social Agent.” *Plenary Session “The Challenges of Engagement.* Copenhagen.p.5

⁶ Idem, ibidem

⁷ Portelli, Alessandro. 2013. *A Morte de Luigi Trastulli E Outros Ensaios.* UniPop.p.79

⁸ Cardina, M. (2011). Usos políticos da memória: caminhos e potencialidades. In P. Godinho (Ed.), *Ussos da memória e práticas do património.* Edições Colibri.p.30

por via da captação da relação entre os planos individual e colectivo, a compreensão do contexto social e histórico da época. Permite, igualmente, enfatizar a acção de grupos subalternizados, os resistentes antifascistas, com a relevância suplementar dos sujeitos em análise serem protagonistas de um processo de dupla subalternização: enquanto resistentes e mulheres.

A subalternização das mulheres reflecte-se também na história académica das questões de género. Esta foi também uma das questões presentes tanto na escolha do objecto de estudo como na sua formalização. A exclusão das mulheres dos documentos escritos abriu portas para um questionamento dessa primazia e para uma consequente validação da oralidade como fonte relevante. Alguns Historiadores desocultaram vozes até então desconsideradas, focando-se no papel desempenhado pelas mulheres em momentos e circunstâncias históricas particulares⁹

Durante a investigação foram entrevistadas sete mulheres que militavam no PCP durante a clandestinidade. Destas, cinco mantiveram-se politicamente activas entre 1974/1975. Recorremos a duas informantes iniciais através de contacto directo com o PCP e, seguidamente, optámos pelo método de bola de neve para a obtenção dos restantes contactos. Não se procura neste trabalho uma análise explicativa universalista produzida a partir da amostra. Antes, pretendemos compreender a intimidade e o trabalho partidário destas mulheres, bem como as relações entre ambas as dimensões, com maior profundidade. O número de entrevistas permitiu, ainda assim, recolher narrativas preenchidas por expressões, emoções, pensamentos e múltiplas interpretações¹⁰. Também fizeram parte da amostra dois companheiros de duas informantes junto dos quais foram realizadas entrevistas semi-diretivas. As entrevistas também aos companheiros¹¹ deve-se ao facto de entendermos contribuir para uma maior compreensão das dinâmicas relacionais -enquanto casais e de camaradagem, entre outros. Infelizmente não foi possível entrevistar mais homens devido a constrangimentos pessoais e de idade avançada. Foi também utilizada literatura que compendia entrevistas realizadas a protagonistas dos contextos sociopolíticos em análise.

⁹ Salvatici, Silvia. 2005. “Memórias de género: reflexões sobre a história oral de mulheres”. *História Oral* 8 (1):29-42.

¹⁰ Denzin, Norman K., Yvonna S. Lincoln. 2005. *Narrative Inquiry: Multiple Lenses, Approaches, Voices*. Sage Publications.P.656

¹¹ No caso destas duas entrevistas ambos os companheiros eram maridos das informantes

As entrevistas decorreram na sua maioria nos CT's do PCP ou em lugares públicos como cafés ou jardins e corresponderam ao modelo de entrevistas não-directivas permitindo espaço para as entrevistas comentarem ou abordarem assuntos que surgiam naturalmente na conversa.¹² Ao longo do decorrer das entrevistas surgiram algumas questões que passo a enumerar. Primeiro, grande parte das informantes já tinham participado em entrevistas apresentando um discurso estruturado, coerente e de certa forma “oficial”. Esta situação levantou algumas dificuldades no aprofundamento de certas matérias. Optámos nestes momentos por uma abordagem a questões mais pessoais com o objetivo de abrir outros caminhos que permitissem chegar aos universos desejados. Pozzi sugere que, são os militantes ou activistas de esquerda que mais dificuldade têm em responder a perguntas que requisitam as suas opiniões e sentimentos ou que questionem a coerência da narrativa visto que os mesmos são confrontados com a justificação/explicação das suas derrotas sofridas. Por outro lado, os “novatos” acabam por ter um discurso menos estruturado e incoerente sendo tarefa do entrevistador identificar e diferenciar opiniões pessoais e oficiais¹³ Opiniões oficiais que podem corresponder a uma hegemonização da visão e logo do discurso sobre determinados momentos ou práticas.

Segundo, muitas vezes ao terminar uma entrevista era salientado o facto deste trabalho ser importante para que o passado não seja esquecido. Esta urgência e necessidade de falar acaba por explicar, pelo menos parcialmente, a participação destes militantes. Muitos deles, até mesmo depois da reforma, têm como tarefa, delegada pelo PCP, participar em peças jornalísticas, ir a escolas falar sobre o assunto etc. Terceiro, é de esperar que conforme o percurso de vida de cada um haja aspectos que os mesmos não querem abordar ou aprofundar devido a uma carga emocional muito intensa. É comum visto que narrar determinados acontecimentos é (re)vivê-los. Alguns momentos das entrevistas foram delicados e é necessário que o entrevistador tenha a sensibilidade e capacidade para compreender os limites da interação com os sujeitos da investigação. Neste sentido, alguma informação foi deixada de lado.

Para uma boa utilização da fonte oral é necessário também cruzá-la com outras fontes e materiais, dado que o material resultante das conversas entre investigador e

¹² Burgess, Robert. 1984. “Interviews as Conversations.” In *In the Field*, edited by Robert Burgess. George Allen & Unwin.p.102

¹³ Idem, Ibidem

investigado necessita de ser complementado, verificado e/ou corrigido¹⁴. Neste caso, levantamos e analisamos primeiro, o jornal *Avante!*, *O Militante* e *A Voz das Camaradas*. Segundo, consultamos na torre do tombo as fichas e processos da PIDE de algumas das entrevistadas. Este último ponto carece de algum cuidado pois como Irene Pimentel sublinha: “ (...) por exemplo, sabe-se que a maioria dos interrogatórios policiais são feitos de perguntas e respostas imprecisas, frequentemente com lacunas, de parcelas, de frases e de pedaços de vida, cujo fio condutor é, na maior parte do tempo, pouco visível. (...) as torturas infligidas pela PIDE/DGS, que esta polícia teve o cuidado de nunca mencionar por escrito.”¹⁵ Ao longo deste trabalho, no confronto permanente entre a oralidade e o texto documental, deparei-me com algumas inconsistências entre ambos o que reforça a necessidade de vigilância e cautela no tratamento e interpretação das fontes - tanto orais quanto escritas.

¹⁴ Rodrigues, Aurora. 2011. *Gente Comum Uma História Na PIDE*. 100luz.p.21

¹⁵ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.13

2. Género e Memória

Neste capítulo iremos confrontar bibliografia que diz respeito ao conceito de género e memória. Interessa-nos mobilizar o conceito de género porque é parte do nosso objecto de estudo: mulheres funcionárias e militantes comunistas durante o fascismo e, mais tarde, no período revolucionário. Por sua vez, o conceito de memória torna-se fundamental pois trabalhamos com o passado mas por via de recordações e reinterpretações desse passado organizadas e verbalizadas no presente.

De uma forma geral, o género abrangia o masculino e o feminino que continham determinados traços e comportamentos que os diferenciavam. Neste sentido, o género era tido como um factor biológico já pré-determinado não se falando de género mas, antes de sexo, construindo um pensamento binário. Foi com a segunda vaga de feminismo, entre os anos 60-70 que a luta das mulheres ganhou novas dimensões juntamente com os movimentos pós-guerra, como os protestos contra a guerra no Vietnam, movimentos LGBT, movimentos de “black power” e direitos civis. Consequentemente, eram realçadas várias questões como a sexualidade, a família, o local de trabalho, os direitos reprodutivos e as desigualdades legais. Esta segunda vaga foi bastante influenciada por Simone de Beauvoir a partir da obra *O Segundo Sexo* em que apontava para a possibilidade de existência de uma fraternidade entre homens e mulheres que ia para além das diferenças biológicas. A mulher era vista como o “outro” do homem sem ter direito ou oportunidade de formação do próprio “eu”¹⁶. De uma forma geral, eram reivindicadas uma irmandade e uma solidariedade universal¹⁷. Contudo, nos anos 80, introduz-se a componente de diferenciação, ou seja, a partir da identidade criticou-se a existência de um programa político feminista produzido por mulheres brancas de classe média em detrimento do cruzamento das dimensões de classe, racial e da sexualidade. Discutiu-se o movimento feminista hegemónico enquanto espaço que essencializava a historiografia feminista a partir do pressuposto que todas as mulheres partilhavam uma mesma condição de opressão. Esta nova abordagem permitiu assim incluir as “outras” mulheres.

¹⁶ Kristeva, Julia. 2004. “Is There a Feminis Genius?” *Critical Inquiry* 30 (3): 493–504.

¹⁷ Krolokke, C & Anne Scott Sorensen. 2006. “Three Waves of Feminism: From Suffragettes to Grrls.” In *Gender Communication Theories & Analyses: From Silence to Performance*, 1–25. p.17

Mesmo antes do culminar da segunda vaga do feminismo, Margaret Mead já lançava um novo enquadramento para o estudo das sociedades “primitivas”. No seu livro *O homem e a Mulher*, culminar do seu trabalho nas ilhas trobriandesas, a partir de uma análise psicológica e cultural aponta que é a partir da infância que as crianças acabam por incorporar os estereótipos sexuais que influenciam mais tarde o seu comportamento, temperamento e actividades envolventes: “A ideia de macho numa dada sociedade pode corresponder de forma muito exacta ao temperamento de um tipo masculino. A ideia da fêmea pode corresponder à que pertence ao mesmo tipo, ou ainda à de outro tipo qualquer”¹⁸. Também no seu livro *Sex and Temperament* Mead nota que em determinadas comunidades certas características que são reconhecidas como femininas poderão ser reconhecidas enquanto masculinas em outra comunidade, inferindo daqui a ausência de base que permitisse vincular temperamento e sexo¹⁹

Enquadrada neste pensamento Ortner sublinha que a mulher está subordinada em todas as culturas devido a um dominador comum universal: a desvalorização da natureza em todas as sociedades sendo que a conceptualização e simbolização desta desvalorização é culturalmente criada e influenciada tanto pela sua diversidade quanto pelo contexto histórico²⁰ O argumento central da autora não corresponde a uma associação “fácil” de o homem ser identificado com a cultura e a mulher com a natureza mas antes que a cultura reconhece a participação da mulher em momentos especiais mas acaba por ligá-la mais à natureza do que o homem²¹ Apesar de Ortner considerar que se trata de uma construção cultural vale a pena dizer que partindo desse mesmo princípio e da sua relatividade acaba-se por concluir que não é possível dizer que a mulher é desvalorizada de forma universal: primeiro, porque existem sociedades que demonstram o contrário; segundo, o próprio conceito de cultura não é imutável.²²

Desta forma, a categoria de mulher requiere também cuidado na análise visto que os comportamentos, atributos, imagens e actividades associados à mulher são determinados histórica e culturalmente²³.

¹⁸ Mead, Margareth. 1970. *O Homem E a Mulher*. Editora Meridiano. P161

¹⁹ Mead, Margaret. 2001. *Sex & Temperament in Three Primitive Societies*. Perennial. P262

²⁰ Ortner, S. B. 1974. Is Female to Male as Nature Is to Culture? *Woman, Culture, and Society*, 68–87.

²¹ Idem p.73

²² Maccormack, Carol P &, and Marilyn Strathern. 1980. “Nature, Culture and Gender.” p.7

²³ Moore, Henrietta. 1988. *Feminism and Anthropology*. University of Minnesota Press.p.7

Como Bourdieu aponta no seu livro *Dominação Masculina*, um dos factores, se não o factor principal, é a naturalização da diferenciação anatómica e biológica que constitui o masculino e feminino sendo que esta diferenciação se apoia numa relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres²⁴ Trata-se no fundo da socialização do biológico e da biologização.²⁵ É de esperar que esta divisão se insira de forma objectiva – divisões objectivas – como subjectiva – esquemas cognitivos – influenciando as estruturas sociais, actividades produtivas e reprodutivas inseridas por sua vez no *habitus* que moldam a percepção, acção e pensamento dos indivíduos²⁶

Na mesma linha, Westa e Zimmerman falam de género enquanto uma rotina realizada de forma recorrente e metódica, ou seja, a presença do género nas situações sociais é tanto resultado e lógica das disposições sociais como um meio de legitimação dessa divisão na sociedade²⁷. Consequentemente, *fazer género*²⁸ é entendido como uma rotina, que fornece a armação da estrutura social como também do controlo social²⁹ Para tal, distingue-se sexo da categoria de sexo. O primeiro corresponde ao critério biológico (genótipo) e a segunda à categorização definida socialmente – interligando-se com o género reflectido numa conduta socialmente exigida³⁰. Desta forma, marcar ou manifestar o género requer uma filtração das situações ou até a modificação de comportamentos para que seja considerado apropriado – ou em casos particulares não apropriado, por exemplo quando estamos a falar de mudança de sexo³¹.

Outro contributo teórico relevante é de Joan Scott que faz uma crítica à utilização de categoria de género como mero elemento descritivo. A autora apresenta o género enquanto elemento constitutivo das relações sociais baseadas na diferenciação entre os sexos e também enquanto meio de significação de relações de poder³². O género é, assim, uma consequência das relações de poder, o que significa que uma alteração na organização social das relações entre sexos corresponderia a uma mudança na estrutura

²⁴ Bourdieu, Pierre. 2013. *Dominação Masculina*. Relógio D'Água.p.24

²⁵ Idem, p38

²⁶ Idem, 26;49

²⁷ West, Candace & Don H. Zimmerman. 1987. "Doing Gender." *Gender & Society* 1 (2): 125–51.p.126

²⁸ "Doing Gender"

²⁹ West, Candace & Don H. Zimmerman. 1987. "Doing Gender." *Gender & Society* 1 (2): 125–51.p.147

³⁰ Idem p.127

³¹ Idem p.135

³² Scott, Joan W. 1986. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis Author" 91 (5): 1053–1075.p.1067-1068

de poder. A primeira componente envolve quatro elementos que se interligam: o primeiro, são símbolos culturais que evocam representações (por vezes contraditórias) como mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção; o segundo, conceitos normativos que sustentam as interpretações dos significados dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas e que estão expressos na religião, doutrinas políticas, educacionais, científicas, legais que se reflectem em oposições binárias entre masculino e feminino; em terceiro, esta normatividade acaba por diluir a possibilidade de alternativas – o que segundo Scott é necessário encarar e estudar como resultado do conflito e da repressão e não como consequência de um alegado consenso; a última componente corresponde à identidade subjectiva que poderá ser compreendida através das actividades, organizações sociais e representações histórico-culturais³³

É expectável que a diferenciação entre homem e mulher se reflecta também na divisão sexual do trabalho. É importante enquadrar na análise desta divisão o contributo de Engels a partir da sua obra *A origem da família, da propriedade e do Estado* na qual o autor a partir de dados etnográficos, em particular do trabalho de Morgan, analisa como é que o desenvolvimento do modelo hegemónico de família e da estrutura da propriedade privada condicionou a posição social da mulher. Engels aponta quatro tipos de família que corresponde aos vários estágios da evolução da sociedade: família consanguínea, punaluna, sindiásmica e monogâmica. É entre a família sindiásmica e a monogâmica que se dá uma grande alteração. A partir de uma análise dialéctica acaba por concluir que a divisão sexual está ligada ao desenvolver dos meios de produção que contribuiram para o “nascimento” da propriedade privada. Consequentemente, o excedente criado serviu para iniciar trocas entre unidades produtivas o que criou a necessidade da propriedade ser transmitida de pai para filho, desvalorizando a posição e o contributo da mulher visto agora como apenas necessária nas funções de reprodução e manutenção da família. Antes desta transição, nas sociedades comunistas primitivas a divisão sexual era residual no sentido em que os homens se ocupavam da caça e as mulheres da preparação das refeições, das crianças, etc. Esta mudança acaba por ditar uma divisão entre o trabalho socializado e o não socializado: “o governo do lar transformou-se em serviço privado; a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social (...) se a mulher cumpre os seus deveres domésticos no seio da família, fica excluída do trabalho social e ganhar a sua vida de maneira independente, é-lhe impossível cumprir com as

³³ Idem p.1067-1068

obrigações domésticas.”³⁴ Para Engels a diferenciação entre homem e mulher é consequência do processo da divisão sexual do trabalho.

Por sua vez, Karen Sacks concorda parcialmente com a conclusão de Engels: a partir de uma análise comparativa entre quatro sociedades africanas conclui que as mulheres são consideradas adultas quando trabalham colectivamente no grupo produtivo que seja maior ou separado da sua esfera doméstica e que a posição e significado de esposa depende da natureza da família³⁵. Contudo, apesar de chegar a uma conclusão similar à de Engels a autora admite que não concordada inteiramente com a suposição de que o controle da propriedade privada por parte do homem seja a base para a supremacia do mesmo nas sociedades com classe pois nem todos os homens detêm propriedade; em muitas sociedades, tanto o homem como a mulher detêm propriedade produtiva; segundo a autora, a subordinação da mulher não provem da propriedade doméstica mas sim da sociedade³⁶. Ao socializar a produção para uma classe dirigente a produção doméstica de subsistência vai se tornando mais precária apoiando-se cada vez mais na produção para troca. Os homens ganham mais protagonismo pois são mais fáceis de explorar visto que não têm de lidar com gravidez e amamentação: “In short, what I am suggesting is that intensive exploitation in social production by and for ruling classes favored making this men’s work. In turn, ruling classes capitalized on the situation, legitimizing the division of labor by a thoroughgoing system of differential worth. In return for the loss of economic autonomy, they conferred on men exclusive social adulthood and guardianship of women. Under these circumstances, even if women own property, the state intervenes to limit what they can do with it publicly, and to subordinate the household to the larger society. The key aspect, then, of women’s position, especially in class societies, is social adulthood, and this comes from participation in social production”³⁷.

Partindo de uma crítica à ideia da separação entre a esfera pública e a esfera privada, Zaretsky refere que a mulher ganhou independência pela participação no mercado de trabalho mas não ganhou no que diz respeito à opressão no interior do espaço

³⁴ Engels, Friedrich. n.d. *A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado*. Editorial Presença.p.96-97

³⁵ Sacks, Karen. 1975. “Engels Revisited: Women, the Organization of Production, and Private Property.” In *Toward an Anthropology of Women*, 211–34. Montly Review Press.p.397

³⁶ Idem p398

³⁷ Idem p. 398;400

familiar³⁸. Antes, aprofundou-se a contradição entre a esfera “pública” e privada”.³⁹ É devido ao trabalho da mulher enquanto “dona de casa” que a produção do sistema de trabalho assalariado se sustenta sendo que o crescimento da indústria no sistema capitalista dividiu a produção material em duas formas socializadas: a esfera da produção de comodidades e o trabalho privado (casa)⁴⁰. O autor depreende que esta divisão está ligada a uma segunda que divide a nossa vida pessoal e o nosso enquadramento na divisão social do trabalho. Enquanto a família foi uma unidade produtiva baseada na propriedade privada, os seus membros consideravam que a sua vida doméstica e as suas relações «pessoais» estavam enraizados no seu trabalho mútuo. A partir do crescimento da indústria, no entanto, a proletarização separou a maior parte das pessoas (ou famílias) da posse de propriedade produtiva. Como resultado, a «vida» e o «trabalho» foram separados: “a proletarização separou o mundo exterior do trabalho alienado, de um mundo interior de sentimento pessoal”⁴¹. Ou seja, a alienação do trabalho acabou por incentivar a criação de uma esfera separada da vida.⁴² Desta forma, para a mulher tida como marginal na esfera do trabalho, a mulher trabalhadora deparava-se com uma dupla jornada: no seu trabalho e enquanto “dona do lar” no cuidar da casa, filhos, alimentação, transmitir os “valores humanos” etc.⁴³

Maria Mies na sua investigação sobre as mulheres que cozem renda na região de Narsapur, Índia, enquadra na sua análise o contexto colonial e da indústria da renda juntamente com a influência das castas e da classe social. Mies aponta que em consequência da *revolução verde* (mudança para um cultivo capitalista) os pequenos e médios proprietários deixaram de ter um complemento monetário para o sustento familiar. As mulheres viram-se forçadas a entrar para o mercado da renda realizado na área doméstica. Este tipo de actividade criou inúmeros problemas. O primeiro corresponde ao facto de o rendimento retirado desta actividade não ser suficiente para cobrir os custos de reprodução obrigando as mulheres a trabalharem mais horas para cumprirem o limiar de sobrevivência. Por sua vez, o facto de as mulheres se virarem para

³⁸ Apesar do contributo teórico deste autor algumas críticas são apontadas a este autor no apoio de dados que o mesmo utiliza pondo em questão a as conclusões que são defendidas. V. Tilly, Louise A. 1978. “The Family and Change.” *Theory and Society* 5: 421–34.

³⁹ Zaretsky, Eli. 1976. *O Capitalismo, a Família E a Vida Privada*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.p112

⁴⁰ Idem, p32

⁴¹ Idem, p33

⁴² Idem, p77

⁴³ Idem, p75

esta indústria provém da sua condição feminina – especialmente se forem de casta mais alta – não podendo trabalhar fora de casa pois cabe aos homens o papel de provedores da família. O que acontece na sua grande maioria é que esta retórica não tem correspondência com a realidade dado que os maridos não encontram trabalho ou trabalho sazonal sendo as mulheres as provedoras durante todo o ano. Por vezes o marido aproveita-se dessa circunstância e acaba por vender o trabalho da sua mulher elevando-se socialmente. Desta forma, é a partir da retórica de dona de casa que estas mulheres não se consideram a si próprias trabalhadoras inseridas numa indústria global mas antes trabalham para a sua família. A base patriarcal da divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo faz com que este último seja desvalorizado socialmente, dispersando a possibilidade de uma unidade conjunta enquanto trabalhadoras da indústria de renda. Mies conclui que a acumulação do capital não é feito pela mais-valia nem da pressuposição dos salários serem iguais aos custos de reprodução mas antes retirado/roubado do fundo do consumo necessário visto que se trata de uma indústria de acumulação primitiva⁴⁴.

Seguindo o pensamento de Bourdieu acima anunciado, esta divisão sexual do trabalho acaba por ditar que determinadas tarefas executadas pelos homens são nobres e difíceis enquanto as mesmas tarefas executadas pelas mulheres são insignificantes, imperceptíveis⁴⁵. Na sua investigação sobre comportamentos no seio do trabalho, Lúcia Amâncio conclui que não existe um comportamento tipicamente masculino visto que as suas competências são a referente universal o que implica que as mulheres perante uma decisão tenham de a fazer de forma contextual para assim negociar as expectativas do modo de ser feminino. Desta forma, os homens distinguem-se de forma consistente enquanto que as mulheres fazem-no sob certas condições que não impliquem a perturbação da relação entre os dois sexos⁴⁶. Daqui resulta um eventual paradoxo no qual se as mulheres agirem de acordo com o ideal masculino podem perder os seus atributos de “feminilidade”; se agirem de acordo com um modelo idealizado de feminilidade podem ser percebidas como vulneráveis ou incapazes⁴⁷.

⁴⁴ Mies, Maria. 2012. *The Lace Makers of Narsapur*. Spinifex Press p.201

⁴⁵ Bourdieu, Pierre. 2013. *Dominação Masculina*. Relógio D'Água.p.78

⁴⁶ Amâncio, Lúcia. 2010. *Masculino E Feminino - a Construção Social Da Diferença*. 3ª. Edições Afrontamento.p.88;180

⁴⁷ Bourdieu, Pierre. 2013. *Dominação Masculina*. Relógio D'Água.p.85

Tendo outra perspectiva, Sylvia Walby encontra no patriarcado o gatilho para compreender as relações de género e da exploração/subordinação da mulher. Walby define patriarcado como um sistema de estruturas sociais e práticas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher.⁴⁸ Desta forma, o conceito é visto como independente do sistema económico, neste caso o capitalismo, estando presente nos vários contextos históricos. Walby identifica seis estruturas que constituem o sistema patriarcal: o modo de produção patriarcal; relações patriarcais no trabalho pago; estado patriarcal; violência masculina; relações patriarcais na sexualidade; cultura patriarcal. Consequentemente, o patriarcado é visto como sendo o resultado das interacções destas seis estruturas mas que segundo a autora não correspondem a uma estrutura fixa, podendo variar dependendo do contexto⁴⁹. Esta concepção permite que haja uma maior flexibilidade, na compreensão da dominação masculino sobre a mulher visto que o ponto central da autora é que o patriarcado está presente em quase todos os contextos, sendo necessário conjuga-lo com as particularidades de organização da sociedade em cada contexto.

Importa também fazer uma pequena referência sobre o estatuto e condição da mulher durante o Estado Novo. O marido era juridicamente considerado o chefe da família, cabendo-lhe a tomada de decisão da vida conjugal garantindo a educação e formação dos filhos, defendendo-os e representando-os⁵⁰. No fundo, cabia ao homem prover e à mulher a responsabilidade de cuidar e de gerir o orçamento familiar: “Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil».⁵¹ Também à mulher cabia a educação adequada destes novos membros da Nação – os filhos - em conjunto com as instituições estatais, como a escola ou a Mocidade Portuguesa. Esta separação assentava na diferença entre o homem e a mulher que se reflectia na sua suposta complementaridade reflexo de temperamentos diferentes: o homem é a “cabeça” e a mulher o “coração”. A mulher era assim construída a partir de uma retórica biológica, natural associando-a como “chefe moral da família”⁵².

⁴⁸ Walby, Sylvia. 1989. “Theorising Patriarchy.” *Sociology* 23 No 2: 213–34.P.214

⁴⁹ Idem, p.227

⁵⁰ Cova, Anne & António Costa Pinto. 2002. “Women under Salazar’s Dictatorship.” *Portuguese Journal of Social Science* 1 (2): 129–46.p.130

⁵¹ Ferro, António. 1933. *Salazar O Homem E a Sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade.

⁵² Tem uma posição diferente da mulher solteira a qual lhe deve ser facilitado o emprego: “á mulher solteira

É de esperar que a mulher estivesse proibida de exercer comércio, viajar para fora do país, celebrar contractos e administrar bens sem o consentimento do mesmo⁵³. A “proletarização” e “masculinização” da mulher eram vistas como consequência do capitalismo e, por isso, entendia-se necessário proibir o trabalho feminino em todas as profissões que punham em risco a ordem moral⁵⁴. Este entendimento também tinha em vista reduzir a taxa de mortalidade infantil assim como desencorajar a contratação de mão-de-obra feminina que era mais barata, contribuindo para o aumento do desemprego masculino⁵⁵. É evidente que esta oposição entre homem e mulher resultava numa quebra entre o espaço exterior e interior, entre o público e o privado.⁵⁶ A mulher estava proibida de estar em cargos ou funções fora do lar que não se adaptassem às “disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem sociais”⁵⁷. Ao mesmo tempo, a possibilidade das mulheres participarem no espaço público dependia da sua competência e gestão do lar⁵⁸.

A elite feminina que desempenhava funções políticas era fortemente católica e defensora da ideologia fascista e salazarista estando proeminentemente em áreas destinadas às mulheres, como os sectores da assistência ou da educação. Com o objectivo de reformular o género feminino de acordo com os parâmetros da doutrina vigente, o Estado Novo patrocinou a fundação de organizações que deveriam estimular o gosto pela vida doméstica, pela maternidade e pelos valores da família. Para tal foram criadas duas organizações: a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF).

A OMEN foi criada em 1936 e tinha como princípios gerais “estimular a acção educativa da família”, “preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais” e “assegurar a cooperação entre a família e a

que vive sem família, ou tendo de sustentar a família acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus (...)”Ferro, António. 1933. *Salazar O Homem E a Sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade.

⁵³ Ferreira, Sónia. 2010. *A Fábrica E a Rua - Resistência Operária Em Almada*. Lisboa: 100luz.p.58.

⁵⁴ Pimentel, Irene. 1996. “Contributos Para a História Das Mulheres No Estado Novo - as Organizações Femininas Do Estado Novo.” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.p.157

⁵⁵ Ferreira, Sónia. 2010. *A Fábrica E a Rua - Resistência Operária Em Almada*. Lisboa: 100luz.p.62;63.

⁵⁶ Brasão, Inês Paulo. 1999. *Dons E Disciplinas Do Corpo Feminino: Os Discursos Sobre O Corpo Na História Do Estado Novo*. Organização Não Governamental do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. p.44

⁵⁷ Art. 31.º do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de Setembro de 1933.

⁵⁸ Cova, Anne & António Costa Pinto. 2002. “Women under Salazar’s Dictatorship.” *Portuguese Journal of Social Science* 1 (2): 129–46.p.129

escola”⁵⁹. Devido a uma direcção elitista, composta maioritariamente por mulheres de origem aristocrata ou das esferas restritas do regime, a organização não conseguiu ter o efeito mobilizador desejado⁶⁰. Aliado a esta direcção estática, a organização não se guiava por uma ideologia modernizadora fascista mas antes por uma ideologia ligada ao catolicismo, ao amor pela Pátria e família e ao cultivo das virtudes que caracterizavam as mães como angelicais⁶¹ A MPF, criada em 1937, tinha como princípio “estimular nas jovens portuguesas a formação de carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família”⁶² A ideia de criar uma “Nova Mulher” que consistia numa “boa católica”, “esposa obediente” e numa “futura mãe prolífica”⁶³. A organização tinha como foco abranger toda a “juventude do império” dos 7-14 anos e “formar” as mulheres pela ideologia autoritária e nacionalista sendo que na realidade a organização apenas atingiu os estratos escolares e liceais conjugando a escola, a igreja e família em cuja esfera privada não penetrou.⁶⁴

Quando falamos do passado falamos invariavelmente da memória. A memória dos sujeitos. A memória é o veículo através do qual tentamos compreender aquilo que já passou. Mas o que passou não permanece estacionário ou estagnado na simples combinação do que somos enquanto indivíduos ou enquanto grupos.

Halbwachs, um dos pioneiros nos trabalhos sobre a memória e o seu papel na formação do indivíduo, aponta que não somos seres individuais que recordam apenas partindo do seu contexto mas, antes, que cada memória individual é uma porta para a memória colectiva⁶⁵. A memória colectiva acaba assim por se apoiar num grupo coerente onde é necessário haver a partilha de concepções ou informação e, como refere Paula Godinho, os vários grupos onde o indivíduo se desloca partilham um esquema comum de

⁵⁹ Rosas, Fernando & J.M. Brandão. 1996. *Dicionário de História Do Estado Novo Vol.II*. Bertrand Editora.p.675-676

⁶⁰ Pimentel, Irene. 1996. “Contributos Para a História Das Mulheres No Estado Novo - as Organizações Femininas Do Estado Novo.” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.p.253

⁶¹ Idem, p.220

⁶² Rosas, Fernando & J.M. Brandão. 1996. *Dicionário de História Do Estado Novo Vol.II*. Bertrand Editora.p.609

⁶³ Pimentel, Irene. 1996. “Contributos Para a História Das Mulheres No Estado Novo - as Organizações Femininas Do Estado Novo.” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.p.313.

⁶⁴ Rosas, Fernando & J.M. Brandão. 1996. *Dicionário de História Do Estado Novo Vol.II*. Bertrand Editora.p.610

⁶⁵ Halbwachs, Maurice. 1980. *The Collective Memory*. Nee York: Harper & Row Colophon Books.p.48

significações que permite evocar, gravar e localizar as suas memórias⁶⁶. Quando afastados desse grupo podemos recordar o mesmo acontecimento de forma diferente mas é necessário que quando essa reagrupação ocorra o esquema comum de significações permita que as barreiras sejam esquecidas e haja novamente uma compreensão e confirmação das lembranças: a memória individual tem como ponto de referência a própria sociedade⁶⁷.

Passerini também sustenta que a memória do eu se refere à transmissão e à elaboração de histórias passadas e mantidas através de redes sociais de pequena escala, sendo possível adaptar as histórias nas várias interações sociais, incluindo entrevistas. Pelo oposto, na auto-representação a memória individual combina-se com a memória colectiva e a mitologia individual passa a ser uma tradição partilhada pela família, amigos ou, por exemplo, um grupo político⁶⁸

A memória individual tem um papel central na investigação que apresentamos pois as funcionárias do PCP não têm uma memória colectiva no sentido estrito de Halbwachs. São antes memórias fragmentadas pois não houve uma partilha de momentos ou acontecimentos enquanto grupo. Estas mulheres tinham tarefas que as remetiam para a casa, isolando-as de outras funcionárias. Contudo, isto não quer dizer que não exista um colectivo: o colectivo está presente, quer a um nível micro – todas as mulheres de certa forma partilharam as mesmas dificuldades e desafios aquando das suas tarefas e os jornais *3 Páginas* e a *Voz das Camaradas* são veículos para a partilha dessa experiência – quer num contexto mais macro – o da pertença, militância e filiação no Partido Comunista Português.

Anna Green coloca em questão a necessidade de olharmos para além da memória colectiva que reforça a ideia de que os indivíduos estão confinados a uma cultura dominante. Para a autora, muitas vezes, as memórias individuais e colectivas estão em tensão, havendo um questionamento das narrativas que mantêm a unidade colectiva⁶⁹. Importa então convocar Maurice Bloch que apresenta uma nova visão sobre a memória e

⁶⁶ Godinho, Paula. 2001. *Memórias Da Resistência Rural No Sul*. Lisboa: Celta Editora. P.10

⁶⁷ Halbwachs, Maurice. 1980. *The Collective Memory*. New York: Harper & Row Colophon Books. p.32;51

⁶⁸ Passerini, Luisa. 1987. *Fascism in Popular Memory*. Cambridge University Press. p.27 p.19

⁶⁹ Green, A. (2004). Individual remembering and collective memory theoretical presuppositions and contemporary debates. *Oral History*, 32(2), 35–44. P.41

a sua transmissão partindo da sua investigação sobre a rebelião de 1947 em Madagáscar. Bloch, apoiado na psicologia, começa por diferenciar rememoração e lembrança: “people recall the past, either in the presence of others or in the imagined presence of others, in heard or silent soliloquies. However, people remember much more what they have experienced than they recall, indeed much more than they are aware (...)”⁷⁰. Existe concordância com Halbwachs no sentido em que é necessário estarmos enquadrados num grupo mas a transmissão da memória é feita através de um modelo mental que inclui o imaginário e o emocional que se estabelecem nas nossas memórias autobiográficas⁷¹

No caso das funcionárias do PCP as memórias são lembradas através do presente e, como refere Paula Godinho, é através de uma dialéctica entre o passado e o presente que o presente e as recordações do passado se enquadram e produzem um dispositivo de compreensão do presente⁷². Os ritos de passagem (nascimento, comunhão, casamento, morte) tornam-se fundamentais para que os indivíduos possam reconstituir o tempo da sua vida, memorizarem e recordarem as respectivas biografias⁷³. Bloch também argumenta que as memórias dos indivíduos estão dependentes das situações ou disposições dos mesmos⁷⁴. Ao mesmo tempo, a ordem pela qual as memórias são recordada refutam a ideia de naturalidade de uma ordem cronológica – esta surge, sobretudo, baseadas em convenções.⁷⁵

Halbwachs distingue ainda memória histórica e memória colectiva. A memória histórica difere da memória colectiva no sentido em que é regida por uma esquematização compartimentada por períodos – havendo apenas uma visão centralizada. Ao contrário da memória histórica, na memória colectiva o tempo é tido como linear e interrupto englobando várias visões.⁷⁶

Por sua vez, a memória colectiva, que ultrapassa as fronteiras de um grupo particular, torna-se numa memória social. O carácter desta memória é determinado por um grupo hegemónico. Esta é uma memória forte, histórica, veiculada pelo poder

⁷⁰ Bloch, M. E. F. (1998). *How we think that they think*. Westview Press.p.116

⁷¹ Ibidem, p.119

⁷² Godinho, Paula. 2001. *Memórias Da Resistência Rural No Sul*. Lisboa: Celta Editora.p.10

⁷³ Ibidem, Idem

⁷⁴ Bloch, M. E. F. (1998). *How we think that they think*. Westview Press.p.119

⁷⁵ Passerini, Luisa. 1987. *Fascism in Popular Memory*. Cambridge University Press.p27

⁷⁶ Ibidem.p.81;110

dominante de cima-para-baixo⁷⁷. Nesta investigação, a memória individual e colectiva são marcadas pela descrição do que foi “viver durante o Estado Novo”, enquadradas nas rememorações da resistência clandestina, seguidas de um outro momento, um período de transição de um regime fascista para um democrático. Memória esta que podemos definir como fraca porque é parte de um grupo subalternizado e pela relação de oposição a uma memória forte. Enzo Traverso aborda a questão relacionada com as memórias antifascistas, afirmando que a “crise dos partidos e das instituições que a encarnavam, criou as condições para a emergência de uma outra memória, até então silenciosa e estigmatizada. O fascismo é agora reivindicado como uma parte da história nacional, o antifascismo rejeitado como uma posição ideológica antinacionalista”⁷⁸.

Dentro deste conflito, entre *memória forte* e *memória fraca*, enquadram-se os silêncios. Pollack aponta que o silêncio não remete forçosamente para o conflito entre o Estado e sociedade mas antes para a oposição entre grupos minoritários e a sociedade englobante, como se de uma memória clandestina e proibida se tratasse.⁷⁹ Pegando em indivíduos que viveram nos campos de concentração nazi, o silêncio presente é complexo visto que poderá permitir que haja entre os indivíduos e o meio envolvente uma ponte de comunicação, – no caso de uma mulher que decidiu permanecer na Alemanha⁸⁰. Estes silêncios e os não ditos acabam por demonstrar a oposição dos mesmos sobre a memória nacional, transmitidos no seio do quadro familiar ou nas várias redes de sociabilidade. Esta “separação” não implica que haja uma estagnação das suas fronteiras do esquecimento definitivo e da repressão inconsciente mas antes, as duas estão em movimento⁸¹ Como conclui Pollack: “Assim também, há uma permanente interacção entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.”⁸²

Também a memória aqui presente reflecte especificidades de género, dado que a condição da mulher acaba por influenciar a recordação de acontecimentos e que geralmente estão ligados ao domínio do privado e de âmbito pessoal⁸³. É possível então

⁷⁷ Traverso, E. (2012). *O passado, modo de usar*. Lisboa: UniPop.p.71;72

⁷⁸ Ibidem, p65

⁷⁹ Pollack, Michael. 1989. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” *Estudos Históricos* 2 (3): 3–15.

⁸⁰ Idem, p13

⁸¹ Idem, p8;

⁸² Idem, p.9

⁸³ Ferreira, Sónia. 2012. “Memória, identidade e género no seio de uma comunidade operária” in Paula Godinho (coord.) *Usos da memória e Práticas do Património*. 119- 132. Lisboa: Colibri.p123

afirmar que não existe uma memória uniforme, partilhada e estável em todos os indivíduos, pelo contrário: uma memória pautada por circunstâncias e, assim, dependente do seu género visto que as diferentes circunstâncias socio-históricas a que se encontram sujeitos, homens e mulheres, contribuíram para o desenvolvimento de diferentes interesses e expectativas enraizadas nos respectivos papéis sociais. Também Luisa Passerini, na sua investigação sobre a cultura da classe operaria em Turim durante o regime fascista, demonstra que o género influencia a maneira como os indivíduos se apresentam. No caso das mulheres apresentam-se como rebeldes pelo facto de terem uma posição marginalizada pela divisão social do trabalho, os homens apresentam-se como trabalhadores.⁸⁴ No mesmo caminho, Pollack aponta que nas entrevistas que fez encontrava diferenças com as donas de casa da Normandia - que passaram pela 2ª Guerra Mundial- em que a vida familiar ganhava bastante relevo enquanto que as comemorações públicas ou políticas estavam esfumadas ao contrário de sujeitos relevantes para aquele contexto onde o cenário inverte-se⁸⁵.

No que toca a obra produzida sobre o meu objecto de estudo a nível nacional, João Madeira enquadra o PCP desde a sua formação em 1921 até ao fim da sua organização clandestina em 1974. Em *A história do PCP*, Madeira vai passando pelos vários momentos históricos que influenciaram e ditaram as orientações políticas. Também José Pacheco Pereira em *A Sombra – estudo sobre a clandestinidade comunista* faz uma enumeração dos vários aspectos do aparelho desde o porquê da sua existência, aos organismos e células que compunham o aparelho passando pela composição dos militantes. Também Cristina Nogueira, de *Militantes a Clandestinos: Práticas e Processos de Formação na Clandestinidade Comunista (1940-1974)*, se debruça sobre o aparelho clandestino para compreender a aprendizagem que era transmitida para aprender a viver em clandestinidade. Faz uma análise detalhada passando pelas várias fases e momentos que definiram o aparelho clandestino como das funções e constrangimentos dos funcionários comunistas.

No que se refere ao aparelho clandestino e a suas funcionárias, Ana Barradas em *As clandestinas* procede a descrição da entrada das mulheres no PCP e por sua vez na clandestinidade e da vivência das mesmas no aparelho. Por sua vez, Vanessa Almeida na

⁸⁴ Passerini, Luisa. 1987. *Fascism in Popular Memory*. Cambridge University Press.p51

⁸⁵ Pollack,Michael.1992. “Memória E Identidade Social.” *Estudos Históricos* 5 (10): 200–212. p.203

sua tese *Vozes femininas da clandestinidade comunista (1940-1974)* partindo de histórias de vida e análise documental foca-se no aparelho clandestino desde a sua formação até 1974 combinando uma análise sobre as questões femininas no seio do partido como as próprias funcionárias. Desta forma, é analisado as funções e as suas condicionantes para a vida destas mulheres, a forma como viviam a clandestinidade e os seus desafios como prisões políticas e torturas que algumas destas mulheres sofreram. Outros dois livros – *A força ignorada das companheiras* de Gina de Freitas e *Mulheres Portuguesas na Resistência* de Rosa Nery - que reúnem testemunhos vividos por algumas mulheres que viveram na clandestinidade e que estiveram presas constituem bibliografia indispensável.

No que diz respeito ao período de 1974-1975 e a participação das funcionárias anteriormente clandestinas neste contexto ainda se trata de uma temática pouco explorada. Contudo, no que toca a presença do PCP existe alguma literatura mas como não nos interessa debruçar especificamente no PCP enquanto organização política mas sim nas funcionárias não pretendemos aprofundar a literatura nesse campo.

3.PCP – dos anos de instabilidade a construção de um aparelho clandestino

Em 1919, após a revolução russa e a emergência de novos movimentos socialistas, e acentuando-se a instabilidade política em Portugal, em especial desde a 1ª Guerra Mundial, é fundada a Federação Maximalista Portuguesa - apoiada maioritariamente por anarquistas e sindicalistas. A revolução russa é olhada pelos conservadores como uma experiência barbara e irracional enquanto que para os socialistas, anarquistas e sindicalistas a falta de informação torna frágil as várias perspectivas. Consequentemente, a questão central não passa pelo entendimento teórico e escritos marxistas mas a acção e quotidiano dos soviets.⁸⁶ Com o aumento da repressão e após a prisão de Manuel Ribeiro, seu principal dirigente, é fundado a 6 de Março de 1921 o PCP.

Da formação inicial participam anarquistas, maximalistas, socialistas, antigos republicanos e principalmente anarco-sindicalistas inspirados pelo bolchevismo.⁸⁷ Contudo, o PCP terá dificuldades em organizar-se enquanto partido bolchevique pois era muita a influência do sindicalismo no seio da organização e dos seus militantes que se agudizará com o contacto com a Internacional Sindical Vermelha (ISV)⁸⁸. Esta dificuldade de organização também se deve em parte ao desconhecimento da literatura marxista – devido ao difícil acesso aos textos impossíveis de ler em alemão e que na sua maioria estão traduzidos em francês e espanhol sendo raras as traduções portuguesas - havendo apenas análises sem profundidade e sem grande reflexão.⁸⁹

Partindo do III Congresso Operário em 1922 anarquistas e comunistas entram em confronto: os primeiros defendem o alinhamento com a Associação Internacional de Trabalhadores e os segundos, reclamam a linha política da ISV.⁹⁰ Nesse mesmo ano o PCP estabelece contacto com a IC com o objectivo de alterar o seu modelo orgânico e aprofundar a formação dos seus militantes. Organizando para isso uma Conferência

⁸⁶ Ventura, António. 2000. “O Marxismo Em Portugal No Século XX.” In *História Do Pensamento Filosófico Português Vol.V Tomo 2*, edited by Pedro Calafate. Caminho.

⁸⁷ Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p.605

⁸⁸ Idem, p.606

⁸⁹ Ventura, António. 2000. “O Marxismo Em Portugal No Século XX.” In *História Do Pensamento Filosófico Português Vol.V Tomo 2*, edited by Pedro Calafate. Caminho.p.197; 203.

⁹⁰ Idem, p.22

Nacional de Militantes onde é eleito um novo Comité Central⁹¹. Carlos Rates opõe-se a essa linha, o que gerou alguma instabilidade. A IC enviou então um delegado que apoia Rates e tentar impedir a cisão do partido⁹².

Em 1923 por incentivo da Internacional Comunista, o PCP começa a organizar-se por “comunas” facilitando a intervenção a nível das eleições e descentralizando o trabalho partidário. As “comunas” voltam a ter uma nova reformulação substituindo-as por células de bairro ou rua⁹³.

A 28 de Maio de 1926 dá-se o golpe Militar encabeçado por Gomes da Costa vivendo-se entre 1926 e 1930 alguma instabilidade, devido à fragmentação das estruturas militares e das direitas radicais e fascistas, assim como da direita republicana, católica e monárquica⁹⁴. É nesse contexto que se realiza o II Congresso a 19 de Maio de 1926, já sem Rates presente, e que classifica como fascista o movimento que provocou o golpe⁹⁵.

Com a institucionalização do aparelho de censura são encerradas sedes de sindicatos e outras organizações e são criadas as condições que conduzem ao fim dos partidos políticos. Os militantes do PCP, agora fragilizado e sem uma direcção capaz de reorganizar-se, envolvem-se na luta contra a ditadura em conjunto com republicanos e sindicalistas, em particular em Fevereiro de 1927.⁹⁶

Em 1928 realiza-se o VI Congresso da IC encontrando-se o PCP reduzido a 70 elementos e mantendo-se as discórdias no seio do Comité Central entre Manuel Pilar e Machado e Dinis. Esta oposição está na origem de uma primeira tentativa de reorganização a partir da Conferência de Abril de 1929 formando-se uma Comissão Central Executiva Provisória composta por novos militantes: Bento Gonçalves, José de Sousa, Júlio César Leitão Francisco Martins e Daniel Neto Batalha.⁹⁷ Esta mudança ocorre sobretudo ao nível orgânico - a nível político é seguida uma linha política sectária derivada da composição dos militantes, na sua maioria anarquistas ou republicanos radicais. Esta composição impedirá a criação de uma frente única operária, como acontece

⁹¹ Idem, p.23

⁹² Idem, 26-27

⁹³ Pereira, J.P. (1999). *Álvaro Cunhal uma biografia política vol. 1*. Temase Debates.p.55

⁹⁴ Cereales, Diego Palacios. 2011. *Portugal À Corinhada*. Lisboa: Tinta da China,p.262-63

⁹⁵ Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China,p.29-30

⁹⁶ Idem, Ibidem

⁹⁷ Idem, p.31-32

também entre as camadas intelectuais e a pequena burguesia liberal antifascista⁹⁸. Seguindo as orientações da ISV a criação da Comissão Inter-Sindical permite que se crie distanciamento tanto dos anarco-sindicalistas como da social-democracia.⁹⁹

Em 1930 Bento Gonçalves é preso (durante três anos) e José de Sousa assume a liderança. Mantém-se uma linha política precária com a tentativa de melhorar e encorpar o movimento sindical, mas os resultados evidentes resumem-se à participação dos militantes na agitação reviralista. Este curso é criticado pelo Comité Executivo da Internacional Comunista, em particular o sectarismo das organizações juvenis e a fraca presença no seio das organizações de massas.¹⁰⁰ Com a destruição do movimento insurreccional por parte da repressão abrem-se tempos difíceis para a organização do PCP. Contudo, é neste período que o PCP vê os seus militantes a alargarem, em particular oriundos da pequena e média burguesia onde entram Júlio Fogaça e Álvaro Cunhal, figuras que irão ter um papel fundamental na reconstrução do PCP. Em 1935, chegado do VII Congresso da IC, Bento Gonçalves, Júlio Fogaça e José de Sousa são surpreendidos num encontro e presos.

Em 1938 o PCP sai da IC¹⁰¹ e entre 1939 e 1940 é praticamente inexistente a sua acção encabeçado por uma direcção instável e incapaz de manobrar a situação das prisões e fugas. Segundo Pacheco Pereira, um dos factores principais para a crise política vivida pelo PCP prende-se com a posição fragilizada provocada pelo pacto germano-soviético incompreendida pelos simpatizantes comunistas e os próprios militantes.¹⁰²

É neste contexto que Júlio Fogaça - saindo em 1940 juntamente com Manuel Rodrigues da Silva, Américo de Sousa, José Soares, Militão Ribeiro, José Gregório, Sérgio Vilarigues, Pedro Sores, Pires Jorge e Manuel Guedes –encabeça a reorganização do PCP.¹⁰³ No Outono de 1940 tem início a acção dos reorganizadores juntamente com outros jovens militantes, na sua maioria operários concentrando todos os esforços no isolamento da direcção

⁹⁸ Idem, p.607

⁹⁹ Idem, Ibidem

¹⁰⁰ Idem, p39

¹⁰¹ Esta situação deve-se sobretudo as suspeitas que o PCP estaria infiltrado pela polícia política devido ao sucesso da fuga de Pavel da prisão e a prisão de ex-alunos da escola leninista. Juntamente, o facto de o partido não estar “bolchevizado” de acordo com as orientações da IC agrava o quadro do PCP. Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p54

¹⁰² Pereira, José Pacheco. 2001. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2*. Temas e Debates,p.44-45

¹⁰³ Idem, p40

Os dois grupos acabam por se envolver em confrontos verbais mútuos tentando a descredibilizarem-se. O grupo saído do Tarrafal é apelidado pela direcção de *reorganizadores* e estes apelidam a direcção de *grupelho provocatório* em referência a suspeitas da existência de agentes da PIDE infiltrados no PCP¹⁰⁴. É longo o debate se de facto realmente existiam ou não agentes infiltrados na organização. Sérgio Vilarigues, afirma que a principal razão para a reorganização esteve mais ligada as más práticas organizativas do que a questões de linha política.¹⁰⁵ Por sua vez, Pacheco Pereira refere que este confronto tomou mais a forma de conflitos pessoais do que políticos: “Aquilo que os «reorganizadores» chamavam o «espírito de reorganização» tem fortes ligações com a ideia de depuração, com a influência estalinistas das purgas do fim dos anos 30. É de depuração que se está a falar, como se compreende lendo os primeiros textos da «reorganização» onde há uma ausência de críticas políticas, a favor de acusações pessoais. Com o tempo, ambos os grupos procuram – e ocasionalmente encontram – essas divergências políticas, hipervalorizando pequenas diferenças de vocabulário e semântica que noutras circunstâncias seriam ignoradas. Mas a política permanece sempre secundária, em relação a escolhas de grupo e fidelidade grupais, e serve para legitimar a posteriori as exclusões mútuas e não para explicar”¹⁰⁶

No final do primeiro semestre de 1941 é criado um Secretariado Central provisório composto por Fogaça, Militão Ribeiro e Manuel Guedes, em que todos os membros acumulam trabalho político e técnico, não havendo ainda uma clara distinção entre as duas funções¹⁰⁷. O pequeno número de funcionários obriga a que haja deslocamentos constantes pelo território nacional numa tentativa de optimização dos recursos e de garantir a defesa dos militantes destacados.¹⁰⁸ A direcção do PCP controlava ainda uma grande parte das estruturas. A maioria dos militantes não compreendia a posição dos *reorganizadores*, vistos como um grupo que mantinha conflitos pessoais com a direcção. Existia ainda o receio de serem apontados como *trotsquistas* devido a uma cultura leninista-estalinista que sancionava as dissidências.¹⁰⁹ O trabalho dos quadros dirigentes era de extrema dificuldade e de vida precária pois implicava o deslocamento às empresas

¹⁰⁴ Nogueira, Cristina. 2011. *Vidas Na Clandestinidade*. Edições Avante!, p. 17

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*

¹⁰⁶ Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates, p-.31

¹⁰⁷ Idem, p.119

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*

¹⁰⁹ Idem,p.83-84

e “ligar” os militantes directamente à *reorganização* mas sem os meios necessários.¹¹⁰ Esta situação levou a um confronto directo entre os dois grupos que culminou com a tentativa dos *reorganizadores* associarem a Direcção de Carvalho ao *Em Frente!* – Jornal que tinha uma fraca implementação devido a sua periodicidade irregular e qualidade fraca- como a impressão de dois *Avante!* pelos dois grupos.¹¹¹

Em 1942 Pires Jorge, Fogaça, Pedro Soares e Vasco de Carvalho são presos e morre Bento Gonçalves. Os dois grupos separam-se e os *reorganizadores* adaptam-se melhor ao contexto político e de repressão e ganham assim o espaço do PCP.¹¹²

Neste período há uma escassez de fundos e apenas duas casas ilegais e uma tipografia a funcionar. É a partir desta nova composição, encabeçada por Cunhal, que o PCP se irá fortalecer. Formam-se *revolucionários profissionais*, constrói-se o aparelho, implementam-se práticas clandestinas e desenvolve-se uma análise do contexto nacional apoiada numa teorização da *revolução portuguesa*. Permite-se, assim, a adaptação do PCP ao contexto português e da actuação da PIDE¹¹³. Esta produção teórica lançada pelos inúmeros artigos no *Avante!* e n’*O Militante* garante um apoio político às acções dos militantes e, sobretudo, aos funcionários. Esta, orientação passa pelo funcionamento da estrutura do PCP, pelo comportamento dos militantes presos nas esquadras e cadeias e inclusive a relação com outros grupos políticos.¹¹⁴ Também o Secretariado ganha mais responsabilidades e controlo: é por ele que passam os pontos de passagem nas fronteiras, a falsificação de documentos, o aparelho militar, os contactos com as prisões, a rede das casas de apoio de militantes legais; também por ele passam problemas relacionados com a segurança ou gestão de funcionários centralizando todas a informação sobre pessoas, atitudes suspeitas, listas dos agentes da PVDE e informadores, matrículas de carros; também são acompanhados problemas dos funcionários a todos os níveis – amoroso, familiar, sexual – como as próprias inspecções às casas; também as cifras que eram utilizadas na comunicação para esconder nomes, moradas, números eram aprovadas por

¹¹⁰ Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p. 65

¹¹¹ Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates,p.71

¹¹² Idem,p.193

¹¹³ Idem,p.216-217

¹¹⁴ Idem,p.220

este órgão; a situação financeira do partido também era tratada pela direcção que atribuía responsabilidade a um funcionário.¹¹⁵

A construção dum aparelho que suportasse a *reorganização* foi de extrema dificuldade sendo apontado como o período mais difícil da vida na clandestinidade. O partido não tinha apoio financeiro da IC e o confronto entre os dois grupos dificultava a recolha de fundos que, por sua vez, era agravado pela guerra.¹¹⁶ Também o isolamento dos clandestinos era maior tendo em conta a anterior possibilidade de aproximação à família e amigos que era consequência da inexistência ou ineficácia de regras conspirativas; também a criação de um corpo de funcionários focados apenas nas suas actividades políticas com um salário resultou num novo dinamismo a organização. Nos anos 30 uma parte significativa dos militantes mantinham o seu trabalho dedicando-se a tempo parcial às tarefas partidárias; agora tanto o Secretariado como os funcionários encontram-se na clandestinidade. Este é um primeiro passo para a bolchevização do PCP, ao estabelecer *revolucionários profissionais*, como proposto por Lenine, contribuindo para o fortalecimento da *organização de revolucionários* através da homogeneização dos mesmos – anular as distinções profissionais – e confinada a uma rede centralizada e de pequena dimensão de funcionários¹¹⁷. De forma geral, são estabelecidas regras de funcionamento estandardizadas que abrangem órgãos nacionais executivos, de direcção local e os responsáveis pelas tipografias.¹¹⁸

O aparelho clandestino e todo o PCP foram-se burocratizando, aumentando a possibilidade de sobrevivência, do partido ilegalizado à repressão consubstanciada no cuidado contínuo em atribuir primazia sobre todos os outros objetivos à sobrevivência do partido.¹¹⁹

Com a 2ª Guerra Mundial as dificuldades de vida da população aumentam: o racionamento, o mercado negro, a inflação e a quebra dos salários são o cenário de um conjunto de greves, em especial entre 1942-1944, no qual as primeiras são espontâneas mas catalisadoras da acção hegemónica do PCP sobre o movimento operário.¹²⁰ Também

¹¹⁵Idem,p.220-221

¹¹⁶Idem,p.110

¹¹⁷Lenine, V. I. 1975. *Que Fazer?* Editorial Estampa,p.129

¹¹⁸Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates,p.111 - 113

¹¹⁹Idem,p.217

¹²⁰Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p.609

a invasão da Alemanha a URSS no final de 1942 permitiu uma posição mais vantajosa para o PCP alargando a sua rede de contactos visto que o fim do pacto germano-soviético e a criação de uma frente de combate única – os Aliados – permitiu que em Portugal se criasse um movimento anti-fascista ¹²¹

Em 1943 realiza-se o I Congresso Ilegal do PCP onde é apresentado o relatório de Álvaro Cunhal *Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência*. Neste relatório são lançadas as bases para a formação de uma unidade apoiada em uma aliança com a burguesia para um Governo de Unidade Nacional e de uma frente única, unindo as organizações operárias e populares assegurando a hegemonia do PCP no movimento operário.¹²² Neste contexto, reiterou-se que o derrube do regime seria por «uma situação insurreccional», de «luta de massas», que levaria ao apoio das Forças Armadas e dos aparelhos policiais.¹²³ É apresentado um relatório relativo à organização que adverte para a necessidade de mudança orgânica para possibilitar o acompanhamento do recente crescimento do movimento operário. As células de rua são substituídas por células de empresa o que aumenta a segurança e facilita uma maior implementação no seio dos operários diferenciando aparelho político do técnico e do de distribuição.¹²⁴ Desta forma, passou-se a ter funções distintas e compartimentadas em, por exemplo, militantes encarregues de distribuir jornais, manifestos ou panfletos; os que tinham como tarefa a tipografia; e os que tinham tarefas de organização.¹²⁵

Outra componente importante para a consolidação da presença do PCP no seio da oposição prende-se com a criação, em Dezembro de 1943 do Movimento de Unidade Nacional Antifascista. Com a mudança na 2ª Guerra Mundial, após a entrada dos Aliados, é criada a ideia de uma Frente Nacional Antifascista, defendida pela IC.¹²⁶ Também na mesma linha é criada, em 1945, o Movimento de Unidade Democrática no qual o PCP consegue participar e hegemonizar mas sem nunca o anular.¹²⁷ Desta forma, o PCP começa a criar e a participar em outros organismos, como comissões de unidade que aglomeram pessoas de diferentes quadrantes, unidos em torno de cadernos e agendas

¹²¹ Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates,p.125

¹²² Idem,p.297

¹²³ Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p.609; 81

¹²⁴ Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates,p.312-313

¹²⁵ Nogueira, Cristina. 2011. *Vidas Na Clandestinidade*. Edições Avante!,p.25

¹²⁶ Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p.75

¹²⁷ Idem, p.609

reivindicativas lançando bases para a construção de movimentações de massas anti-fascistas.¹²⁸

Entre Junho e Julho de 1945 o PCP é alvo de acções repressivas iniciadas no Norte estendendo-se, posteriormente, a todo o país. Provocados pelos efeitos nefastos das prisões e, acima de tudo, por declarações prestadas à polícia, este ciclo de repressão irá durar até 1949, destruindo por quase completo o partido.¹²⁹ Em 1945 são presos 16 funcionários, 7 casas e uma tipografia são identificadas e centenas de documentos, fundos e pistolas são apreendidos.¹³⁰ A Direcção apercebe-se que o problema não reside no incumprimento das regras conspirativas mas antes nas declarações prestadas a polícia acabando por haver sanções e expulsões de alguns dos seus militantes como a diminuição da intervenção política por parte do PCP.¹³¹

Conjuntamente a esta situação delicada surgia na Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT) a defesa de uma política de transição que desvalorizava o papel das lutas de classe. As condições internas do regime conduziram à sua degradação esclarecendo a direcção relativamente à possibilidade de uma cisão no seio do PCP.¹³² Já com a libertação dos presos do Tarrafal, em 1945, chegam Militão e Fogaça e, em Dezembro do mesmo ano Callet, Manuel Rodrigues da Silva, Pedro Soares, Gilberto de Oliveira, e em Fevereiro de 1936, Francisco Miguel¹³³. É no IV Congresso (II Ilegal) que a «política de transição» é derrotada e que o PCP é consolidado como partido clandestino, fortemente hierarquizado, compartimentado, disciplinado e com uma direcção fortalecida.¹³⁴

Com a prisão de Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, o PCP entre 1949-1953 vê-se isolado, incapaz de por em prática uma unidade antifascista, remetida apenas para o discurso e propaganda política também condicionada pela perseguição política do regime e os efeitos da Guerra Fria na oposição não comunista.¹³⁵

¹²⁸ Idem, p.617

¹²⁹ Pereira, José Pacheco. 2001. Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2. Temas e Debates,p.537

¹³⁰ Idem, p.545

¹³¹ Idem,p.549

¹³² Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China, p.609

¹³³ Idem,p.115

¹³⁴ Idem, p.610

¹³⁵ Idem, p.611

É neste contexto que Júlio Fogaça acaba por ter um papel central na organização do partido mas dificultado devido a um mau ambiente em relação ao mesmo. Neste período o PCP centra-se em salvar o núcleo dirigente, as tipografias, o corpo de funcionários, os recursos financeiros da situação precária que vivia o que implicava resolver estas diferenças a partir de métodos administrativos reflectindo-se numa despreocupação da posição e imagem que o partido ocupava no seio da oposição unitária: “o partido voltava-se para si próprio e, dentro de si própria, para a sua Direcção”¹³⁶.

Neste período dá-se um reforço da soviétização e estalinização do PCP como da disciplina tendo a direcção necessidade de reforçar a sua posição que se encontrava fragilizada devido a falta de quadros consequência das expulsões.¹³⁷ Esta escassez de quadros provocou um recuo no trabalho e intervenção do PCP no movimento operário como da unidade antifascista¹³⁸. Este esgotamento tentará ser impedido pela «luta contra o sectarismo». Houve mesmo tentativas de restabelecer o centralismo democrático como o alargamento do CC e a criação dentro do mesmo de uma Comissão Política e de uma Comissão de Organização para «descentralizar» o aparelho central, reforçar a autonomização dos organismos sectoriais e intermédios e reforço da «direcção colectiva» e as finanças vêm um reforço.¹³⁹

Com as eleições de 1958 ressurgiu a ideia de que o regime só cairia por via revoltosa que rapidamente se espalha pelos militantes comunistas e abre portas a uma actividade de cariz “aventureirista” e “esquerdista”¹⁴⁰

Não é surpreendente que após a evasão de Peniche Álvaro Cunhal encontre no seio do CC uma forte animosidade provocada por conflitos pessoais entre os quadros agravada pela quebra de autoridade dos escalões superiores e intermédios e a inacção dos órgãos executivos.¹⁴¹ Esta situação também se deve à suspeita de traição de dirigentes, promovidos na altura de Fogaça, com funções importantes na estrutura.

Neste contexto, a correcção do *desvio de direita* acaba por se tornar a tarefa central da actividade do PCP. Visto como resultado da *política de transição* e consequentemente

¹³⁶ Idem, p.55

¹³⁷ Idem, p.269;

¹³⁸ Idem, p.270

¹³⁹ Idem, p.366

¹⁴⁰ Idem, p.612

¹⁴¹ Pereira, José Pacheco. 2015. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.4*. Temas e Debates, p. 34

encarado como um política revisionista - diminuía o papel da classe operária e do partido comunista substituídos assim pela burguesia liberal e conservadores dissidentes do Estado Novo - o levantamento de massas dava lugar a concepções legalistas e putchistas.¹⁴²

Pode-se afirmar que o PCP já estava bolchevizado: já existia uma “organização de dirigentes estável e que assegure continuidade” com “homens devotados profissionalmente às actividades revolucionárias” e com mais preparação para enfrentar a polícia política sempre tendo como horizonte aumentar o número de pessoas que participam e militam na organização.¹⁴³

Em 1960 o CC reúne-se extraordinariamente onde é apresentada *Algumas Teses sobre a Situação Política* focando-se na linha política e organizacional do partido.¹⁴⁴ São aqui formuladas as principais concepções críticas ao período anterior identificando-o como uma tendência *anarco-liberal* em termos de organização e de *desvio de direita* em termos políticos mas ressaltando os condicionalismos da clandestinidade. Exigia-se uma organização mais centralizada, pautada pelo centralismo democrático com uma disciplina de cima para baixo; também o culto da personalidade vai merecer a atenção devida criticando-se a idolatria à figura de Estaline – apontada como geral a todos os partidos comunistas- ressaltando que o PCP não o fez em relação aos seus dirigentes.¹⁴⁵ É neste ano que Fogaça acaba por ser preso pela PIDE sendo mais tarde expulso do PCP.

Em Dezembro de 1961 há mais uma reunião do CC aprovando documentos que enterram a *via pacífica* e afirmam o *levantamento armado* como instrumento de derrube do fascismo, lançando bases para a discussão e alteração dos Estatutos e Programa (existia o cuidado de estas serem apenas aprovadas no VI Congresso). Álvaro Cunhal é eleito Secretário-Geral¹⁴⁶. Entre Dezembro de 1962 e Janeiro de 1963 as reuniões do CC são centradas nas prisões ocorridas e erros conspirativos que ditaram a queda do Secretariado.¹⁴⁷

É a partir de 1964 que Álvaro Cunhal prepara o *Rumo à Vitória*. Em 1965 realiza-se o V Congresso do PCP. Do resultado deste processo são implementadas normas de

¹⁴² Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China,p.314

¹⁴³ Lénine. 1975. “Que Fazer?” In *Partido Proletário de Novo Tipo*. Avante!p.84-85

¹⁴⁴ Pereira, José Pacheco. 2015. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.4*. Temas e Debates,p.39

¹⁴⁵ Idem,p.60; 61

¹⁴⁶ Idem, p.63

¹⁴⁷ Idem,p.182

funcionamento do CC. São definidas as competências e relações dos respectivos órgãos executivos e as regras para o afastamento de membros efectivos ou suplentes¹⁴⁸. A partir das várias resoluções apresentadas são corrigidas situações conspirativas mais danosas, como o escrutínio sobre a biografia dos quadros como forma de selecção e promoção: dados familiares e pessoais; percurso político e partidário; data de filiação; organismos a que pertenceu; controleiros e outros quadros com quem contactou; principais tarefas realizadas; comportamento em relação a polícia, em caso de prisão; discordância que tivesse tido com a orientação do partido; deficiências, faltas e sanções que tivesse sofrido, são todos parâmetros de “avaliação” para a validação desse quadro.¹⁴⁹ Acaba por prevalecer e ser reforçado o trabalho colectivo em detrimento da autonomia orgânica, a centralização dos processos de decisão política e organizativa e reforço da disciplina, a proibição de escritos contrários aos do partido e que devem ser enviados para a Comissão Executiva reforçando-se uma Direcção hierarquizada e vertical de acordo com as normas¹⁵⁰. O PCP não dependia exclusivamente do aparelho clandestino mas antes, conjugava o aparelho legal com o ilegal para ter uma maior influência no campo político.

É conclusivo que o PCP enquanto organização político desde a sua criação foi passando por mutações que tinham em vista a sua “bolchevização” tendo por um lado, centralizado a sua atenção na criação de um corpo de funcionários e a consequente estandardização de regras para a criação de um aparelho clandestino forte e duradouro e acima de tudo, que obedecesse a esquema hierárquico centralizador. Nas palavras de Lenine: “ (...) a especialização pressupõe, necessariamente a centralização e por sua vez, exige-a em absoluto¹⁵¹

¹⁴⁸ Idem, p.299

¹⁴⁹ Idem, p.307

¹⁵⁰ Idem, p.462

¹⁵¹ Lenine, V. I. 1975. *Que Fazer?* Editorial Estampa.p.148

4. A clandestinidade

Neste capítulo debruçar-nos-emos sobre os trajectos de vida que conduziram estas mulheres à militância política, ao PCP e, mais tarde, à clandestinidade. Já na clandestinidade, iremos analisar as dinâmicas de trabalho que ditavam o quotidiano das funcionárias como a formação política que as mesmas obtinham neste período. As relações entre os funcionários também fazem parte do nosso foco, bem como as relações afectivas e a constituição de família por parte de algumas das entrevistadas. Também os constrangimentos da clandestinidade serão problematizadas no sentido de tentarmos captar a complexidade inerente a estes percursos.

4.1. Da participação política ao “mergulho” na clandestinidade

Em 1945 é criado o Movimento de Unidade Democrático. O Movimento tem um grande impacto nas eleições e torna-se uma contra corrente ao discurso político do Estado Novo. Até à sua ilegalização, em 1948, o Movimento gera uma dinâmica de participação significativa. Nascido deste entusiasmo o MUDJuvenil, criado em 1946, acaba também por se propor a uma combatividade ao regime e às suas eleições antidemocráticas. É neste contexto que Conceição Matos, influenciada pela participação do irmão aos 17/18 anos inicia a sua actividade no MUDJuvenil:

“Comecei a ser mais esclarecida sobre os problemas que se passavam no país e no mundo e lembro-me que tinham fechado o Tarrafal e queriam reabri-lo para levar para lá os jovens. E eu lembrou-me perfeitamente. Era eu jovem, a escrever nas paredes abaixo... contra a reabertura do Tarrafal Depois mais tarde, participei na luta contra a guerra colonial” (Conceição Matos 11/1/17)

Quando remetidas para a participação política inicial, as entrevistadas valorizam os laços sociais, quer familiares, quer de amizade ou de vizinhança, como decisivos para o despertar do interesse e manutenção do envolvimento político. Nesta medida, acumularam-se experiências que serviram de espaços de socialização agregando-se as socializações anteriores, aumentando os esquemas de acção dos sujeitos e as disposições para a acção¹⁵².

¹⁵² Brenner, Ana Karina. 2011. “Militância de Jovens Em Partidos Políticos: Um Estudo de Caso Com Universitários.” Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.p.47.

Aliada a esta rede de socialização o contexto local e regional também adquirem relevância na participação política. A maioria destas mulheres vieram de regiões onde o PCP estava fortemente implantado como é o caso de Vale do Vargo, Almada, Barreiro, Alhandra, Santiago do Cacém. Paula Godinho na sua investigação no Couço demonstra a existência de uma cultura de resistência em que os habitantes da localidade ganharam um “excesso de reputação local” alimentando assim um movimento colectivo que partilha os mesmos ideais e práticas alicerçados numa linguagem socialmente partilhada.¹⁵³ Esta conjugação do local com as redes de socialização é evidente no caso de Adelaide como de outras entrevistadas:

“E quando foi as manifestações de 1960 houve aqui umas grandes manifestações o 1º de Maio foi aqui muita gente presa. Eu ia para o parque e dizia «oh senhor policia deixe-me passar». (...) Punha-me a ouvir as conversas das mulheres «lá está ela». As outras zangavam-se comigo. «lá esta ela a ouvir as conversas das mulheres».” (**Adelaide Silva 10/3/17**)

“Então a gente lá eramos umas malucas. (...) O patrão lá na fábrica era um explorador, queria que nós fizéssemos horas extraordinárias, mas não pagavam aquelas horas extraordinárias, pagavam só as horas que nós fazíamos. Como era já fora do horário de trabalho tinham que pagar a dobrar, não é?! (...) e a gente começou-se a juntar e a dizer umas as outras: a gente não faz horas nenhuma enquanto ele não pagar a dobrar. Começamos logo a ser assim revoltadas” (**Evelina Diogo 4/4/17**)

“Ainda estive, eu e outros, fizemos greve viemos ter ao posto da GNR eram muitos homens e mulheres, muita gente a trabalhar. Viemos todos ter ao posto da GNR. Tivemos aqui o dia inteiro, prenderam uns homens que eles pensavam que tinham mais responsabilidade e também ainda ficaram duas tias minhas lá dentro. Mas depois a gente protestou e entramos por ali e acabaram por, nessa altura acabou por não ficar mulher nenhuma lá” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Desta forma, a passagem de uma actividade política reivindicativa para a entrada no PCP aparece como um caminho senão inevitável, como previsível no percurso biográfico das entrevistadas e uma vez mais, partindo das suas redes de socialização:

“E através de uns amigos meus, o meu marido actual era operário da CUF e tinha ligações ao partido e através das ligações eu conheci umas pessoas que também eram do partido. E então através disso o meu ex-companheiro, o pai da minha filha, é que me arranjou ligação com o partido” (**Adelaide Silva 16/12/16**)

“Era tão fácil passar de uma coisa a outra, não é? (...) Sabes é assim quando dei o passo, na clandestinidade é o mesmo quando meti nas coisas do partido e coisas do juvenil

¹⁵³ Godinho, Paula. 2001. *Memórias Da Resistência Rural No Sul*. Lisboa: Celta Editora.p.34.

sabíamos o que é que nos podia acontecer e muito mais na clandestinidade” (**Conceição Matos 11/1/17**)

“ (...) aos 15 anos fui mesmo para o partido. Inscrevi-me no partido. Iam-me lá meter o *Avante!* dobradinho e eu depois metia lá não sei será 5 tostões se eram 10 tostões, embrulhadinho no papel lá no mesmo sítio” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

É esclarecedor que o envolvimento individual seja produto dos processos de sociabilização, construindo disposições e capitais em conjunto com a experiência da vida pessoal na concretização da militância política. A pertença social, os capitais culturais, os valores/crenças influenciam a disponibilidade dos sujeitos para determinados tipos, formas ou problemáticas de militâncias e compromissos¹⁵⁴. Maria Cabecinha vê praticamente quase toda a sua família paterna presa, inclusive o seu pai e tio acabando por quase “viver sem a família”, tendo raramente notícias dos seus familiares; Conceição vê os seus dois irmãos presos devido a perseguição política;

Num contexto mais particular que as restantes comunistas, três das entrevistadas viveram praticamente quase toda a sua infância e juventude na clandestinidade, como consequência da militância partidária dos seus pais. É o caso de Faustina que vai para a clandestinidade com os pais aos 9 anos, mudando-se para Lisboa; de Domicilia que vai com os pais aos 9 anos para casas de apoio; e de Mariana que nasce já com os seus pais na clandestinidade vivendo com eles até aos 2 anos, regressando para junto deles ao 7 anos e meio.

McAdam e Paulsen, sobre o *contexto de recrutamento*, referem que a decisão de participação de alto risco parte da convergência de quatro factores: primeiro, quando se dá uma tentativa de recrutamento específica; segundo, a conceptualização de uma ligação entre a participação no movimento e uma identidade; terceiro, o suporte dessa ligação a partir de um conjunto de pessoas que servem como base de apoio à identidade em questão; e por último, a ausência de uma oposição forte de indivíduos que se apoiam em outras identidades relevantes¹⁵⁵. Os autores concluem, que é através de uma identificação

¹⁵⁴ Brenner, Ana Karina. 2011. “Militância de Jovens Em Partidos Políticos: Um Estudo de Caso Com Universitários.” Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.p.48.

¹⁵⁵ McAdam, Doug & Ronnelle Paulsen. 1993. “Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism.” *American Journal of Sociology* 99 (3): 640–67.p.647.

subjectiva e por uma identidade reforçada por laços organizacionais ou individuais que o indivíduo é motivado a participar.¹⁵⁶

Apesar dos dois investigadores terem em consideração a heterogeneidade dos activistas políticos Viterna – tendo como investigação a mobilização de mulheres para as guerrilhas armadas Salvadorenhas - considera que as generalizações na compreensão das causas da participação política acaba por ser controversa pois deixa de lado causas múltiplas e conjunturais provenientes da interacção da biografia, das redes e do contexto situacional¹⁵⁷. A autora entende, necessário analisar estrategicamente esta combinação de factores micro – analisar de forma particular individual e conjuntural a combinação do envolvimento organizacional a prior, laços familiares a activistas, ausência de barreiras biográficas e neste caso, de repressão¹⁵⁸ - abrindo espaço para a compreensão das circunstâncias que conduzem indivíduos à militância política em paralelo com outros que, partilhando essas circunstâncias, protagonizam percursos distintos. Entende-se assim a militância enquanto processo complexo que é atravessado pela origem social; pelo sistema escolar e por sua vez o seu lugar na sociedade; pelos recursos físicos, intelectuais e psicológicos; e a própria etapa da militância e os seus riscos.¹⁵⁹

Ao contrário do que se passava nos anos 30, em que os casais acabavam por passar para a ilegalidade, nos anos 40, as «companheiras» passam a ter funções específicas nas casas clandestinas, sendo quase inexistentes mulheres com tarefas de organização ou de maior responsabilidade.¹⁶⁰ As entrevistadas que viveram na clandestinidade desde a infância apontam o facto de conviverem mais com camaradas homens do que com mulheres, o que exemplifica este desequilíbrio:

“Convivi com pouca gente, era com camaradas que nós contactávamos e não eram muitos. Eu durante 10 anos convivi com, por exemplo, mulheres poucas. A minha mãe e mais outra camarada e de resto eram homens (...)” (**Mariana 24/11/16**)

“Porque eu sempre fui habituada mais com homens do que com mulheres, não é?! Na clandestinidade só tinha tido duas funcionárias que tinham vivido connosco e não por muito tempo (...) E portanto, não eram assim tão poucas quanto isso, mas as mulheres

¹⁵⁶ Idem, p.659

¹⁵⁷ Viterna, Jocelyn S. 2006. “Pulled, Pushed and Persuaded: Explaining Women’s Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army.” *AJS* 112 (1): 1–45.p.2.

¹⁵⁸ Idem, p.38

¹⁵⁹ Tomizaki, Kimi. 2009. “Da Militância Ao Estudo Do Militantismo: A Trajetória de um Politólogo”. *Pro-Posições* 20 (2): 129–38.p.133.

¹⁶⁰ Pereira, José Pacheco. 2001. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2*. Temas e Debates.p.114.

que viveram connosco eram ou efectivas ou suplentes, pertenciam ao CC. Essas nem chegavam a ser meia dúzia, não é?! Portanto era com homens que eu estava mais habituada a privar, portanto. Não tinha qualquer problema” (**Domicilia Costa 31/3/17**)

“Mergulhar” era o termo utilizado pelos militantes para se referirem a entrada para a clandestinidade, a passagem de uma vida legal para uma vida ilegal. “Mergulhar” na clandestinidade antecedia um período de acompanhamento, no qual era avaliado o percurso individual de cada mulher de acordo com os objectivos e ideias partidárias pela hierarquia da organização. Mais, as qualidades exigidas e valorizadas referiam “uma compreensão justa da luta que o nosso Partido leva a cabo, dedicação à classe operária, ao nosso povo e ao nosso Partido, honestidade, firmeza, amor ao trabalho e espírito de sacrifício”¹⁶¹

Contudo, frequentemente esse espaço de avaliação e ponderação não existia, pois as perseguições e as prisões políticas forçavam o PCP e os militantes a “mergulharem” para evitarem a prisão:

“Houve uma vaga de prisões grande no Barreiro a seguir ao 1º de Maio em 1971 e depois tive de me retirar por causa de não ser presa” (**Adelaide 23/10/16**)

Um aspecto bastante salientado pelas entrevistadas é o da clandestinidade ser compreendida como uma opção, como uma escolha. Ideia esta que as mesmas apontam como errada explicando que na maioria não se tratava de uma escolha, mas antes de uma inevitabilidade devido à repressão policial. A única forma de continuar a lutar contra o regime era na clandestinidade:

“Portanto a clandestinidade não é uma coisa boa. Nós fomos para a clandestinidade porque fomos obrigados. Dizem assim, é uma opção. É uma opção o tanas! Não é nada uma opção. Tu não tens opção. A única maneira de lutares contra a situação era ir para a clandestinidade” (**Faustina 9/3/17**)

Outra característica valorizada era a idade das militantes, preferencialmente jovens sem compromissos o que é demonstrativo do comprometimento e entrega total que a clandestinidade requeria. Muitas da entrevistadas – tirando as que já viviam na

¹⁶¹ *A Voz das Camaradas*, Outubro de 1963, n.º35

clandestinidade - entraram cedo na clandestinidade: Adelaide com 22 anos, Evelina com 20 anos, Maria Cabecinha com 19 anos e Conceição aos 26 anos.

Para as mulheres que já se encontravam a viver na clandestinidade com os pais desde cedo, a saída da casa destes para passarem a ter responsabilidades próprias dentro do organismo é visto como um passo natural e de certa forma, expectável:

“Recebi naturalmente porque eu sabia que essas tarefas eram necessárias e conhecia-as desde sempre. Isso para mim era perfeitamente familiar porque era o meio que estava habituada em que eu tinha vivido sempre” (**Mariana Rafael 24/10/16**)

Por outro lado, apesar de já existir uma preocupação de funcionalizar mulheres independentemente de estarem casadas com militantes, era comum encontrar mulheres que “mergulhavam” porque era proposto ao seu companheiro. Foi assim que Maria Cabecinha passou a viver na clandestinidade:

“Se ele fosse, se eu ia, seu eu queria ir, se não ia, se não íamos. Se o namoro continuava se houvesse essa possibilidade . Eu, eu sim senhora, que sim” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Também era bastante comum que numa família muitos dos seus membros acabassem por “mergulhar” na clandestinidade. Pacheco Pereira aponta que durante a I República também a participação de mulheres no seio do PCP era quase nula sendo que muitas das comunistas participam devido a ligações familiares ao partido¹⁶². É o caso de Evelina Diogo:

“E então foi aos ouvidos do partido que nós eramos umas moças levadas da breca e assim conquistaram-nos para o partido. Primeiro veio uma, a mais velha, a segunda e depois vim eu” (**Evelina Diogo 4/4/17**)

Margarida Tengarrinha fala mesmo em três tipos de clandestinas mostrando não só a variedade de razões pelas quais estas mulheres decidiam “mergulhar” como a diversidade da condição socioeconómica:

“E quando eu te digo que havia três era: as mulheres que vinham acompanhando os maridos ou o companheiro, mas em geral maridos, em termos genéricos. As

¹⁶² Pacheco, José Pereira. 1981. “Contribuição Para a História Do Partido Comunista Português Na I República (1921-26).” *Análise Social* XVII: 695–713.

que tinham vindo e que tinham encontrado o seu companheiro. Portanto (...) já mais conscientes, porque tinham vindo por elas próprias (...) E havia ainda a outra categoria, das que vieram logo para ter logo trabalho político. (...). Isto é, as mulheres que estavam numa casa do Partido porque vieram para acompanhar o marido, digo marido, para facilitar. As que vieram porque havia necessidade de montar uma casa, como se vê no *Até amanhã, camaradas*, aquela Maria, não é? Pronto, veio pela necessidade de montar uma casa, com consciência política e depois ficou a defender uma casa, a garantir a existência daquela casa. O que já mostra um grau diferente de consciência política. E as que vieram porque na via das suas lutas de classe, foram chamadas para continuar o trabalho de organização e tinham outro nível de consciência política, muitas vezes semelhante à que veio para [a clandestinidade] e que depois foi destinada a uma casa¹⁶³”

Também é importante referir que para estas mulheres não existia um desconhecimento total do que implicaria viver na clandestinidade mas antes um conhecimento – em alguns casos vago feito através das leituras do *Avante!* e da própria socialização com outros funcionários - da passagem de um dia-a-dia rodeado pelos familiares, amigos e filhos, pelo trabalho e passeios e idas ao cinema para uma vida dedicada as tarefas partidárias e confinadas ao pequeno espaço da casa clandestina:

“Sabes é assim quando dei o passo, na clandestinidade é o mesmo quando me meti nas coisas do partido e coisas do juvenil sabíamos o que é que nos podia acontecer e muito mais na clandestinidade. Isso sabia perfeitamente. (...) E portanto, estava mais ou menos preparada para essas eventualidades. Mas claro, nós dizemos assim estamos sempre preparados, mas a verdade é que nem sempre estamos preparados”. (**Conceição Matos 11/1/17**)

“Comecei a ler, a ler aquelas coisas e ter a noção do que é que esperava, do que eu tinha. Não sabia tudo mas tinha mesmo a noção do que eu ia fazer e qual era a responsabilidade que se tinha e essas coisas assim. Nesse aspecto não estava bem preparada porque não tinha vivido aquela fase, mas tinha uma noção de que era, do que ia ser, do que é coisas que se iam passar que eu não conhecia mas que me tinha de sujeitar a elas.” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

4.2. Viver na Clandestinidade – as tarefas

“Mergulhar” na clandestinidade implicava criar uma nova identidade que passava pela invenção de um pseudónimo com o objectivo de dificultar a identificação dos

¹⁶³ Em entrevista concedida a Vanessa Almeida. Cit in Almeida, Vanessa de. 2015. “Vozes Femininas Da Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.p.57.

funcionários. Esta medida conspirativa foi implementada depois da reorganização de 1929 passando mais tarde a ser utilizado apenas um nome próprio ou de família, sempre com a aprovação do controleiro. As funcionárias clandestinas tanto podiam utilizar nomes femininos como masculinos, aumentando a eficiência desta medida. No entanto, o mesmo não acontecia com os funcionários homens demonstrando ainda algum preconceito dentro da organização. Recordar os vários pseudónimos revela-se um verdadeiro exercício de memória acontecendo por vezes lapsos:

“Eu uma vez enganei-me porque quando dei o meu nome em vez de dizer Maria Helena Santos disse Maria Helena da Conceição Santos. Mas claro disse a Maria Helena primeiro e depois meti o Conceição. Mas isso foi mesmo distracção é aquelas coisas que acontecem. Mas pronto não houve problema por isso”
(**Conceição** Matos 11/1/17)

Este pseudónimo facilitava às funcionárias das casas clandestinas, o cumprimento das suas funções, que consistiam em cuidar e vigiar a casa, o que implicava a construção de uma personagem credível perante os vizinhos. Era necessário criar uma identidade circunscrita ao local onde se morava tendo em atenção o contexto socioeconómico:

“Se era um sítio mais *chic* tínhamos que andar de outra maneira e adaptar-nos, se era um sítio mais popular também” (**Faustina 2015**)

Para não levantar suspeitas, a funcionária não podia cair em situações extremas na convivência com os vizinhos: por um lado, ser demasiado atenciosa ou simpática permitindo que os vizinhos ganhassem confiança e fizessem questões demasiado privadas que poderiam por em risco a identidade falsa e por outro, não ter qualquer tipo de contacto com os mesmos, o que levantava por si só suspeitas. Também as conversas tidas deviam consistir em conversas triviais despojadas de qualquer opinião política. Estas conversas permitiam conhecer os vizinhos e o que faziam. As tarefas que as funcionárias desenvolviam implicavam que as mesmas permanecessem em casa muitos dias o que poderia levantar suspeitas inventando-se por vezes visitas a familiares ou idas ao cinema:

“Tínhamos de ter um dia para não estarmos sempre ali metidos. A gente morava em prédios e as pessoas notavam, notavam se a pessoa não saia dali. Não sai daqui para lado nenhum. Que raio de vida faz esta gente. Parece uma vida secreta. O que é que a gente fazia. As vezes arranjavamos um farnel da parte da manhã íamos passar uma tarde para debaixo de um Pinhal. Fomos com um cobertor e passamos lá uma tarde por debaixo de um Pinhal para passar o dia. E não sabiam se tínhamos ido ao cinema, se tínhamos passeado a algum lado.” **Evelina 4/4/17**

A entrada de vizinhos nas casas clandestinas estava totalmente proibida porque poderiam ver materiais de trabalho ou, jornais incriminatórios. Também não se podia abrir a porta sem o visitante se anunciar, sendo aconselhado que a porta estivesse sempre trancada. A isto acrescentava sempre a atenta vigilância ao exterior: carros estranhos, pessoas que não era usual ver ou que pareciam andar a vigiar, polícia. Por vezes, as reuniões com vários funcionários e quadros poderiam ser apresentadas como visita de familiares contribuindo para um quadro de maior normalidade. Era necessário também não permitir ver o que se passava em casa a partir do exterior e ter cuidado com os barulhos e movimentações - a horas que poderiam parecer estranhas – especialmente se houvesse vizinhos em baixo e em cima. A máquina de escrever apresentava perigo para o exterior sendo necessário abafar o som:

“Para abafar o som do teclado porque se podia tornar estranho para os vizinhos tantas horas a bater à máquina fazíamos uma caixa com sucessivas camadas de jornais coladas em massa de farinha. A máquina era metida dentro desta caixa que tinha 2 buracos para as mãos puderem chegar ao teclado.” (**Conceição Matos 11/1/7**)

O facto de as funcionárias estarem em casa implicava também uma justificação:

“O primeiro objectivo era a gente dar uma ideia aos vizinhos, aos senhorios, às pessoas que viam que nós não estávamos agora a trabalhar porque o marido trabalhava, porque o marido não queria que eu fosse trabalhar e mais não sei quê!” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Como elemento finalizador, era indispensável criar a imagem de uma família, ou seja, conforme as condições do local e dos próprios funcionários eram desempenhados diversos papéis familiares:

“Numa das casas com um casal, numa casa eu era cunhada, era irmã dele (...) na outra casa fui filha, portanto recuei para aí quase 5 anos, comecei a usar soquetinhas, os sapatinhos (risos). Mas a verdade é esta, eu era magrinha, eu já tinha 19 anos e naquela casa tinha 14. Descia-se uns aninhos e fiquei. Era muito difícil, era preciso sermos muito, muito perspicazes” (**Faustina Barradas 2015**)

“Eu ia buscar uns camaradas dizia que eram meus tios. Um tio que era velho e outro meu irmão (...). Esse era meu irmão era mais velho que eu.” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

No contexto onde todos os cuidados eram necessários para a sobrevivência do aparelho clandestino, os funcionários tinham que respeitar a “inconfidência” o que implicava que não houvesse conversas íntimas sobre as vidas dos funcionários para salvaguardar que os mesmos não tinham informações pessoais que poderiam ser úteis à

polícia política. Era apenas necessário que os funcionários soubessem o mínimo indispensável para cumprirem as suas tarefas:

“Os segredos do nosso Partido devem ser rigorosamente guardados e deve-se partir do princípio de que cada um só deve saber o necessário para a realização das suas tarefas (...) Há também o chamado «descuido» de certos camaradas, até mesmo com cargos de responsabilidade, que dizem nomes de outros camaradas, profissões, de que terras são, etc, ao pé de outros camaradas que nada necessitavam saber esse respeito, mas que assim se vão apercebendo de coisas desnecessárias”¹⁶⁴

Juntamente com esta medida conspirativa era proibido o contacto permanente com os familiares havendo possibilidade de troca de correio, ainda que esporadicamente. O correio era também ele lido pelo controleiro antes de ser entregue para se averiguar que tipo de informações eram trocadas e se continham informações valiosos no caso de ser interceptado pela PIDE.

O processo da criação desta nova identidade só ficava completo quando o casal de funcionários “montasse” casa. Nos primeiros anos de clandestinidade o meio rural era a região por excelência para “montar” casa. Condição que foi alterada nos anos 40 passando para o meio urbano que facilitava o mantimento das identidades falsas pois o contacto com os vizinhos era menor¹⁶⁵.

Era sempre preferencial e aconselhado, se as condições o permitissem, escolher uma casa no rés-do-chão, com saída traseira, para facilitar a transição dos funcionários ou para uma fuga rápida em caso de assalto pela polícia política. Normalmente caberia ao homem fazer o aluguer da casa – também seria mais fácil se o companheiro e a companheira fossem enquanto casal pois levantaria menos suspeitas. Inicialmente as mercearias serviam de fiadores, pondo como contrapartida que as compras fossem todas feitas no estabelecimento. Contudo, a partir de 1960, pelo facto dessa prática levantar suspeitas e de se ser facilmente identificado pela PIDE, passou-se a pagar meses adiantado ao senhorio. Outro cuidado a ter, está relacionado com as mobílias da casa, que na sua maioria eram compradas em segunda mão por serem mais baratas, visto que encontrar casas mobiliadas para alugar era raro. As mobílias deveriam consistir no

¹⁶⁴ A *Voz das Camaradas*, Janeiro, 1964, n.º 37

¹⁶⁵ Almeida, Vanessa de. 2015. “Vozes Femininas Da Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p.86.

indispensável, o suficiente para aparentar uma casa normal e para facilitar em caso de fuga a saída do “casal” o mais rápido possível:

“Tínhamos de ter uma sala de jantar mais ou menos, para quando batessem à porta ou quisessem ir ao contador da luz parecesse uma casa normal, com uma jarrinha de flores, umas cortinas. Dois quartos, não convinha ter menos de dois quartos porque a casa também era irem outros camaradas também para lá. A sala tinha de estar impecável para as pessoas” **(Faustina Barradas 2015)**

“A casa era boa, mas era uma casa grande tinha um hall de entrada muita grande e vazio. Nota-se muito a casa muito aberta a pessoa abre a porta e ele [controleiro] mandou-me logo comprar ali uma arca. Fui comprar uma para ali e comprar uns cortinados (...)” **(Adelaide Silva 23/11/16)**

Por vezes, antes de encontrar uma casa os funcionários eram obrigados a alugarem um quarto o que implicava uma maior vigilância e contenção:

“Porque quando nós estávamos a viver em casas num quarto ou numa parte de casa era muito inseguro. Tínhamos que estar numa contenção enorme para não haver um deslize, não descuidarmos a dizer uma coisa que não batesse certo com a nossa história.” **(Mariana Rafael 24/11/17)**

A casa trata-se apenas de um local de passagem, um local seguro, comparado com o exterior que era inseguro. No fundo, a casa não pertencia aos funcionários, não tinha qualquer tipo de conteúdo pessoal ou particular: fotografias, objectos pessoais, mobílias, traços que indicassem que de facto a casa continha uma história.¹⁶⁶ Era como se a casa fosse o local de trabalho para as funcionárias.

A vida em clandestinidade implicava não só a construção de uma identidade para o exterior, como a manutenção de duas identidades. Identidades estas que tinham de se incorporar em comportamentos e conversas e, que é apontado como uma das grandes dificuldades na vida clandestina:

“ (...) em permanente tensão porque nós como vivíamos sempre a representar um papel que era como eu me sentia, sempre a representar um papel em cima de um palco a dizer que era a Maria do Carmo ou Maria Isabel ou Clara mas não era. Tinha de representar da outra, mas sabendo que não era...isso fazia com que eu tivesse em permanente tensão e essa tensão não se desliga como se desliga um interruptor eléctrico” **(Mariana Rafael 24/11/16)**

¹⁶⁶ Pereira, J. P. (1993). *A Sombra - estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva.p.139.

“Não eramos pessoas normais. (...). Não tínhamos uma vida normal como as outras pessoas.” (Evelina Diogo 4/4/17)

O nome próprio funciona como um mecanismo que mantém e fornece uma identidade social ao indivíduo diferenciando-se de outros agentes através da sua individualidade: “Por essa forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis”.¹⁶⁷ Como Cristina Nogueira aponta, era através da aprendizagem que cada clandestino encontrava um método para mascarar a sua identidade real criando ao mesmo tempo estratégias identitárias que ajudavam, simultaneamente, a ultrapassar as crises identitárias e a reforçar a identidade enquanto resistentes¹⁶⁸.

Uma das tarefas centrais já mencionada, era manter a casa em segurança, o que implicava que o «companheiro» pudesse entrar na habitação sabendo que não estaria a correr risco de ser preso pela PIDE. O aviso consistia num sinal que era posto a metros de distância da casa, num sítio previamente combinado:

“Ali na zona de Gondomar havia muitas quintas, muitos muros e nós íamos para o meio da mata e combinávamos o sinal vai ser aqui. Pegávamos na pedra, fomos os dois assim que alugámos a casa, é esta pedra, marcávamos uma cruzinha. Ele saía de casa, no outro dia de manhã eu levava a pedra e punha no muro, ele ia ao muro, tirava a pedra e levava para casa. Se a pedra estava lá estava tudo bem” (Faustina Barradas 2015)

No caso do camarada não aparecer já estava preparado um plano de medidas que tinham de ser seguidas estritamente:

“Pronto ele marcava o tal dia e eu também tinha que pôr lá o sinal. Se a pessoa não viesse naquele dia esperava mais 2 dias 24, 48h podia ter adoecido podia acontecer alguma coisa esperava-se 2 dias ao fim daqueles 2 dias abalávamos de casa. Levávamos uma trouxinha, umas coisas, agarrava numa mala com aquilo que tínhamos e pumba! E íamos embora. Houve pessoas que faziam isso que se iam embora logo. Mas depende das pessoas. Mas a palavra de ordem era estar dois dias à espera.” (Adelaide Silva 23/11/16)

¹⁶⁷ Bourdieu, Pierre. 1996. “A Ilusão Biográfica.” In *Usos E Abusos Da História Oral*. Fundação Getúlio Vargas.p.186

¹⁶⁸ Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Pg.95

Era preciso também que os documentos não tivessem moradas, números, nomes que fossem facilmente identificados pela PIDE, sendo que as funcionárias tinham como tarefa em caso de assalto queimar todos esses papéis:

“Nos tínhamos um alguidar de barro, uma grelha e a benzina sempre ao pé, os papéis que eram para queimar e portanto, se ouvisse a arrombarem a porta, riscávamos o fosforo para queimar tudo. E, portanto, eu tinha aquilo tudo preparadinho” **(Faustina Barradas 2015)**

Cada casa clandestina era considerada uma célula, e, como tal, era requerido que todos os funcionários fossem acompanhados por um camarada, neste caso um controleiro. O controleiro tinha como função averiguar todas as ocorrências dentro da casa e do trabalho dos funcionários, em particular daqueles que tinham trabalho de organização. Tratava-se no fundo de verificar se todos os funcionários cumpriam as regras conspirativas e as suas funções, mas também prestar auxílio se alguns problemas surgissem. Devido ao contexto particular da clandestinidade, não existia uma regularidade para a visita do controleiro, que tanto poderia vir uma ou duas vezes por mês, como não reunir dois meses seguidos. No que toca às funcionárias, era com o controleiro que qualquer dúvida referente às suas tarefas era esclarecida, em especial as medidas conspirativas. Contudo, é apenas em 1946 que as camaradas das casas clandestinas começaram a assistir as reuniões com o controleiro quando se tratava de questões e de informações políticas:

“As questões de trabalho de organização eu não participava porque eu não fazia parte dela, daquele trabalho. Quando era a parte da situação política participava sempre. Foram vários camaradas (...) a análise que o partido fazia da situação, a exposição, a nossa luta inserida naquilo tudo. Depois a parte conspirativa em relação a casa é tudo visto a lupa, a lupa, ao microscópio. (...)” **Mariana Rafael (15/12/16)**

Uma das questões centrais com que os funcionários clandestinos tinham que lidar era o comportamento face ao assalto de uma casa e a consequente prisão e tortura. Normalmente, os assaltos as casas davam-se pela noite ou madrugada, de surpresa, quando existia menos movimento nas ruas, mas também poderiam ser presos no meio da rua. No caso de alguém do casal ser preso e não havendo maneira de fazer o contacto com o superior era necessário colocar no jornal, uma mensagem subentendida dando a conhecer a prisão. Foi o que aconteceu com Faustina quando o seu companheiro foi preso em 1974:

“ «anel de estimação perdeu-se» todos os dias comparávamos o jornal e era um anúncio do jornal que só nós é que sabíamos e depois o camarada lia e dizia “pronto o camarada foi preso”. Fui por os anúncios passaram dois dias e pronto fui ao encontro que tínhamos” (Faustina Barradas 2015)

Por sua vez, os encontros eram pensados cuidadosamente. Era dado a cada funcionário um local e uma hora previamente combinados e uma credencial, que consistia num papel escrito rasgado em dois e que na hora do encontro teria que ser encaixado coincidindo as duas partes. Ambos teriam que ser pontuais e em caso de ausência de uma das parte o local era abandonado para aí voltarem meia hora depois. Mantendo-se a ausência o encontro era cancelado. Se o encontro ocorresse era combinada uma justificação em caso de serem questionados por uma terceira parte.

Em relação à casa clandestina, no caso de serem levantadas suspeitas ou de algum agente da PIDE circular por perto da mesma, o casal teria que sair rapidamente. Se não fosse possível fugir a tempo, caberia à mulher ser presa para dar tempo de fuga. Se houvesse uma retirada brusca, também teriam de se cumprir as regras, como aconteceu com Conceição e o seu companheiro, Domingos Abrantes:

“E houve uma altura que nós atravessamos um pinhal, metemo-nos num táxi e depois ficou o táxi num sítio, a gente atravessou o pinhal com as malas com aquilo que a gente podia levar porque depois sabíamos que não podíamos ter mais nada. (...) levávamos umas coisas onde podíamos e depois vínhamos buscar outras para ali e assim sucessivamente até chegar ao sítio” (Conceição Matos 11/1/17)

Os “cortes” são utilizados como forma de precaução quando são necessárias deslocações e consistiam na troca de meios de transportes (táxi, autocarro, comboio) em vários pontos. Em conjunto com esta precaução, o PCP adquiriu automóveis e bicicletas para os quadros clandestinos que se utilizavam para além dos meios, pertencentes a militantes legais.¹⁶⁹

Para além destas tarefas de vigilância, as funcionárias tinham outras tarefas, como passar à máquina documentos, imprimir e escrever materiais de agitação para serem

¹⁶⁹ Pereira, J. P. (1993). *A Sombra - estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva.p.149

distribuídos. As funcionárias eram incentivadas a ajudarem os seus camaradas de casa, especialmente nos materiais utilizados pelos mesmos:

“ (...) bastará organizar um caderno com diversos assuntos, feito por ordem alfabética e então aí poderemos transcrever as poucas linhas que o camarada sublinhou e que em qualquer altura rapidamente poderá consultar”¹⁷⁰

“E fazia depois em casa, a escrita de coisas que o partido precisava que eu escrevesse. Mesmo coisas da zona, da região, notícias, coisas que fossem necessárias para o partido. Coisas já escritas, já irem dados de pessoas, quantos operários há aqui” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Para além destas tarefas também cabia à funcionária da casa clandestina, as tarefas domésticas: fazer a comida, limpar a casa, lavar a roupa etc. para assim dar uma aparente normalidade:

“Depois fora de casa a gente quase que não saímos. Eu saía, eu tinha que sair diariamente para ir as compras, não é?! Para comprar o jornal tudo aquilo que a casa precisasse. Como não havia frigoríficos todos os dias tínhamos que sair” (**Domicilia Costa 31/3/17**)

Também eram as funcionárias das casas clandestinas que geriam o dinheiro. Os salários eram iguais para ambos os funcionários, pois o partido considerava que era necessário estabelecer igualdade na vida pessoal em particular na vida em clandestinidade, também considerada como uma “educação revolucionária” dos funcionários e dos dirigentes, na política financeira do partido e no apoio financeiro¹⁷¹. Desta forma:

“O salário no PCP era pago por inteiro, mas, havia alturas que era às pinguinhas. Consistia numa verba fixa, mais um subsídio para a criança e o montante exacto para a renda. Fosse barata ou fosse cara, fosse o que fosse era o partido que pagava, mas era os funcionários que iam ao senhorio”. (**Domicilia Costa 31/3/17**)

O resto das despesas: comida, luz, água era retiradas do salário. Muitas clandestinas apontam que era bastante difícil por vezes gerir o dinheiro para que chegasse até ao fim do mês, sendo por vezes necessária alguma criatividade:

“Tive algumas dificuldades porque era mais restrito, o dinheiro era menos tinha mais dificuldades. Eu estava habituada a gastar mais. Eu tinha o meu ordenado e comprava sobre o meu ordenado. Agora ali tinha ordenado. Os dois juntos era pouco não dava para eu estar a despender do meu ordenado como na vida legal.

¹⁷⁰ *A Voz das Camaradas*, Junho, 1961 nº19

¹⁷¹ Cunhal, Álvaro. 1985. *O Partido Com Paredes de Vidro*. Edições Avante!.p.205-206.

(...) Ali as coisas eram mais repartidas. Como eu digo quando era preciso assim mais alguma coisa tinha-se que estar a pedir. Aquilo era pouco comer e podia comprar umas meias, comprar umas coisas pequenas dentro daquele ordenado que nós tínhamos mas se fosse assim uma coisa maior tinha-se que dizer.” (**Adelaide Silva 13/3/17**)

“pois era pouco [dinheiro], tinha que gerir [despesas] já estava habituada desde criança. Isso já não foi uma novidade para mim e pronto. Olha fazia aproveitamento de restos e pronto e...como sempre gostei de cozinhar e o Armando também.” (**Mariana Rafael 24/11/16**)

“A casa era com o partido. Em algumas coisas de roupas e coisas que se precisasse eram coisas que se pediam de um lado para os outros e transportavam-se e davam-se não se compravam praticamente essas coisas era mesmo só para a alimentação” (**Maria Cabecinha 29/4/17**)

“Fazia rissóis porque dava para mais dias. Comprava carne de cavalo que era muito mais barata” (**Conceição Matos 11/1/17**)

Havia também funcionárias que tinham a responsabilidade de ir a encontros com outras camaradas para entregar documentos, como é o caso da Conceição Matos:

“Encontrava-me com camaradas por exemplo, no Arco Carvalhão (Lisboa) com outros funcionários clandestinos para trocar materiais (*Avante!, O Militante, etc*)” (Conceição Matos 18/4/17)

As funcionárias ficavam confinadas a estas tarefas efectuadas metodicamente conforme as regras administrativas o que provocava uma rotinização do trabalho e do dia-a-dia. Consequentemente, existia a preocupação em maximizar o dia aproveitando os seus momentos:

“ (...) nunca me deitava antes de ter tudo arrumado para outro dia. Portanto, manter a ordem e para ter disponibilidade para continuar a ir a janela, para continuar a ter a vigilância, continuar a ter as vizinhas, continuar a vida normal de vigilância” (**Faustina Barradas 4/5/17**)

“Ao sábado de manhã, lavo a roupa de cor, ponho a branca em sabão e de tarefa faço limpeza geral às casas. Domingo de manhã lavo a roupa branca que fica de sábado e até que seque faço a lida da casa de tarde dou os pontos necessários, ao serão passo a ferro; fica tudo resolvido. Nos dias seguintes, de manhã faço as compras para o dia, arrumo as casas, faço o almoço e determino o jantar, leio “o Século”, almoço e arrumo a cozinha. Às duas horas tenho tudo despachados. Das duas às seis ficam 4 horas para estudar. Às 6 horas faço o jantar, às sete e meia jantamos e às 8 começo a estudar, até as 10h. Assim ficam-me 5 dias por semana, com 6 horas por dia para estudar, são 30 horas por semana (...)”¹⁷² **Maria Cabecinha**

¹⁷² A *Voz das Camaradas*, Julho, 1956, nº2

É fácil compreender que existia uma divisão de tarefas entre os funcionários e as funcionárias clandestinas: os primeiros, tinham na sua maioria tarefas de organização exteriores à casa, o que quebrava de alguma forma a sua rotina havendo uma maior socialização; as funcionárias, na sua maioria, tinham tarefas domésticas e de vigilância confinadas ao espaço da casa sendo pouca a socialização, feita apenas com os vizinhos ou camaradas que pernoitavam ou reuniam quando possível. Esta situação poderia provocar frustrações como estagnações no desenvolvimento político e pessoal das clandestinas. Num questionário, feito pelo PCP, às “companheiras” das casas clandestinas em 1960, algumas das respostas mostram inconformação e desânimo com as tarefas que tinham de cumprir:

“Quanto ao estar satisfeita com a tarefa que desempenho devo dizer que não estou. Custando-me bastante a conformar que ao fim de quase 13 anos continuo agarrada às panelas e aos tachos pois que eu penso que poderia fazer alguma coisa mais”
Rosa Maria (pseudónimo)¹⁷³

Não estou satisfeita, porque gostaria de poder da uma contribuição maior ao P., mas devido ao meu atraso quer político, que cultural, levando em conta o meu estado de saúde, não sei se mé possível fazer mais alguma coisa” **Gina (pseudónimo)**¹⁷⁴

“Não. Gostaria que a minha situação de funcionária do partido fosse mais útil ao partido” **Vaz (pseudónimo)**¹⁷⁵

“Considerando o tempo que tenho estado nas casas do nosso Partido, cheguei à conclusão que a tarefa da casa não é a que gostaria mais de resolver; porque a casa é que me tem absorvido quase todo o tempo que eu gostaria de dedicar ao estudo, e por isso considero o trabalho da casa como um pesadelo, ao qual atribui as culpas de hoje me encontrar tão atrasada no estudo político” **Elisa (Evelina Diogo)**¹⁷⁶

Esta divisão de tarefas é justificada pela necessidade de não levantar suspeitas exteriores à casa e aparentar normalidade. Normalidade por referência à imagem social dominante das mulheres e à conseqüente circunscrição destas ao universo doméstico/familiar:

¹⁷³ Tribunal CL, 2ª Juízo Criminal, proc. 92/62, 6º volume NT 704, fl.457

¹⁷⁴ Tribunal CL, 2ª Juízo Criminal, proc. 92/62, 6º volume NT 704, fl.458

¹⁷⁵ Tribunal CL, 2ª Juízo Criminal, proc. 92/62, 6º volume NT 704, fl.461

¹⁷⁶ Tribunal CL, 2ª Juízo Criminal, proc. 92/62, 6º volume NT 704, fl.457

“Naquela altura as mulheres trabalhavam pouco, não é? Era normalmente o homem não era estranho uma mulher estar em casa.” (**Faustina Barradas 9/3/17**)

“Porque era aquilo que era o papel tradicional da sociedade tinham essa tarefa: da manutenção da casa, da defesa e vigilância da casa que era uma tarefa extramente desgastante” (**Mariana Rafael 24/11/16**)

O encontro por parte de uma mulher com um homem ou a necessidade de comparecer a reuniões que normalmente aconteciam à noite poderiam levantar grandes suspeitas, como aponta Domingos Abrantes:

“Por exemplo, mulheres que iam para reuniões com homens não é preciso ir para o Alentejo, mesmo no Barreiro isso era um problema sério e às vezes iam sem os maridos e os maridos não eram do mesmo organismo, era um problema. Ou ficavam ou regressavam a noite. Regressavam a noite isso era um problema complicadíssimo estamos a falar de coisas a 50 anos. Isso não pode ser visto com os olhos de hoje, portanto uma mulher que fosse vista a noite sozinha ali a andar por ali uns sítios estava arrumada” (Domingo Abrantes 6/6/17)

Outra razão prende-se com o facto de haver menos segurança se dois funcionários tivessem trabalho de organização, pois implicaria, primeiro, que ambos saíssem de casa constantemente, o que poderia levantar suspeitas e, segundo, se fossem apanhados pela PIDE, ambos os funcionários teriam informações delicadas comprometendo o aparelho clandestino. Neste caso, existia sempre uma separação de tarefas podendo coabitar um funcionário e funcionária; duas funcionárias; e, por vezes, três funcionários, cabendo ao casal ajudar a/o funcionário/a com maiores responsabilidades. A separação do “casal” poderia tornar-se uma condicionante para aceitar as novas funções, principalmente se se tratasse realmente de um casal:

“Hoje talvez tivesse arrependida. Hoje estou arrependida, mas porque seria bom para mim ter actividade politica tinha saído. Mas na altura tomei aquela decisão que achava mais correcta. Hoje penso que para mim teria sido melhor (...) incluía que a gente se tinha que separar. O companheiro deixava de estar. A gente depois pronto tinha que fazer a vida com outros camaradas, casal e se nós encontrávamos de tempos a tempos. Ou no Natal ou Ano Novo assim. Os dois camaradas com a actividade política não se podia estar. Isso também levou a também não querer. Na altura eu achava que precisava de me adaptar ao camarada. (...). Mas principalmente eu achei que a defesa da casa eu precisava de mais tempo para me adaptar. Para sentir mais o partido. Eu precisei. E então não fui para a actividade política.” (**Adelaide Silva 13/3/17**)

Contudo, não quer dizer que esta forma de divisão de tarefas fosse aceite. Margarida Tengarrinha aponta que pelo facto de uma mulher ter tarefas de organização poderia ser mais fácil à polícia política não a detectar:

“Para quem conhece as coisas, não, de maneira nenhuma. Quanto a mim, uma mulher que estivesse no trabalho de organização, era muito menos detectável do que um homem. Eu estava na organização dos economistas [e] comecei a achar que a casa ou a zona estava a ser vigiada. Ora bem, eu tenho a certeza que se fosse um homem, tinha sido presa ali. Mas uma mulher, vestida de preto, de lenço na cabeça, que ainda por cima pegou na alfofa do bebé e ia com a alfofa do bebé para se meter no carro, não dá nada a imagem de uma, de um dirigente político clandestino, pois não¹⁷⁷?

Esta divisão de tarefas não se deve inteiramente a razões práticas ou às condicionantes do contexto social da época mas também por existirem por parte de militantes e funcionários preconceitos relativamente às funcionárias. São inúmeros os artigos que na *A Voz das Camaradas* toca este assunto. A “amiga” da casa clandestina encontrava-se numa situação mais fragilizada que o seu “companheiro” pois as suas tarefas implicavam um maior grau de isolamento e se não houvesse um acompanhamento personalizado por parte do seu camarada de casa e do controleiro essa situação agravava-se, provocando um afastamento e atraso político maior:

“Durante o tempo que vivi com o meu companheiro ele não me ajudava porque não tinha paciência e o pouco que estudava fazia-o sozinha. Isso atrasou-me muito, mas agora o Partido já esta a ajudar-me”¹⁷⁸

“(…) há camaradas que não dão tempo às amigas de se tornarem responsáveis e agirem por si. Estes camaradas ralham (sublinhado no original) constantemente. Andam a toda o momento em cima das pessoas, até que até faz impressão. Entretanto, não reúnem com as camaradas e têm sempre desculpas para isso. Não as ajudam politicamente mostrando-lhes a importância das tarefas e os perigos de não serem cumpridoras e nunca as criticam a sério. Eu digo às amigas que se devem impor perante isto. Que não admitam ralhos nem dum camarada nem do seu companheiro! Porque os ralhos e repreensões constantes as inferiorizam e acanham, lhes destroem a personalidade tiram a independência. (...)”

Esta situação evidencia a dupla existência do militante comunista entre uma vida em comum e uma vida em vanguarda, como refere José Neves, dividindo a corporalidade entre o homem comum e o militante. A visão vanguardista diferencia estas duas corporalidades sobrepondo a emoção à razão, cabendo ao corpo militante compensar este desequilíbrio sobrepondo a razão à emoção¹⁷⁹. A segunda componente da visão vanguardista, menos frequente, pressupõe que os comportamentos racionais são quase inexistentes no corpo dos homens, como a ausência de certas qualidades emocionais,

¹⁷⁷ Em entrevista concedida a Vanessa de Almeida. Cit in Almeida, V. (2015). *Vozes femininas da clandestinidade comunista (1940-1974)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p.73.

¹⁷⁸ *A Voz das Camaradas*, Agosto, 1961, n.º20

¹⁷⁹ Neves, José. 2008. *Comunismo E Nacionalismo Em Portugal*. Tinta da China, p.370

sendo necessário não só a racionalização do corpo do militante como também a especificação emocional.¹⁸⁰

Noutro caminho, a tendência do comum, como parte do princípio que existe apenas um plano no processo histórico, considera que as emoções e a razão se diluem no corpo e conseqüentemente é valorizada a relação em vez da identidade do sujeito acabando com a dicotomia razão/emoção. Como José Neves aponta “tudo se resolve no interior do plano e através do corpo. Tal como não se reconhece à razão a faculdade de se desprender das massas e instituir uma divisão de tarefas segundo a qual o partido dirige e as massas se movimentam. Não se admite que quem é parte do processo histórico, quem toma partido, reivindique para si um plano superior ao plano onde tudo se joga”¹⁸¹.

Postas estas duas visões, esta dualidade, se a quisermos assim chamar, está presente no discurso do PCP referente à questão das funcionárias. Existe uma explicação assente nos condicionalismos da época, que afectam a moral e o comportamento dos militantes, mas que não é justificável havendo assim uma tentativa de racionalização nos vários artigos dirigidos aos funcionários.

Esta divisão, e os preconceitos associados, não remetem necessariamente para uma desvalorização das funcionárias das casas clandestinas, mas antes para uma compreensão da sua circunstância de isolamento para a conseqüente pressão emocional e mental. Para contrariar esta situação, o PCP exalta as tarefas das clandestinas valorizando-as:

(...) como vemos (embora isto signifique o grande desejo de fazermos sempre mais) a subestimação da importância da nossa tarefa leva-nos também a diminuirmos, injustamente, a contribuição que damos à luta que o nosso povo trava pela sua libertação, criando-nos um espírito mau, que nos faz perder a confiança em nós próprias. Esta ideia deve ser por nós firmemente combatida, porque tomando verdadeira consciência da importância da nossa tarefa, sentir-nos-emos confiantes nas nossas próprias possibilidades e isso aumentará, por sua vez, a nossa vontade de vencermos as nossas dificuldades de várias ordem. (...)¹⁸²

¹⁸⁰ Idem. p.371.

¹⁸¹ Idem, p.372

¹⁸² *A Voz das Camaradas*, Agosto, 1956, n^o5

Algumas das entrevistadas referem que a sua prioridade eram os trabalhos de vigilância e de apoio indicando que as tarefas domésticas estariam em segundo plano, encaradas como uma necessidade prática:

“Também era verdade que às vezes não havia vagar para fazer o almoço. Parecia, vinha uma coisa de repente que se tinha que fazer e não havia vagar de fazer o almoço não havia problemas pronto. Ia-se fazer aquilo, acabar e depois almoçava-se qualquer coisa e resolvia-se assim” (**Maria Cabecinha 29/4/17**)

Também há casos em que os camaradas ajudavam as funcionárias na altura de preparar as refeições ou de outras tarefas se o tempo o permitisse:

“Ajudavam em tudo. Se era preciso cozinhar, cozinham, se era preciso passar uma camisa passavam, se era preciso varrer uma casa ou aspirar uma casa, aspiravam. Aquilo ali não havia tarefas «tu fazes isto porque és mulher». Não. E eu dizia «epah isto não é nada daquilo como lá na minha terra. (...) Se eu estava a fazer uma tarefa, ou a escrever a máquina que eu aprendi muito por causa disso, de escrever muito a máquina. Ele diz assim «deixa estar. Fica a acabar isso que eu vou fazer o almoço». (**Evelina Diogo 4/4/17**)

Para algumas mulheres o “mergulho” na clandestinidade é entendido como um marcador biográfico de grande importância, de autovalorização, enquanto momento de emancipação:

“Valorização do ego! Valorização do ego. Valorizou. E responsabilidade mais. Mais responsabilidade. Porque ser funcionaria do partido não é a mesma coisa que ser companheira. É menos responsabilidade. Eles sabiam que se eu fosse presa, eles sabiam que eu sabia algumas coisas. (...) Eu penso, pode ser uma parvoíce minha mas, eu sentia-me realizada. Eu para mim a passagem para a clandestinidade foi uma realização como mulher e como democrata. Penso que foi uma boa experiência e que valeu a pena apesar de todas as coisas. Valeu a pena eu sentia-me realizada” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

“ (...) E eles a olharem para mim estava num café «será uma prostituta». Eu passei por prostituta. Oh menina, nós passávamos por prostitutas” (**Evelina Diogo 4/4/17**)

Estas duas passagens revelam dois aspectos importantes. Primeiro, a relevância do percurso individual de Adelaide, que aos 18 anos casa e até entrar na clandestinidade tem numa relação abusiva com o seu marido de então, havendo uma libertação na clandestinidade, recordada como um caminho de emancipação e descoberta. Apesar de se tratar de um percurso de vida particular, era recorrente existir resistência por parte de maridos à participação das companheiras na actividade partidária:

“Era uma camarada do Barreiro, uma jovem talentosa, de garra. E, portanto, era uma camarada que a gente estava interessado puxar por ela. E fui falar com ela e com ele e disse «o partido acha que a tua camarada está cheia de potencialidades, combativa e que pode dar mais ao partido. Mas para isso é preciso mais disponibilidade.» E ele disse «completamente de acordo desde que eu chegue a casa e tenha o jantar na mesa»”
(Domingo Abrantes 6/6/17)

Por outro lado, quando Adelaide distingue entre “funcionárias” e “companheira” valoriza mais a primeira pois “companheira” é referida num plano de menor importância política. É compreendida como apenas “a companheira” do funcionário, que entrou para a clandestinidade por causa do marido. O termo “companheira” é usado para referir as funcionárias clandestinas, referindo-se aos funcionários que trabalham fora da casa como “companheiros”. Esta terminologia demonstra que por vezes era ténue a verdadeira relação entre os dois funcionários. Em primeiro lugar, porque possivelmente a prática do dia-a-dia de manutenção de uma fachada enquanto casal tomava conta da verdadeira situação enquanto funcionários e camaradas e, em segundo lugar, pelas próprias tarefas das funcionárias, em particular para as tarefas domésticas tidas como “naturais” na divisão sexual do trabalho.

A segunda passagem da Evelina revela a importância de uma mulher ocupar e ter uma actividade política, ocupando um lugar que não era suposto ocupar. Se considerarmos um quadro social normativo em que a mulher está circunscrita à casa e à família, a existência de mulheres numa organização política – apesar das suas condicionantes – significava já uma ruptura com o seu papel “natural”.

Desta forma, a coabitação com um desconhecido poderia ser um grande desafio pois implicava uma convivência quotidiana por longos períodos de tempo. A necessidade de uma “compreensão” e “transigência para os pequenos nada que fazem a vida diária numa casa” minimizando as discussões e “espírito mesquinho” é central. Esta convivência tinha assentar num princípio de respeito e de camaradagem, como aponta Evelina:

“Tinha uma pessoa que ter uma grande mentalidade dentro da cabeça. Viver com um homem em casa como eu vivi com um 1 ano e meio, quase 2 anos. Quer dizer ele tinha a companheira presa e arranjaram-me a mim para ir para o pé dele. Já viu. Qual é homem desta idade que estava com uma rapariga jovem com 21 anos dentro de casa e não tentava. Esta a perceber, seduzi-la. Mas não havia ali

respeitinho” (Evelina Diogo 4/4/17)

Era comum que da relação de camaradagem resultasse uma relação amorosa. A vida em clandestinidade representava um corte completo com a vida anterior e o afastamento de familiares e amigos em simultâneo com a exteriorização de uma vida completa. O isolamento não era apenas físico, mas sobretudo emocional. Era habitual que ambos os funcionários aprofundassem a relação de afecto e de amizade:

“Nunca teria acontecido nem eu estava preparada para assumir uma situação dessas. Um homem mais velho que eu e tudo ele tinha mais 14 anos que eu. Não. Se não fosse o partido a gente nunca se tinha juntado (...).” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

“Até que arranjámos uma casa e pronto fui viver com o Zé, cada um no seu quarto. Nada de confusões, sempre muito bem comportadinhos (...) E pronto montámos a instalação e passado seis meses não comprei mais lençóis, juntámo-nos (...)” (**Faustina Barradas 2015**)

“Depois em 70, o meu marido, o Armando, veio para a clandestinidade e eu e ele fomos viver para uma casa. Não nos conhecíamos é aquela situação do casal que exteriormente era um casal. Depois passámos a ser, mas isso foi uma decisão nossa, pessoal. Mas foi assim” (**Mariana Rafael 24/11/17**)

Ao mesmo tempo, esta relação, criada devido ao isolamento, também se tornava mais provável visto que os funcionários partilhavam não só a mesma condição de vida mas também uma geografia política. Relação esta que Clara Zetkin aborda na sua concepção de igualdade entre homem e mulher e em última instância de comunistas pela construção do socialismo: “Quando um proletário então exclamar: «a minha mulher!», pensará também: «camarada dos meus ideais, companheira das minhas batalhas, mãe dos meus filhos para batalhas futuras»¹⁸³. Consequentemente, o PCP, chama a atenção para os casais em que essa assimetria de esclarecimento político possa existir e para a necessidade de a debelar no sentido de uma maior aproximação ao ideal do casal comunista.

(...) o nosso Partido tem salientado a necessidade de todos os militantes e simpatizantes preparem e esclarecerem as suas companheiras, de lhes explicarem o que é o Partido e os objectivos porque luta, de as esclarecerem sobre as razões de luta do nosso povo contra a política de fome e exploração e de guerra da camarilha salazarista. (...) a vida torna-se

¹⁸³ Extractos do texto “O estudante e a mulher” de Clara Zetkin in Organização das Mulheres Comunistas, 2007. *Clara Zetkin E a Luta Das Mulheres*. Avante!p.136.

mais alegre quando há entre o casal comunhão de ideias e uma compreensão igual, quando há respeito e confiança mútua, quando os interesses, aspirações e objectivos são iguais.¹⁸⁴

Contudo, esta aproximação amorosa pela possibilidade de separação, por mudança de funções, pelo risco de prisão ou até de assassinato revelava-se arriscada. É o caso da Conceição e de Domingos Abrantes, ambos presos, e saindo mais cedo Conceição vivendo ainda alguns anos sem o seu companheiro ou de Maria Cabecinha, quando António Gervásio, seu companheiro foi preso pela PIDE, o que implicou que Maria fosse enviada para outra região com outra tarefa sendo ela mais tarde também presa pela PIDE invertendo assim a situação. É notável que muitos dos casais formados na clandestinidade não passassem muito tempo juntos, em particular se um deles tivesse funções que implicasse viagens longas.

Na eventualidade de um desentendimento entre o casal, e sem outra instância de mediação, como família ou amigos, o PCP intervinha como mediador por via do controlador ou outro funcionário hierarquicamente superior. Se não existisse solução os funcionários eram separados e encaminhados para outra região, casa e sector.¹⁸⁵ Apesar de existir uma grande presença da hierarquia no organismo, não existia impedimento por parte do mesmo que houvesse casais desde que ambos fossem livres, ou seja, se alguém do casal tivesse um compromisso com outro camarada essa relação tinha que acabar, pois essa era considerada a boa conduta a ter.¹⁸⁶

O conceito de instituição total, de Goffman, foi uma ferramenta interessante para interpretar o aparelho da clandestinidade do PCP e a sua organização: “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”¹⁸⁷ Comparativamente à vida do indivíduo na sociedade maior onde as suas actividades estão separadas pelos diferentes lugares, co-participantes, autoridades, etc. nas instituições totais, essa separação não existe. Todas as actividades são realizadas no mesmo local e sob uma única autoridade. Consequentemente, as mesmas são realizadas segundo as

¹⁸⁴ *O Militante*, Ano 24 III serie nº91 Fevereiro, 1957

¹⁸⁵ Barradas, Ana. 2004. *As Clandestinas*. Ela por Ela.p.45-46.

¹⁸⁶ Nogueira, Cristina. 2011. *Vidas Na Clandestinidade*. Edições Avante!p.128.

¹⁸⁷ Goffman, Erving. 1961. *Manicômios, Prisões E Conventos*. Editora Perspectiva.p.11.

directrizes de um plano racional único a fim de cumprir os objectivos da instituição por via de um conjunto de regras formais, imposto de cima para baixo. Trata-se assim de uma omnipresença da organização em que o conjunto de regras administrativas são o partido, estabelecendo-se na mentalidade dos militantes alicerçando-se em qualquer local reproduzindo o seu padrão e esquemas de identificação.¹⁸⁸ São as regras e métodos que compõem e constroem o partido.

Contudo, isto não quer dizer que os militantes e funcionários cumprissem estritamente todas as indicações, sem desvios ou questionamentos destas mesmas regras. Veja-se o exemplo da personagem Afonso em *Até Amanha Camaradas* que personifica o funcionário incumpridor das regras conspirativas:

“Apenas uma coisa não compreendia e considerava absurda e estúpida. Aquilo que tão solenemente os camaradas chamavam as regras conspirativas. Algumas, enfim, podiam-se entender. Chegar a horas, por exemplo. Outras só para rir. Assim, que tinha a ver com o trabalho do Partido essa obrigação de fazer a barba todos os dias? Seria isto assunto que merecesse constatar duma resolução do Secretariado do Comité Central? Era ridículo.

Mas fialho pensava de outra forma e um dia chamou-lhe a atenção.

-Não fizeste hoje a barba, camarada. O que te impediu de fazê-la?

-Nada. – respondeu Afonso.– Não preciso.

- É uma resolução, bem sabes.

-Para ti está bem, que tens a barba cerrada. Mas eu, como vês, não tenho barba quase nenhuma.

- A resolução não é para quem tem barba cerrada. É para todos os funcionários do Partido (...) Ao voltar a casa, Afonso viu-se ao espelho. Pôs uma lâmina na *gillette* e pegou no pincel. Mas logo se arrependeu.

- Que se lixe – murmurou.

Arrumou de novo tudo no seu sítio, recostou-se na cama, pegou num livro e pôs-se a ler”¹⁸⁹

“Eram estas as considerações que fazia Afonso sentado à beira da estrada, olhando a nespereira ramalhuda e desengonçada, onde luzia o amarelo dos frutos. Fialho dissera-lhe que, depois dum acidente ocorrido com dois camaradas de que ia resultando a sua prisão, fora expressamente proibido aos funcionários apanharem qualquer fruto sem licença dos donos. Isso é porém mais fácil de dizer, de recomendar, quando se não tem fome, ou

¹⁸⁸Pereira, José Pacheco. 1993. *A Sombra - Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*. Lisboa: Gradiva.p.70.

¹⁸⁹Tiago, Miguel. 1980. *Até Amanhã, Camaradas*. Avante!p.216-218.

quando se tem resistência excepcional. (...) quando Afonso chegou a este ponto dos seus pensamentos, já se tinha levantando e já estendia a mão para a nespereira”¹⁹⁰

4.3. Crianças na clandestinidade

Um dos pontos mais delicados e sensíveis que as entrevistadas apontam sobre a vida em clandestinidade diz respeito à existência de filhos. Adelaide é exemplo dos riscos que se corre ao “mergulhar” deixando o filho:

“A gente sofre e lembra-se disso, não é? Acho que estando era pior (...) não trouxe por duas razões. Uma razão é porque ele já está com 4 anos e quando ele chegar aos 7 tem de se decidir ou vai para a União Soviética ou ia para a casa da família. Depois eu era casada na altura com outra pessoa...o pai não é de confiança embora fosse do partido na altura, mas não era...depois quando foi a situação de me ir embora...a minha fotografia no jornal...ele podia por a minha fotografia no jornal. Ele era pessoa para isso e punha em perigo uma série de gente e então não levei o miúdo. O miúdo ficou cá.” (**Adelaide Silva 23/11/17**)

Desta forma, ter ou não ter filhos tornava-se uma opção condicionada pela clandestinidade. Os métodos anticoncepcionais eram inexistentes ou de difícil alcance e a mulher era por vezes, confrontada com a decisão sobre a interrupção voluntária da gravidez. O partido permitia e aceitava a reflexão e a decisão do casal, mas sempre alertando para uma eventual separação da criança:

“depois pronto, mas nós queríamos ter 2 filhos, decidimos não foi preciso encarar a ideia de fazer um aborto. Podíamos ter recorrido a essa ideia. [o partido apoiou?] Sim, muito, muito. O partido é um conjunto de pessoas muito humanas em geral. E na clandestinidade não tenho assim que dizer nada, de uma humanidade e ensinaram-me a ser humana” (**Mariana Rafael 24/11/16**)

“Portanto os camaradas nunca se opuseram, sabiam que tínhamos de ser nós a resolver esse problema. O Partido nunca obrigou ninguém a fazer abortos, nunca obrigou ninguém a separar-se, mas tanto que tínhamos as limitações que tínhamos” (**Faustina Barradas 2015**)

“(…) mas a gente via as complicações que isso criava e já tínhamos aquele e já sofríamos as circunstâncias da vida e arranjar mais outro, não, não. Depois pronto depois era tarde, depois começou-se a fazer tarde. Mas gostaria de ter tido (...) e depois ter outro lá que iríamos passar pelo mesmo que se tinha passado por aquele ou se estava a passar por aquele. Ter de vir embora e de a gente ficar sem ele e então se fosse mais outro podia ter.

¹⁹⁰ Idem, p.292.

Não calhou tivemos o cuidado de se defender e de se proteger para não fazer mesmo mais nenhum embora (...)" (**Maria Cabecinha 29/4/17**)

Até à separação o casal enfrentava alguns problemas. O primeiro diz respeito ao próprio acompanhamento durante a gravidez e o parto. Era difícil o acompanhamento pois o acesso aos hospitais públicos implicava riscos, e algumas das funcionárias não tinham BI (falso nestes casos) e poderiam ser reconhecidas. Se fosse possível, recorria-se a camaradas que trabalhavam na área de pediatria facilitando assim o acompanhamento. Existem vários relatos de acompanhamentos diferenciados:

“No meu caso não foi complicado aliás por aquilo que conheço da minha gravidez e os meus partos foram felizes e pacíficos. Inclusivamente como eu não tinha BI, nunca tive BI verdadeiro até ao 25 de Abril, eram falsos, portanto não estava registada em lado nenhuma, não havia impressões digitais não havia nada. Então pode frequentar aulas de parto psicoprofilático no ginásio na Avenida 5 de Outubro que é de uma camarada nossa (...) A minha filha nasceu no método psicoprofilático, que é o fazer o parto sem dor que é a respiração que se faz aquela ginástica toda. Depois com uma médica excepcional. Portanto, ai foi num hospital particular uma das coisas mais luxuosas de Lisboa. A médica era sócia e ela tinha já assistido muitos partos (...) A certa altura ela disse "eu ajudo, mas não em casa. Nunca mais faço partos em casa". Então foi aí que fui para lá. Aquilo ficou barato ao fim de 48 horas fui-me embora (...)" (**Mariana Rafael 24/11/16**)

“ (...) e as pessoas não tinham muita assistência, as mulheres grávidas não tinham muita assistência. Mas uma das coisas que o partido tinha era muita atenção e um apoio muito grande às grávidas. Portanto íamos ao médico, quando eu fiquei grávida fui ao médico, havia esse acompanhamento tanto quanto possível. Havia casos em que não era possível, temos casos, de uma camarada, mais que uma, mas esta que vos vou contar morreu de parto, dias depois, creio eu, de hemorragias (...). Eu tive essa assistência, tínhamos o nome da casa, íamos ao médico mais perto da casa, para manter esse nome para se acontecesse alguma coisa pudermos chama-lo lá a casa e não haver identidades pedidas, éramos conhecidos dali.” (**Faustina Barradas 4/5/17**)

O segundo desafio era o registo da criança. A regra do PCP estabelecia que as crianças deveriam ser chamadas pelo seu nome verdadeiro para que não houvesse confusão. O registo das crianças é acompanhado de peripécias, reveladoras do elevado risco que se corria:

“Não há testemunhas, não há padrinhos, não há documentos. Chegamos ao Porto, à freguesia da Sé e dizem-nos lá “mas não têm assim ninguém que possa testemunhar?” “Ah é que eu vim do trabalho e não tenho documentos esqueci-me deles em casa”. Tudo muito simpático, vamos para baixo e encontramos os Almeidas (...). Perguntamos se tinham documentos, tinham voltámos a subir e pronto, foi assim, foram os padrinhos” (**Faustina Barradas 2015**)

Ocasionalmente era enviada roupa doada para a criança. A comida também fazia parte das grandes preocupações, implicando um maior controlo do salário para oferecer uma alimentação diversificada, como conta Faustina:

“Portanto se tu moravas num meio rural tens sempre os vizinhos que te dão fafas, ervilhas, couves não sei que ou se tens um quintalzinho fazes e portanto, e nós também tivemos um quintal, todas as casas tinham quase todas um quintal depois...hortaliça, saladas vais cultivando assim umas coisas. (...) Portanto, tu não podias ter dividas e se tu fizeres a conta em vez de ao mês fazes a semana. Só posso gastar X. A menina precisa disto. Dei sempre mama. Foi uma coisa muito boa. (...) E depois as sopas e a fruta. Tinhas que tirar para a criança as peças de fruta da semana, não quer dizer que comprasses só durante a semana podias comprar a meio da semana. Mas o dinheiro que tu tinhas era só aquele dinheiro” (Faustina Barradas 2015)

Ter crianças implicava assim uma melhor organização do dia-a-dia e coordenação com o companheiro, como relatam Mariana e Faustina:

“O Armando lavava-as [fraldas de pano] tão bem. Fazia tudo o que fosse preciso, passava a ferro depois não tinha paciência era para dobrar. Dobrar aquelas coisas das crianças a roupa era tudo mais complicado. (...) ele passava e depois atirava para eu dobrar. E tinha que ser assim e nunca houve, o Armando sempre foi uma pessoa impecável.” (Mariana Rafael 24/11/16)

“Era um pai muito presente. Excepto naqueles dias em que tinha de sair às vezes, portanto, duas vezes no congresso em que ele teve um mês inteiro fora, em França, Itália para fora. Mas que pronto regressava e era um pai presente porque ao fim a cabo havia muitas 24 horas seguidas com o pai. Era um pai presente. Dentro dos possíveis era um pai presente não era assim um pai muito ausente (...) Ele foi muito dedicado com a (...) sempre devido aquela situação. E a certa altura não nos demos conta que não estávamos a fazer bem o trabalho na educação das meninas. Que era muito o Zé ocupava-se muito da (...) eu ocupava-me muito da (...) portanto quando nasceu a mais pequenina nós só tínhamos as duas e, e não tivemos de consciência que aquilo não estava a funcionar muito bem.” (Faustina Barradas 9/3/17)

Com o desenvolver da criança, diminuía a segurança da casa e da família pois esta poderia falar inocentemente de coisas que levantariam suspeitas, sendo também necessário arranjar justificações para a criança estar sempre em casa e sair poucas vezes ou o facto de não ir à escola. Por isso mesmo, quando chegado a altura de a criança frequentar a escola, os pais tinham duas opções: ou a criança era levada para junto de familiares ou enviada para a União Soviética para a Escola-Internato Internacional de Ivanovo:

“Portanto a (...) vai para os meus sogros e...e...e aí é...um sentimento, só quem passa por ele sabe...uma separação...que não passa mais para nós nem para eles, para os filhos. Não passa. Portanto é um corte (...)” (Faustina Barradas 2015)

“Ai foi das partes mais dolorosas de toda a minha vida. Foi difícil, difícil, difícil. Eu não tinha irmãos tinha sempre. (...). Não ter irmãos e depois pensar que tenho um filho e vou ficar sem ele. Não era conviver era criá-lo à minha maneira como pudesse ser. Foi difícil, mas fui-me mentalizando para isso. Quando chegou a hora de já não poder estar connosco tomamos a decisão de ele vir para a família” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

4.4. O Estudo

Um dos jornais mais relevantes na vida destas mulheres foi *A Voz das Camaradas*. Anteriormente a este jornal existia o *3 Páginas*, criado em 1946, com 68 números até 1956, ano em que foi substituído pela *Voz das Camaradas*, com 50 números publicados até 1970¹⁹¹. O jornal foi dirigido por Cândida Ventura, que não compreendia porque não existia um órgão que retirasse do isolamento as “amigas”:

“Embora antes tivesse tido contactos com algumas mulheres funcionárias nas «casas do partido», somente durante aquele período fui a outras «casas do partido» e só então me foi possível verificar como essas mulheres viviam completamente isoladas da luta que os homens, funcionários, travavam dia-a-dia do que se passava no país e no mundo. Ocupavam-se exclusivamente dos trabalhos domésticos e da vigilância. Não liam a imprensa, nem sequer a do Partido (algumas eram quase analfabetas). Os «camaradas» que viviam nessas «casas» não lhes falavam da situação política e das tarefas do Partido. Chocada com essa situação, propus ao «secretariado» que se fizesse um jornal para elas, que passassem a assistir a parte das reuniões que se realizavam nas casas ilegais e que os funcionários em cujas casas se encontrassem amigas que mal sabiam ler as ajudassem a vencer este atraso.”¹⁹²

Com a mudança de tarefa de Cândida Ventura, Margarida Tengarrinha ocupa-se do jornal, que sofre algumas transformações:

“Refilona como sempre fui critiquei o nome, que não tinha qualquer significado nem rigor, até porque eram três filhas e portanto seis páginas (...) daí a pouco tempo os camaradas encarregaram-me da execução do boletim que passou a chamar-se *A Voz das Camaradas* e foi um trabalho muito gratificante para mim, até porque pus a imaginação e as mãos a trabalhar, com o objectivo de tirar do stencil todas as potencialidades gráficas que ele possibilitava, com desenhos a claro-escuro e meias-tintas, embora a reprodução fosse com o velho sistema artesanal, da moldura de madeira com rede e a passagem do rolo página a página”¹⁹³

¹⁹¹ Nogueira, Cristina. 2015. “Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas Para as Camaradas Das Casas Do Partido E A Voz Das Camarada Das Casas Do Partido.” In *Ditadura E Revolução - Democracia E Políticas Da Memória*, edited by Manuel et al Loff. Almedina.p.172

¹⁹² Ventura, Cândida. 1984. *O «Socialismo» Que Eu Vivi*. o jornal.p.32

¹⁹³ Tengarrinha, Margarida. 2004. *Quadros Da Memória*. Avante! p.50.

Muitas confidenciam a importância da *Voz das Camaradas* na manutenção do contacto com as outras clandestinas quebrando assim o isolamento. As colunas no jornal “coisas que eu sinto”; “correspondência entre camaradas” são exemplo da necessidade de serem partilhados estados de espírito que acabavam por servir como ponte de apoio entre as funcionárias:

“Aquilo era como se fosse nós termos convívios umas com as outras não tínhamos outra maneira cada uma estava do seu lado e não nos podíamos ver uns aos outros” (**Evelina Diogo 27/4/17**)

“ (...) e a gente escrevia sobre a experiência que tínhamos. O que é que tínhamos aprendido ou vivido pronto. Era um contacto porque nós não nos podíamos contactar se não com a pessoa que controlava a nossa casa ou o trabalho. Mas aquilo era uma forma de convívio, contacto e ao mesmo tempo de ajuda também, umas com as outras” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

“Era uma forma indirecta de socialização muito restrita não digo pobre, mas muito limitada. Mas era uma forma de socialização. Substituta da socialização normal não é (...). Ao ler a gente tem a noção do que a pessoa pensa de muita coisa, não é? E era isso que me ajudava. Foi importante nesse aspecto (...)” (**Mariana Rafael 24/11/17**)

Um dos grandes objectivos da existência do jornal, senão o principal, era servir de suporte para o desenvolvimento intelectual das camaradas a partir das leituras dos vários artigos. Esta é uma preocupação constante do partido. Muitos dos clandestinos, em particular as mulheres, eram analfabetos acabando por encontrar na clandestinidade uma base de apoio à aprendizagem da leitura e da escrita:

“E nós aprendemos com ele [pai] aquilo que sabíamos e depois no partido é que aprendi porque eu tinha uma grande força de vontade. Tinha aulas. Olhe, hoje sei ler, sei escrever, sei contar, sei a matemática faz de conta que eu andei numa escola até ao 12º ano”
Evelina Diogo (4/4/17)

São inúmeros os artigos que chamam a atenção das camaradas para participarem no jornal - “Por uma colaboração mais viva”, “Eu te saúdo querida *Voz das Camaradas*” - sendo a coluna “primeira colaboração” a mais evidente da responsabilização, encarada como tarefa. Nos 49 números de *A Voz das Camaradas* participaram 80 mulheres, embora o número de mulheres que colaboravam regularmente fosse maior do que o número das que o fazia pela primeira vez¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Nogueira, Cristina. 2015. “Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas Para as Camaradas Das Casas Do Partido E A Voz Das Camarada Das Casas Do Partido.” In *Ditadura E Revolução - Democracia E Políticas Da Memória*, edited by Manuel et al Loff. Almedina.p.172

Na sua maioria, os artigos tinham uma componente prática no sentido de ajudar as funcionárias das casas a melhorar o seu trabalho de vigilância, das tarefas domésticas, havendo trocas de experiência, por exemplo, ao nível da limpeza da casa, da gestão do horário de trabalho ou do salário demonstrando que a diversidade socioeconómica das clandestinas - intelectuais, operárias, assalariadas agrícolas, donas de casa – resultavam em dificuldades concretas:

“(…) E depois li outro artigo «ai camarada também tenho dificuldade em cozinhar» «olha é muito simples nós temos de fazer aquilo que temos na cabeça. A primeira vez fica mal feito, a segunda não fica tão bem, a terceira fica bem. Mas temos de andar para a frente. Temos de fazer aquilo que seja preciso». Um com mais dificuldades, menos dificuldade ninguém vai reparar nisso. Os camaradas sabem bem que nós não estamos ensinadas, temos de aprender a nossa custa. E ajudava. Depois elas ajudavam-me a mim e também o artigo que mandava também davam sugestões também fazer melhor e também estar mais a vontade. (...)” **(Evelina Diogo 4/4/17)**

“(…) porque começou a vir gente para o partido. Intelectuais, gente formada, gente de outra forma e que algumas, sobretudo as mulheres ou quem ficava em casa ou quem cuidava da casa por vezes não tinha a noção, bem a noção do que era orientar uma casa com aquele dinheiro e viver daquela forma. (...) Pronto, se elas andavam a estudar, a trabalhar ou a passear ou a vida que tivessem essa carga praticamente não tinham. Era os pais ou avós ou as famílias com quem viviam é que faziam. Elas não se interessavam muito nem se preocuparam muito por saber como é que era e depois quando lhe caía em cima a ter que chegar, a ter que resolver procuravam ajuda (...)” **(Maria Cabecinha 11/3/17)**

Tudo era discutido ao pormenor. Principalmente no que toca às medidas conspirativas que ocupavam um grande número de artigos. Todavia, não era somente esta temática que era tratada. Era também relevante o aprofundamento teórico no que toca à literatura marxista. Artigos como “A lei do valor na sociedade socialista”, “O que é o mercado comum?” ou “Lenine e a revolução de Outubro” são exemplos da importância atribuída à diversidade de leituras. Neste mesmo sentido, também era frequente encontrar no próprio jornal trechos de obras de Lenine, Marx ou Engels, apelidados como “mestres”, como literatura recomendada, como é o caso de *A doença infantil do comunismo* ou os capítulos VII, II do *Manuel de Economia Política*. Também era através deste jornal que alguns comunicados do PCP eram divulgados.

No segundo número de *A Voz das Camaradas* uma camarada propõe a realização de um curso político para as camaradas das casas, mas acaba por não ser exequível devido ao risco associado à mobilização das funcionárias das casas clandestinas. Apesar deste

condicionalismo o jornal irá ter uma secção intitulada “pergunta do mês” composta por várias perguntas subordinadas a um tema e a materiais específicos –desde a posição do PCP em relação ao culto da personalidade, passando pela solução pacífica do problema político português, ao programa do PCP, entre outros - sendo dadas as repostas no número seguinte.

Também os temas em relação à condição da mulher e da criança – “A mulher e a criança no Alentejo”, “A protecção à infância no nosso país” – o trabalho – “A vida das criadas”; “As camponesas na apanha da azeitona” – estão bastante presentes quer as lutas preconizadas pelas trabalhadoras – “As mulheres e a luta contra a vida cara”; “A luta das mulheres pela Paz”. Note-se, contudo, que as questões da maternidade e da criança ocupam uma grande número de artigos nos problemas das mulheres, como a questão da Paz e Guerra, que remetem para uma linguagem maternal no sentido em que são colocadas como problemas do foro feminino. Um certo maternalismo no qual a perda de vidas na guerra é subsumida na perda dos filhos pela mãe. Por outro lado, o estilo do jornal é marcado maioritariamente por uma linguagem simplificada – demonstrando preocupação para chegar as funcionárias com menos estudos - e paternalista em alguns dos artigos.

Outras fontes de leitura referidas são *O Militante* e o *Avante!*; o *Têxtil*; *O Corticeiro*; *O Camponês*; a Rádio Portugal Livre; e a compra obrigatória do jornal diário. A leitura em voz alta do *Avante!* como de outros órgão de informação por aqueles que eram alfabetizados aos restantes é apontado por Cristina Nogueira como um momento de agregação como da sua formação de identidade enquanto grupo funcionando assim como incentivo à alfabetização dos funcionários¹⁹⁵.

No fundo, tantos estes jornais como *A Voz das Camaradas* permitiram às funcionárias o acesso a informação que as ligava ao mundo exterior, quer no caso português com notícias referentes às condições de vida e às lutas travadas contra o regime, quer sobre o contexto internacional, em particular sobre os países socialistas e sobre a questão colonial – “O imperialismo Americano gendarme internacional”; “O homem deu

¹⁹⁵ Nogueira, Cristina. 2015. “Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas Para as Camaradas Das Casas Do Partido E A Voz Das Camarada Das Casas Do Partido.” In *Ditadura E Revolução -Democracia E Políticas Da Memória*, edited by Manuel et al Loff. Almedina.p.177.

os primeiros passos no caminho das estrelas”; “O XX congresso do PC da URSS e as calúnias imperialista”.

Contudo, não era somente este tipo de questões que o partido incentivava os funcionários a conhecerem. Era sugerido que alargassem para outros domínios com o objectivo de adquirirem “uma cultura geral estudando alguma coisa de gramática, geografia, aritmética, história de Portugal”¹⁹⁶.

Aliado a este “conhecimento geral” os romances estão presentes no quotidiano destas mulheres – no caso das entrevistadas que viveram a sua infância e juventude na clandestinidade os livros cedo aparecem - não apenas como ferramenta para o estudo mas também como momento de escapar à monotonia da clandestinidade:

“Ah fazia, todos os livros que me apareciam eu lia. Até comecei a pedir a certa altura livros emprestados aos vizinhos todos e depois quando apareceram as bibliotecas da Gulbkein então é que foi uma maravilha. Li muito, muito, muito. E lia o que aparecia eu já tinha lido sei lá o que, já estava farta de ler os Maias quando eu li o Tom Swayer.” (**Mariana Rafael 24/11/16**)

“E, portanto eu lia imensos livros pouco tempo antes de ser presa tinha lido um livro ajudou-me um bocado quando estava presa. Quando estava a passar pelas torturas. Foi o *Arco Iris* que já tinha falado. Mas li *A Mãe* do Gorki quer dizer lembrou-me de imensos livros, *Assim foi a Têmpora do Açò (...)*” (**Conceição Matos 11/1/17**)

Pacheco Pereira aponta a existência de uma certa uniformização das leituras devido também ao isolamento provocado pela clandestinidade tendo a literatura praticamente pontos de referência comunistas, como a literatura neo-realista ou de realismo socialista¹⁹⁷. Ao mesmo tempo, esta homogeneização da literatura incorpora em si a ideia de um meio para pensar a realidade a partir de uma imagética comum acabando por se constituir como contracultura ao regime.¹⁹⁸

Uma das razões apontada por Cristina Nogueira para a importância dada ao estudo remete para o desenvolvimento da consciência de classe através do conhecimento do real: “No entanto, esta formação da consciência política não valia só por si, mas com o objectivo de ser mais eficaz na sua acção, ou seja, uma melhor consciência política

¹⁹⁶ *A voz das Camaradas*, Abril, 1963, nº31

¹⁹⁷ Pereira, José Pacheco. 1993. *A Sombra - Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*. Lisboa: Gradiva.p.144-145

¹⁹⁸ Nogueira, Cristina. 2011. *Vidas Na Clandestinidade*. Edições Avante!

permitia um desempenho mais perfeito das tarefas que tinham em mãos e ainda daquelas que poderiam vir a desempenhar”¹⁹⁹.

Contudo, ao longo da leitura e análise de *A Voz das Camaradas* são inúmeros os artigos que reflectem uma grande dificuldade por parte das funcionárias em, por um lado, escrever e desenvolver ideias e, por outro, em ter tempo para escrever:

“Ainda hoje tenho dificuldade em escrever, em expor as minhas ideias. Tenho dificuldade em escrever. As vezes digo assim, ai tenho dificuldade em escrever. Para fazer alguma coisa risco, faço, faço primeiro tenho dificuldade em expor as minhas ideias em papel (...) nunca participei achava que tinha pouca experiencia. Quer dizer também não fui motivada para isso. O companheiro também não ajudou, nunca participei”. **(Adelaide Silva 13/3/17)**

“Como não temos muitas tarefas específicas a fazer, sucede desperdiçarmos muitos dos nossos dias ou com pequenos trabalhos caseiros (...) chegamos até a deixar para o dia seguinte aquelas pequenas tarefas que temos a nosso cargo (destruição de apontamentos, recortes de jornais, etc). Esta vida amolece-nos, enfraquece os hábitos de trabalho constante, desliga-nos da vida política, dos interesses partidários, e não nos dá perspectivas sobre o nosso desenvolvimento”²⁰⁰ **Teresa (pseudónimo)**

Esta falta de tempo era entendida como resultado de “má organização” referindo-se o perigo da rotinização das tarefas domésticas.

Contudo, o último trecho acima citado também demonstra um problema sério que estas mulheres enfrentavam: a falta de acompanhamento para o estudo que prejudicava o desenvolvimento pessoal. Consequentemente, o “companheiro” é central nesta dimensão pois seria ele que poderia apoiar a funcionária, visto que passavam muito tempo juntos. O facto do mesmo ter ou não ter estudos tinha também em si uma grande implicação na formação política, não só da “companheira” como do próprio “casal”:

(...) mas sendo artigos de fundo já não percebo a maior parte das coisas e o meu companheiro algumas delas também não me sabe explicar. Nem um nem outro compreendemos, pois nós não fomos a escola só através da ajuda do nosso Partido e do nosso esforço conseguimos aprender”. **Luzia (pseudónimo)**²⁰¹

“Depende depois da formação da pessoa. Também do companheiro que agente tem, também depende. Por exemplo, eu estava convencida que se fosse um intelectual que a

¹⁹⁹ Nogueira, Cristina. 2015. “Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas Para as Camaradas Das Casas Do Partido E A Voz Das Camaradas Das Casas Do Partido.” In *Ditadura E Revolução - Democracia E Políticas Da Memória*, edited by Manuel et al Loff. Almedina.p.188.

²⁰⁰ *A Voz das Camaradas*, Fevereiro, 1962, nº23

²⁰¹ *A Voz das Camaradas*, Janeiro, 1957, nº8

gente tinha aprendido mais. Ele também era operário, ferroviário era...cobrador...revisor no caminho-de-ferro” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

O PCP enquanto organização tinha conhecimento desta situação precária difundindo alguns comunicados e artigos na *A Voz das Camaradas* alertando para a necessidade do “companheiro” ajudar e ensinar quando possível:

“Do nosso estudo devemos dar contas ao camarada da casa, que nos deve orientar e ajudar, sendo nós próprias se ele se esquecer de o fazer, a recordar-lho e a coordenarmos o nosso trabalho de modo a estarmos livres sempre que ele tenha uns momentos livres para o fazer (...) O amigo longe de ser um mestre que nos vá fazer perguntas e inteirar-se se a «lição foi bem apreendida ou decorada», deve travar connosco uma discussão frutuosa pondo-nos problemas práticos onde possamos aplicar aquilo que aprendemos”²⁰²
Sara (pseudónimo)

“(...) Encontram-se totalmente dependentes dos outros, em tudo aquilo que hão de conhecer. Esta situação pode reduzir as amigas a uma submissão escrava aos seus companheiros sacrificando-se a tudo simplesmente por eles, ou, se não tiverem espirito para isso, leva-las à recusa de continuar vivendo esta vida, deixando assim de realizar uma tarefa tão importante para o Partido (...) portanto a primeira tarefa que deverá ser desempenhada pelos seus companheiros, é ensinar estas amigas a ler. (...)”²⁰³
Maria (pseudónimo)

Também é chamada a atenção do controleiro exigindo-lhe que tenha um acompanhamento o mais regular possível da situação da camarada como distribuição de tarefas à mesma. No excerto do artigo abaixo são apontadas 4 medidas que as camaradas podiam implementar para a resolução deste problema:

“1º exigindo a nossa casa haja reuniões regulares, marcadas com antecedência e para as quais nós nos preparemos e os camaradas também se preparem, estudando antes da reunião os pontos que vão ser discutidos, e não deixando que a reunião decorra ao sabor do acaso; 2º pedindo que nos seja distribuído trabalho político e executando-o com método e dedicação. Não nos descansarmos enquanto não tivermos as tarefas políticas distribuídas para executarmos; 3º pedindo insistentemente ao camarada da casa, ao controleiro, ou ao secretariado, se os primeiros não o fizerem, o auxilio para o estudo. Mas principalmente estudarmos com afinco, porque não são os conselhos que nos meterão na cabeça aquilo que não sabemos; 4º utilizarmos o nosso jornal como veículo de maior vida politica das nossas casas através de pequenos artigos (...)”²⁰⁴

²⁰² *A Voz das Camaradas*, Novembro, 1962, nº27

²⁰³ *A Voz das Camaradas*, Agosto, 1956, Nº5

²⁰⁴ *A Voz das Camaradas*, Abril, 1961, nº18

No caso das entrevistadas algumas apontam que quando existia tempo para o estudo este era feito em conjunto mas também havia casos em que devido ao grande fluxo de trabalho se tornava muito difícil:

“não, em termos de trabalho de ajudar nesse sentido muito pouco porque estávamos pouco tempo juntos porque ele fora e dentro. Quando vinha de fora trazia uma carrada de coisas para fazer (...). Falávamos assim ou na hora da comida ou isto aquilo falava-se pouco mas falar, discutir, género de reunião e género de ajuda nesse sentido não. Também o tempo não dava para isso.” (Maria Cabecinha 29/4/17)

Interessa notar que sem a pressão das camaradas funcionárias, muitos dos problemas poderiam prolongar-se sem nunca serem realmente abordados – como é exemplo o contexto em que surge o *3 Páginas*. Ou seja, é pela condição enquanto mulheres que os seus problemas puderam ser encaminhados e discutidos - caso contrário, possivelmente, não seriam percepcionados da mesma maneira.

A consciência de classe dos funcionários também toma forma na conduta moral que os comunistas devem seguir, sendo definidos traços concretos para as funcionárias das casas clandestinas. A discussão sobre o “perigo de aburguesamento” esclarece o tipo de comportamento esperado das funcionárias. Um dos perigos do aburguesamento diz respeito à aparência física: procura de “roupas de boa qualidade” e no “receio de estender roupa passajada ou de pior qualidade”. A “ vaidade” é referida como característica burguesa evidenciada pelo exagero do arranjo em pintar as unhas, lábios, por exemplo, sendo criticadas as funcionárias que asseguram as casas onde essa tendência não seria necessária em comparação com as camaradas que tinham tarefas de rua. Em contrapartida, é chamada a atenção para a necessidade de haver mais cuidado com a aparência para não levantar suspeitas. Em outro artigo, o uso da maquilhagem é visto como natural, dependendo do hábito de cada camarada. Outra funcionária dá um exemplo que foi protagonista:

“Noutra ocasião outra camarada da Direcção, vendo-me com um vestido que eu julgava poderia andar pela casa, disse-me que vestida daquela maneira não estava a defender a casa. Ora se os camaradas responsáveis pensam assim, é porque está bem que andemos convenientemente vestidas, mas sem exageros”²⁰⁵

²⁰⁵ *A Voz das Camaradas*, Agosto de 1963 - Setembro de 1963, n.º34

Outro aspecto, eventualmente indicador de aburguesamento, é o modo como se encara o trabalho partidário: não como um trabalho das “9 às 17h” mas como uma “honrosa distinção” pois acarreta o sacrifício pessoal. Esta questão surge também na referência à prática de algumas camaradas e a maior atenção destas aos cuidados domésticos em detrimento das restantes tarefas, como estudar e ler os materiais:

“Aspectos menos graves dum certo aburguesamento manifestam-se na absorção total pelo arranjo da casa, nas horas e horas perdidas com os trabalhos domésticos, como se nós fossemos burguesas cujo único fim na vida é o «arranjo» e, embelezamento da «sua casinha».”²⁰⁶

“Como se manifesta entre nós o aburguesamento? (...) manifesta-se de muitas maneiras: no desinteresse pelo estudo e pelo desenvolvimento político (não procurando sair do atraso intelectual); no desinteresse pelas tarefas do Partido; na ocupação exagerada com trabalhos de casa, costura, etc. que roubam tempo; insensibilidade perante as despesas do Partido (ao comprarem-se objectos que são necessários mas não evitando gastar menos possível); na falta de cuidado em poupar os valores do Partido, partindo-se do princípio que não nos custaram nada; (...)”²⁰⁷

Também a modéstia é sublinhada, chamando-se a atenção para a necessidade de não se manifestar vergonha com a ocupação de uma casa pobre, referindo-se que nesse caso estava a ser dada importância aos valores burgueses, “aferidos pelo dinheiro de cada um”²⁰⁸

Uma outra questão, amplamente discutida, é a educação das crianças na clandestinidade. Nos artigos trocados entre as funcionárias, o tratamento burguês dos filhos passava pelo cuidado exagerado ou por “deixá-los fazer tudo o que lhes apetece”, correndo o risco de os filhos se tornarem “mimalhos insuportáveis”. Se por um lado é notória uma certa rigidez no discurso sobre a prática educativa, outras funcionárias tentam trazer algum equilíbrio à discussão alertando para o facto de “os meninos das casas do Partido não têm a liberdade das outras crianças” Desta forma, também é referido o cuidado a ter conforme o contexto socioeconómico em que se está inserido e a cuidar a criança dessa forma para salvaguardar a segurança. E se existe, de certa forma, um exagero no cuidado das crianças comparando-as quando comparadas com a educação dos

²⁰⁶ *A Voz das Camaradas*, Setembro, 1956, N°4

²⁰⁷ *A Voz das Camaradas*, Agosto de 1963 - Setembro de 1963, n°34

²⁰⁸ *A Voz das Camaradas*, Agosto, 1961, n°20

filhos das classes operárias, também há alertas para o facto da qualidade da alimentação das crianças ser melhor e mais cuidado que a da maioria dos filhos dos trabalhadores.

Também se reflecte sobre as causas deste “aburguesamento” e da sua ocorrência remeter invariavelmente para a condição da funcionária da casa clandestina:

“Essa tendência cria-se com mais facilidade entre nós, funcionários. Porque? Porque temos menos vida política que os homens, porque temos menos contacto com o Partido e com a luta, porque muitas de nós somos pouco esclarecidas e o nosso tipo de vida, por razões conspirativas, se aproxima do tipo de vida burguês”²⁰⁹

“Penso que na verdade desta vida que na aparência somos obrigadas a viver nos pode levar a esquecer «a nossa vida real», o porquê dessa aparência e a distância que a separa na nossa verdadeira vida”²¹⁰

É assim fomentada uma não separação entre a vida “privada” e a “vida de militante” pois uma vez mais “todos os actos dum comunista devem ser coerentes com as suas ideias. (...) Nós somos comunistas, mas estamos ainda muito cheios de vestígios da educação que a sociedade burguesa nos ministrou. Precisamos de nos libertar dessa errada formação moral (...)”²¹¹ Esta necessidade de valorizar e exigir aos militantes uma moral assente nos valores comunistas é uma consequência do holismo-doutrinário do marxismo-leninismo, ele próprio orientador do real²¹². Moral esta que é consolidada com o envolvimento dos militantes com o partido e com o órgão clandestino criando novas dinâmicas identitárias vinculadas as novas experiências. Como aponta Ethuin, a respeito do Partido Comunista Francês, o partido não quer anular a diversidade dos militantes – regional, socioprofissional, etária – mas antes, pretende através de vários mecanismos de socialização e de práticas unificantes produzir uma identidade colectiva e uma cultura partidária partilhada.²¹³

²⁰⁹ *A Voz das Camaradas*, Agosto, 1961, nº20

²¹⁰ *A Voz das Camaradas*, Dezembro, 1962, nº28

²¹¹ *A Voz das Camaradas*, Setembro, 1956, Nº4

²¹² Pereira, José Pacheco. 1993. *A Sombra - Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*. Lisboa: Gradiva.p.64.

²¹³ Ethuin, Nathalie. 2006. “Formation Des Militants et Identité Communiste.” *Nouvelles Fondations* 2 (2): 49–57.p.49.

4.5. Perseguição e Prisão Política

No seguimento do golpe de 28 de Maio de 1926 foram criadas a Polícia de Informações de Lisboa e do Porto, fundindo-se, mais tarde, na Polícia de Informação do Ministério do Interior (PIMI), que tinha como objetivo reprimir os «crimes sociais» (políticos) e auxiliar o governo nos assuntos internacionais²¹⁴. Em consequência dos fortes protestos sobre a utilização de força da PIMI, e da forte instabilidade política, alterou-se novamente o nome deste organismo para Polícia Internacional Portuguesa. Em 1932, o Ministério do Interior criou a Polícia de Defesa Política e Social com o intuito de conter e reprimir os desvios «políticos e sociais» internos.²¹⁵

A Polícia de Vigilância Defesa do Estado (PVDE) é constituída em 1933, resultado da fusão e reestruturação da Polícia de Defesa Política e Social e da Polícia Internacional, tutelada pelo Ministério do Interior. É dada total liberdade judicial para prevenir e reprimir crimes políticos materializada em dois poderes: o poder de prender e o poder de instrução processual - este último partilhado com o Tribunal Militar Especial (até 1945), não necessitando de fiscalização²¹⁶. Consequentemente, o julgamento limitava-se a ratificar as conclusões policiais, tendo ainda a PVDE uma secção dedicada aos Presos Políticos e Sociais, o controlo de actividades relacionadas com a emigração clandestina e a falsificação de passaportes.²¹⁷

Em 1945 é criada a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), para se adaptar ao novo contexto político internacional – a derrota dos regimes fascistas e nazi e a vitória dos Aliados – composta por elementos vindos da PVDE. Com esta “nova” organização o que não estava legislado passa a estar. É neste período que a PIDE consolida e desenvolve os “métodos científicos” utilizados nas sessões de interrogatório em que recorre à tortura. A polícia tem agora poder para corrigir as sentenças dos tribunais

²¹⁴ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.24

²¹⁵ Idem,p.25

²¹⁶ Rosas & Brandão. 1998. *Dicionário de História do Estado Novo vol.1*. Lisboa: Bertrand Editora. pp 747

²¹⁷ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.26

e os chefes de brigada e os inspectores concentram funções e poderes equiparados ao dos Magistrados Judiciais, como o recurso à prisão preventiva ou medidas de segurança.²¹⁸

Em 1969, Marcelo Caetano extingue a PIDE e substitui-a pela Direcção Geral de Segurança, composta pela Direcção de Serviços de Informação, que gere os informadores e os arquivos; a Direcção de Serviços de Investigação e Contencioso, que abarca os investigadores; a Direcção de Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção dos Serviços Administrativos; e ainda o Sector de Informação (escutas telefónicas; intercepção postal; ficheiros, vigilância directa e informadores) e o de Investigação (interrogatórios e instrução dos processos).²¹⁹

A violência é utilizada pelo Estado como mecanismo de controlo e de pressão. Em todos os regimes fascistas, a violência está presente mas a sua aplicação adapta-se as circunstâncias históricas e características socio-culturais do país e caracter que os regimes assumiram.²²⁰ Aliás, a violência é encarada como um meio necessário para atingir o fim necessário:

“ -Mas há violência condenáveis (...) diz-se, por exemplo, que alguns presos políticos têm sido maltratados, espancados, no Governo Civil, na antiga Policia de Informaçoes...(...)”

-Por várias vezes nos chegaram aos ouvidos as notícias desses maus tratos. Resolvemo-nos, um dia, a esclarecer o caso e a fazer observar por médicos de confiança aqueles que se queixavam desses maus tratos. Devo dizer-lhe que se chegou à conclusão de que os presos mentiam, para obter efeitos políticos, na maioria dos casos, mas quero dizer-lhe, também, lealmente, que algumas vezes falavam verdade. É claro que eram tomadas sempre, em casos desses, imediatas providencias, e foi essa a razão de se terem dado algumas alterações nos quadros da Policia. Atribuir responsabilidade, portanto, ao Governo desses maus tratos é prova de ignorância ou de má-fé (...) quero informa-lo, no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quasi sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondidas as suas armas criminosas e confessar. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras...”²²¹

²¹⁸ Rosas, Fernando. 2012. *Salazar E O Poder*. Tinta da China., p.525

²¹⁹ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.308

²²⁰ *Ibidem* pp. 193

²²¹ Ferro, António. 1933. *Salazar O Homem E a Sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade.P.81-82.

Fernando Rosas aponta que o Estado Novo canalizou a violência, distinguindo entre violência preventiva e violência punitiva. A primeira tinha como objectivo a intimidação e contenção do comportamento desviante. Este tipo de violência era apoiada pela vigilância e acção preventiva traduzida na censura prévia aos órgãos de informação e espectáculos, escutas telefónicas e intercepções da correspondência, a delação e os informadores, a selecção dos candidatos à função pública, à organização corporativa e o emprego nas empresas privadas.²²²

O segundo pilar da violência preventiva, o «sistema de ordem pública», diz respeito à actuação da PSP e da GNR que respondia a ordens directas do Ministério do Interior²²³. No campo da aplicação da conduta moral e ideológica os órgãos do Ministério da Educação Nacional, através da Mocidade Portuguesa e da Organização das Mães para a Educação Feminina, actuavam no campo da família, escola, lazer e trabalho, em estreita ligação com os inspectores do MEN, dos professores previamente seleccionados, dos currículos escolares, dos livros únicos, das actividades escolares e “extracurriculares” e das próprias famílias.²²⁴ No âmbito do trabalho, o Estado incorpora o aparelho da organização corporativista que configura a tutela política e ideológica a partir do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência em união com o controlo do lazer através das Casas do Povo e da Federação para a Alegria no Trabalho.²²⁵

Por sua vez, aqueles que não cumpriam com as regras de controlo dos organismos acima apontadas e que participavam em organizações políticas revolucionárias ou simplesmente em greves ou abaixo assinados eram alvo de violência punitiva. Este tipo de violência era exercida pela PSP, GNR, tribunais; prisões políticas e campos de concentração; pela milícia da Legião Portuguesa e uma legislação penal e processual que legalizavam qualquer tipo de violência contra os “suspeitos”.²²⁶

A “cientificidade” do uso da violência e tortura foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos da existência da polícia política, primeiramente com os estados totalitários,

²²² Rosas, Fernando. 2012. *Salazar e o Poder*. Tinta da China pp 197

²²³ Ibidem Idem

²²⁴ Ibidem pp199

²²⁵ Ibidem pp 200

²²⁶ Ibidem 202-203

como a Alemanha e a Itália, culminando nos anos 50 quando se estabelecem contactos com a CIA.²²⁷

Como aponta Irene Pimentel, não existe nenhum documento no arquivo da PIDE/DGS que prove explicitamente a prática de torturas. Contudo, a mesma refere que muitos dados apontam no sentido inverso. A autora identifica pequenas anotações escritas em dois documentos que sugerem a prática de tortura.²²⁸ É neste sentido que este subcapítulo irá conjugar-se com os testemunhos de duas mulheres que passaram pelos interrogatórios e consequente prisão. A possibilidade de serem presas fazia parte do quotidiano da vida das clandestinas e, por isso, esta situação mostrar-nos-ás o contexto geral dos riscos reais da clandestinidade.

Maria Cabecinha encontra-se na Moita, na casa clandestina, com mais um casal e a sua filha pequena, entre os 2 e os 3 anos. O companheiro da camarada tardava em regressar a casa e já passava um dia e uma noite do momento em que era esperado. A hipótese de ter sido apanhado pela PIDE levou a que Maria Cabecinha destruísse os documentos mais importantes e começassem as duas a arranjar as malas para a fuga. Esta era uma medida conspirativa essencial que consistia na espera durante 12 ou 24 horas na suspeita de algum camarada ter sido apanhado pela PIDE. Mas a 12 de Abril de 1964 a casa é assaltada por volta das 21h da noite, na véspera de abandonarem a casa.

O mesmo aconteceu a Conceição Matos e ao seu companheiro, Domingos Abrantes. Conceição encontra-se sozinha em casa à espera que o seu companheiro regresse e ao contrário de Maria Cabecinha, que já suspeitava da prisão do camarada, Conceição foi apanhada de surpresa a 21 de Abril de 1965, por volta das 4h:30 da manhã. A PIDE arromba com um pé de cabra a porta à procura do companheiro que pensavam ter fugido. No curto espaço de tempo após o arrombamento da porta, Conceição fecha-se no quarto e atira os papéis para o chão sobre os quais deita álcool e com um fósforo ateia-lhes fogo:

“Eles rebentaram com a porta, entraram por ali com as pistolas em punho direito a mim e quanto mais me diziam "Mãos ao ar" mais eu baixava os braços. Diziam que eu ia morrer. E eu aí nessa altura, eu pensei não. Quer dizer, ganhei, parece que tive a certeza naquele momento que não havia ninguém nem essa minha amiga que me fazia tanto vacilar. (...)”

²²⁷ Pimentel, Irene. 2007. A História Da PIDE. Círculo de Leitores.p.122.

²²⁸ Idem.p.350.

A PIDE não necessita de autorização judicial no caso de assalto as casas como não precisa de um mandato de captura.²²⁹ Havia indicações do PCP de que em caso de assalto à casa, os funcionários deveriam sempre que podiam gritar para alertar os vizinhos que não se tratava de uma prisão devido ao assalto ou homicídio mas antes porque eram comunistas. Esta também era uma forma de passar a mensagem para alertar o partido que se encontravam presos.

No jornal a *Voz das Camaradas* é recorrente haver artigos sobre medidas conspirativas e a coluna “Não se fala na polícia” alerta para as leituras necessárias de preparação das funcionárias para agirem de acordo com a linha do PCP:

“1º Lemos o folheto «se fores preso camarada» e os artigos do Militante (...) 2º procurar conhecer os maus tratos que sofreram as amigas presas recentemente, e as atitudes que tomaram (...) 3º há casos de amigas que perante o tribunal fascista têm afirmado que se encontram na clandestinidade somente para acompanhar os seus maridos. Meditar bema atitude que nós achamos preferível tomar (...) e expô-la claramente na reunião (...)”²³⁰

Conceição é levada para a sede da PIDE, na rua José Maria Cardoso, com a roupa que levava no corpo. Também Maria Cabecinha foi levada para a sede da PIDE juntamente com a camarada e a filha. Tudo o que se encontrava em casa – móveis, documentos, objectos pessoais – era apreendidos. Chegada às instalações da PIDE o primeiro passo consiste na identificação e fotografia de frente e de perfil; impressões digitais; corte de cabelo; e são retirados todos os objectos pessoais – óculos, atacadores de sapatos, etc.

“E depois levaram-me para um gabinete onde estavam duas mulheres «funcionarias públicas» que queriam passar por boazinhas, «nós não temos nada haver com a PIDE» queriam conseguir aquilo que os seus colegas não conseguiram” **Conceição Matos**

“Chegamos a Caxias por volta das 5 horas e tal e fomos para a sede da PIDE identificar. Eu não me identifiquei em casa. (...) E era o Sardinha e perguntou-me «minha senhora como é que se chama?» «Eu não me identifico a não ser na sede da PIDE» «tá bem não há problema». Lá é que me identifiquei. Lá é que disse o meu nome, o nome dos meus pais, de quem era filha e não disse mais nada” **Maria Cabecinha**

Conceição é levada a meio da noite para Caxias e colocada numa sala sozinha. Este é o procedimento “normal” da PIDE: isolamento total dos presos, o qual poderia

²²⁹ idem. p.342

²³⁰ A *Voz das Camaradas*, Abril de 1961, nº18

durar até dois meses. Eram proibidos livros, jornais, lápis, correspondência. O espaço era mal iluminado, húmido, desconfortável, vazio de qualquer possível apropriação pessoal como são o caso dos *curros* ou das *gavetas*.²³¹

Conceição esteve dois meses isolada o que lhe provocou ansiedade, impaciência e nervosismo, pelo facto de saber que iria ser interrogada e torturada mas não saber ao certo quando seria. O preso é alienado das pessoas, de qualquer contacto humano podendo perder a noção do tempo, o que agravando ainda mais a sua situação. Para evitar essa situação, Conceição raspa com a unha num armário que se encontrava na cela e anota a passagem dos dias. Muitos ex-presos apontam que o facto de saírem do isolamento, e tendo apenas contacto com os guardas e agentes da PIDE, era um momento de alívio. Era comum que mesmo isolada e tendo apenas como contacto humano os guardas prisionais os presos sofriam ameaças e ofensas contínuas:

“Mas também depois nas celas quando estive isolada eram umas provocações terríveis. Porque algumas guardas prisionais, não todas, se não eram PIDES era como se fossem. Uma metia-me assim umas cartas fora do postigo "esta aqui estas cartas são para si" Eu estava isolada não podia ter nada. Eu disse assim "eu não acredito" "então não quer a carta? Não quer a carta do seu filho" E mais. Eu quando pronto depois daquela insistência toda fui direita "queria! Não são para si, não são para si. São para aquelas" como se fosse verdadeiro "que vão lá PIDE e não fazem como a senhora fez que não quis. Não, não" Não sei que e tal. E era assim provocações destas constantes”. (**Conceição Matos 10/4/17**)

No interrogatório propriamente dito, as duas comunistas tiveram tratamentos diferentes. No caso da Maria Cabecinha não sofreu torturas²³² mas passou por um interrogatório intenso e repleto de ameaças:

“Queriam que a gente dissesse todo o nosso trabalho, por onde é que tínhamos andado, que regiões do país tínhamos estado, que tipo eram as nossas tarefas com quem tínhamos estado porque as vezes estávamos com os nossos companheiros mas outras vezes não, quem era, solteiro ou se o companheiro estavam noutra tarefa, estava-se com outras pessoas. Isso era tudo muito bem visto, muito bem perguntado e inventado até.”

²³¹Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidad Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.p.361.

Maria Cabecinha manteve uma posição de silêncio sobre matérias políticas, respondendo apenas a perguntas do foro pessoal (se tinha filhos, quem eram os pais, se estava casada ou não, etc.). A mesma posição teve Conceição que, apesar das fortes torturas, não revelou informações sobre a organização. Este é um aspecto central na vida de um militante comunista. Era dever de um comunista nunca falar à polícia, sendo o contrário considerado uma traição ao partido. O não falar acaba assim por ser motivo de orgulho e de valorização e motor de força para continuar a sobreviver às sessões de tortura e às condições duras da prisão:

“Aqueles que se comportam firmemente perante o inimigo, que na sua passagem pela polícia têm a preocupação suprema de defender o Partido, que não prestam quaisquer declarações que possam servir o inimigo e prejudicar a causa da libertação do nosso povo têm um grande prémio para este seu comportamento: a confiança do Partido, a consideração e a estima dos eus camaradas, dos seus companheiros de trabalho e dos próprios familiares, e a satisfação íntima do cumprimento do seu dever de comunista”²³³

São consideráveis os artigos que aparecem no *Avante!* e n’*A Voz das Camaradas* apontando como “traidores” e de fraco carácter moral aqueles que prestaram declarações e denunciaram nomes, moradas, etc. Este tipo de comportamento é contraposto por saudações e homenagens aos que sofreram e resistiram à tortura. Esta regra conspirativa foi apenas introduzida com a reorganização de 1940-1941 sendo alvo de inúmeras discussões e troca de artigos devido ao limite suportável. A solução passou por uma valorização da conduta moral, que se sobrepôs ao condicionalismo físico.²³⁴

Aliás, o partido indica que no caso da prisão apenas por suspeita, não havendo qualquer prova da actividade partidária, o mesmo pode-se negar envolvido nessa actividade e até mesmo, negar que seja membro do PCP.²³⁵ Por sua vez, também era esclarecido que o preso só deveria assinar autos de perguntas se este estivessem redigidos de acordo com as declarações do preso.

O culminar do discurso do cumprimento das medidas conspirativas deu-se com a distribuição do livreto *Se fores preso camarada*, publicado pela primeira vez em 1947. Era uma espécie de compêndio de toda a informação que o PCP acumulou ao longos dos anos sobre os métodos e procedimentos da PIDE e utilizado como ferramenta para os

²³³ Cunhal, Álvaro. 2008. *Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal Tomo II*. Avante!p.604.

²³⁴ Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.p.351.

²³⁵ Cunhal, Álvaro. 2008. *Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal Tomo II*. Avante!p.600.

militantes e funcionários terem ideia do que os esperava no caso de interrogatório e prisão e da conduta que deveriam respeitar e seguir. Neste livreto, estavam reunidas importantes informações genéricas e regras a cumprir como ser “pontual aos encontros”, “não tir[ar] apontamentos de nomes, moradas ou sítios de encontros” e orientações de como nunca responder as perguntas feitas pelos agentes não “comprometendo aspectos do trabalho do Partido”. Era sublinhada a importância do primeiro interrogatório pois estabelecia as forças entre preso e agente da PIDE. Também eram enumerados e descritos os métodos de tortura:

“Muitos camaradas nossos foram selvaticamente torturados: com espancamentos brutais durante horas e horas a cavalo-marinho e com grossas tábuas, apertos de testículos, queimaduras com faíscas eléctricas e com cigarros, pancadas brutais na planta dos pés descalços, etc. Nos últimos anos, a polícia tem vindo a redobrar de brutalidade nos espancamentos; muitos camaradas saem dos interrogatórios com o corpo negro e a sangrar, alguns mesmo com fracturas depois das horas seguidas de cruéis espancamentos a *casse-tête* e cavalo-marinho; as mulheres já não são poupadas às brutalidades e algumas têm sido despidas e chicoteadas pelos bandidos da PIDE. Durante dias seguidos, os presos são submetidos a uma tremenda pressão nervosa pela polícia, que os impede de dormir, os maltrata continuamente e os ameaça de morte (...)”²³⁶

O partido também alertava para a necessidade de estando em isolamento, passar o tempo com pequenos passatempos como “cantar baixinho”, fabricar “bonecos com miolo do pão ou letras que deixam secar para com elas entreterem a escrever “. Acima de tudo, o preso teria que apoiar-se na sua “vontade de comunista” para aguentar a tortura integrando a luta contra o fascismo que ocorria fora das paredes dos interrogatórios e celas.

Segundo Irene Pimentel, a tortura às mulheres não foi desde sempre uma prática da polícia política, começando a ser comum a partir de 1960 com Albertina Diogo, Fernanda Paiva Tomás e prisão de várias mulheres do Couço.²³⁷ Por outro lado, se existia esta diferenciação de género também a diferenciação de classe era critério para aplicar ou não a tortura e uma decisão sobre o seu conteúdo – cabendo às classes sociais mais baixas e comunistas o tratamento mais duro.²³⁸

²³⁶ Idem. p.594.

²³⁷ Pimentel, Irene. 2007. A História Da PIDE. Círculo de Leitores.p.374.

²³⁸ Idem,p.374.

Este foi o tratamento que Conceição Matos recebeu na sua primeira prisão²³⁹. Faziam parte os inspectores Adelina da Silva Tinoco e José Serras em conjunto com a agente Odete e Mariette que trocavam de turno de 4 em 4 horas. Conceição foi ameaçada de morte e foi proibida de ir à casa de banho ficando sem alternativa a não ser fazer as necessidades na sala de interrogações aos olhos de todos:

“Tantas vezes tentei fazer as minhas necessidades quantas fui interrompida pela entrada dos «pides» e acabei mesmo por me aliviar na sua presença. O meu estado de tensão era tal que à mistura com aquilo tudo, fartei-me de vomitar. Foram-me despindo aos poucos e tentaram obrigara-me a limpar a porcaria com a minha roupa. Opus-me terminantemente e tiveram eles que ensopar os excrementos e a urina na minha roupa e arrastar tudo pela sala em direcção à casa de banho. O Tinoco provocava-me de forma mais soeza, ofendendo-me na minha dignidade de mulher. Eu já estava em combinação”²⁴⁰

A situação agravou-se com o aparecimento da menstruação que sem cuidados higiénicos degradou ainda mais a sua imagem perante os agentes da polícia política. A situação agravou-se com a tortura do sono durante 3 dias e ao último dia Conceição começou a ter alucinações de «aranhiços nas pernas de uma mesa» e as paredes mexiam-se ao mesmo tempo que ouvia gritos de pessoas a serem torturadas.

A partir dos anos 60 foi comum a PIDE utilizar gravações, choques eléctricos ou de gases, drogas calmantes ou estimulantes, alternando com o funcionamento de altifalantes com gritos e choros²⁴¹. Também neste contexto, a tortura da estátua foi sendo lentamente abandonada porque desgastava mais rapidamente o torturado passando também a ser comum os torturados recusarem a fazê-la²⁴² e por isso, a tortura do sono foi o meio mais comum de tortura, pois permitia prolongar o sofrimento do preso que assim aguentava mais tempo.²⁴³ Na tortura do sono os agentes utilizavam moedas que batiam na mesa; faziam barulhos com a abertura e fechamento das gavetas; obrigavam o preso a andar na sala; e com o decorrer dos dias a tortura ia crescendo passando ao espancamento ou a mudança brusca da temperatura ou queimaduras, por exemplo.²⁴⁴

²³⁹ Conceição Matos foi novamente presa em 1968 ficando cerca de 2 meses em Caxias

²⁴⁰ Melo, Rosa Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas Na Resistência*. Seara Nova.p.260.

²⁴¹ Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.p.359.

²⁴² Fazer ou não fazer a tortura da estátua foi amplamente discutida no seio do PCP chegando a conclusão que os torturados deveriam recusar-se a fazê-la visto que era uma tortura “aplicada” pelo próprio torturador.

²⁴³ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.366.

²⁴⁴ Manuel, Alexandre et al. 1974. *PIDE-História Da Repressão*. Jornal do Fundão, Editora.p11.

É importante apontar que no final dos anos 60, as torturas tiveram um enorme crescimento, pois o regime já se encontrava mais debilitado pela cada vez maior insurgência da população. Em resposta, foram sendo retomados os espancamentos com matracas e cavalos-marinhos, endurecendo a tortura do sono chegando a haver casos de duas semanas consecutivas sem dormir juntamente com a “estátua” e espancamentos²⁴⁵

Conceição sofreu a humilhação de ficar nua ao mesmo tempo que sofria agressões físicas – bofetadas, pontapés. Este não é um caso único de humilhação física, o mesmo aconteceu a Olímpia Ribeiro da Silva Braz que por não prestar declarações foi despida²⁴⁶ Era comum nos interrogatórios haver calúnias, ameaças e chantagens tendo especificidades no caso das mulheres com ataques morais pelo facto de não serem casadas ou de terem tido vários companheiros como aconteceu com Albertina Diogo; chamando-as de «puta» ou de «merda» – a tortura psicológica era também utilizada de forma a humilhar e denegrir a dignidade dos torturados - por exemplo:

“(...) o Rosa Casaco, que tinha jogado o seu último trunfo, ficou irritadíssimo e disse-me que eu era uma grande puta, que afinal nem sabia quem era o pai dos meus filhos. As coisas que ele me disse de seguida foram as mais obscenas que ouvi nos dias da minha vida. O Rego surgiu da porta para dizer que não era de estranhar que eu não soubesse quem era o pai dos meus filhos porque todas as mulheres do Partido eram uma cambada de debochadas, de gente ordinária. (...)”²⁴⁷

Também o PCP, nos seus informes e no *Se fores preso camarada* esclarece algumas tácticas utilizadas pela PIDE referentes as mulheres, como a persuasão para “ajudar” familiares ou para melhor defender o seu companheiro ou familiar preso, obrigando-as a prestar declarações.²⁴⁸

No que toca as condições e instituições prisionais propriamente ditas, após 1945 no período da prisão preventiva os homens podiam ficar nas prisões das delegações da PIDE do Porto e Coimbra mas o comum é que fossem transferidos para Lisboa ficando no Aljube ou no reduto Norte de Caxias²⁴⁹. Mais tarde, já no fim do regime os serviços de investigação foram transferidos para o reduto sul sendo que os homens cumpriam as suas

²⁴⁵ Pimentel, Irene et al. 2007. *As Vitimas de Salazar*. Esfera dos Livros.p.119

²⁴⁶ V. Melo, Rosa Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas Na Resistência*. Seara Nova.

²⁴⁷ Idem. p.202.

²⁴⁸ Cunhal, Álvaro. 2008. *Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal Tomo II*. Avante!p.597.

²⁴⁹ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.429

penas em Peniche e as mulheres permaneciam em Caxias quer na prisão preventiva quer das penas a cumprir e medidas de segurança.²⁵⁰

Marica Cabecinha esteve 17 meses no reduto sul até ser transferida para o reduto norte que oferecia mais condições:

“No sul depois era tudo salas de 4, dois beliches, 4 caminhas, duas em baixo duas em cima uma mesinha no meio. Uns armariozinhos na parede para por as nossas coisas. E uma mesinha com 4 cadeiras para nos sentarmos ali. Mais nada (...) o reduto sul quando a gente lá esteve aquilo era uma confusão tremenda. Aquela sala tinha 3 sanitas ou 2 ou 2 ou 3 bacias de casa de banho e só tinha água quente duas vezes por dia. As 11.30 e depois as 17.30 meia hora por dia para tomarmos banho. Isto naquela sala. A outra do meio onde eu estive mais tempo que era agrandar julgamento uh...não tínhamos casa de banho, tínhamos que bater a porta, tínhamos lá um balde e uns detergentes quaisquer para fazer o xixi no balde, num buraco e tínhamos que depois quando queríamos mesmo vir tínhamos que bater a porta para ir a casa de banho. E íamos ao banho 2 vezes por semana a sala toda com uma guarda para outro piso para tomar banho num sítio próprio (...) Agora depois no reduto norte com as salas arranjadas isso havia nesse aspecto condições. Tinham cilindros no corredor com água sempre quente, casinha de banho dentro da própria sala e as 4 lá dentro. Duas por baixo, duas por cima com uma janelita para a rua mas a janelita para dentro, grades de meio metro para dentro da sala. E não se podia espreitar, não se via nada. Via-se só em frente. Dormíamos duas em baixo, duas em cima na mesa eramos 4 era a conta. 4 cadeiras e não havia mais nada”

Já no regime normal, as presas organizavam-se na arrumação do espaço como na preparação das actividades lúdicas e de estudo. Em relação a arrumação da sala existia um horário organizado de acordo com o horário das visitas e de recreio e que era rotativo. No que toca ao estudo, as presas que tinham mais conhecimentos e capacidades ensinavam as que estavam mais atrasadas no estudo. Era comprado um jornal e se houvessem artigos mais interessantes eram lidos em voz alta e discutidos. Maria Cabecinha aponta que era pouco o material que deixavam entrar nas celas e que consistiam em livros até ao 4º ano; romances muito simples mas nada de literatura mais “avançada”. Também era habitual fazerem trabalhos manuais, como costura ou croché e cujo material era deixado pelas visitas dos familiares. Esta organização na prisão não se colocava para os comunistas de forma espontânea no sentido em que existiam indicações

²⁵⁰ Idem, Ibidem.

para que mesmo dentro da prisão houvesse organização e acima de tudo, solidariedade na luta por melhores condições prisionais, por exemplo.

No que toca ao recreio -um espaço pequeno com 4 paredes em volta- Conceição Matos esclarece que o sistema era rotativo entre as celas e que era por esse sistema que muitas vezes trocavam bilhetes e informações no recreio. Os presos tinham diversas estratégias que permitiam trocar informação sobre determinados aspectos da vida da prisão facilitando assim a sua organização:

“ (...) Comecei a ouvir bater na parede e então eu não sabia como é que se fazia isso. Portanto contacto através da parede, de bater na parede. (...) mas sabia que cada palavra, cada letra era uma pancada sabia mais ou menos. não sabia como é que se acabava, como é que se interrompia não sabia nada disso. Mas sabia que cada letra correspondia a uma pancada. E comecei a ouvir e fui ver se conseguia perceber. E como eles diziam, faziam as pancadas e percebi ouvi não é?”
Conceição Matos

Na prisão era necessário contactar com ao advogado de defesa para o julgamento. No caso de Maria Cabecinha e Conceição Matos, a primeira não conseguiu ter um advogado porque não tinha capacidades financeiras e só teve conhecimento que lhe iria ser atribuído um dias antes do julgamento. No caso de Conceição também teve dificuldade em contactar com o seu advogado. Este é um procedimento comum por parte da polícia política que dificulta ou impede que a julgada tenha direito a um advogado defesa:

“(...) Dez dias antes do meu julgamento, o meu advogado requereu para ter uma entrevista comigo. Estávamos os dois a preparar a minha defesa, sempre na base de eu ser membro do MUD Juvenil, quando fomos os dois assaltados pelos guardas para nos arrancarem a defesa que ele tinha na mão. Maltrataram o meu advogado, rasgaram-lhe a camisa, arrastaram-no pelo chão e acabaram por prende-lo durante um mês. Quanto a mim, ficara com os papéis na mão, apertados contra o peito. Arrastaram-me pelo chão do enorme corredor da prisão para que os largasse. Aos pontapés arrastaram-me pelo chão e arrastaram-me pelos cabelos. (...)”²⁵¹

O sistema prisional concentrava e combinava em si três tipos de lógicas: uma que se refere à autoridade e da sua afirmação por parte de um poder; a neutralização, que pretende separar o individuo do resto da sociedade; e a diferenciação social dando espaço

²⁵¹Testemunho Isaura da Silva cedido a Rosa Nery em Melo, Rosa Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas Na Resistência*. Seara Nova.p.129.

para os reclusos serem formados e reeducados. Estes três tipos de lógicas eram geridas conforme os indivíduos e grupos que se tratava - população, simpatizantes, militantes de base, parceiros do PCP, opositores não comunistas, dirigentes e funcionários do PCP/grupos, movimento de extrema-esquerda, dirigentes e de luta armada.²⁵² A prevenção inculca o medo através da imagem de uma polícia política omnipresente e onnipotente. Por sua vez, a prisão que era utilizada como correcção e regeneração servia para advertir o indivíduo que quebrou as regras e não voltar a fazê-lo. Em relação aos opositores políticos não comunistas, simpatizantes, companheiros do PCP e militantes menores também estavam imersos na prevenção mas esta era acompanhada por uma vigilância e controlo apertada em conjunto com a aplicação de uma pena de prisão correcional. Para aqueles que ameaçavam a detenção política eram considerados como estando fora da sociedade não havendo qualquer “salvação”, como é o caso dos comunistas acabando por sofrer penas de prisão maior.

Não cumpridas as regras, os presos eram humilhados com castigos para “relembrar” que estavam nas “mãos” da autoridade prisional sendo que os castigos não tinham uma componente de castigar mas sim de desmoralizar e destabilizar os presos.²⁵³ Proibições de visitas, de recreio ou o isolamento no *segredo* ou *curros* com uma alimentação a base de água e pão são exemplos dos ataques a saúde e estabilidade psicológica dos presos. Como relata Conceição:

“Não podíamos falar as grades nem cantar as grades, era proibidíssimo mas nós todos os dias cantávamos as grades e falávamos as grades para ajudar as outras pessoas (...) Mas a ela [companheira de prisão] fizeram-lhe outra coisa diferente. Ela continuo a falar, a cantar e era mais fácil porque estava isolada. E então deixamos de ouvir a Graça. Deixamos de a ouvir. E passado "ai foi para a PIDE. Coitadinha. Ai como é que ela estará, quando é que ela voltará. Se voltará para aqui. Secalhar nunca mais sabemos nada dela". Passado um tempo, mais de uma semana, volta a Graça e diz "olá, estão ai" e tal "então o que é que aconteceu? Foste para a PIDE" "Não, fui para o segredo por estar a falar com vocês. Fui para o segredo" Teve no segredo a pão e água”. (**Conceição Matos 10/4/17**)

No que toca a visitas, não eram permitidas aos casais não casados – como aconteceu com Conceição Matos quando saiu da prisão e o seu companheiro continuou

²⁵² Idem, p.417

²⁵³ Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidad Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.p.374.

preso, tendo casado para ter direito as visitas – mesmo no caso de terem filhos. Eram proibidas visitas com sobrinhos e tios podendo apenas receber visitas dos pais, mães, irmãos, filhos, avós e tios de 1º grau mas só no caso de estes nunca terem estado detidos por razões políticas²⁵⁴ Todas as visitas eram fisicamente intransponíveis por um parlatório ouvidas/inspeccionadas pelos guardas prisionais sendo proibidas quaisquer conversas relacionadas com as condições de vida na prisão ou com teor político. Mas nem todos tinham condições económicas para visitar os presos em casos que as famílias tinham de percorrer grandes distâncias, como aconteceu com Maria Cabecinha:

“Não tive visitas de ninguém. A não ser da minha mãe e do meu pai enquanto foi vivo e era assim de 3 em 3 meses. E era preciso que combinasse com os meus cunhados, com os meus sogros de eles irem ali para a estação (...) Só depois, já depois de julgada comecei a dizer que os meus pais estavam numa situação que não podiam ir. Eu não dizia os meus sogros os avos do meu filho ainda tem alguma possibilidade de vir cá e quem é que me trás o miúdo. O miúdo de 12,13 anos não pode vir sozinho. Andou para ali as cartas não sei quantos dirigia-se ao não sei quantos. Depois lá veio depois ao fim de uns tempos uma carta a dizer-me que eu podia escrever aos avos do meus filho 2 cartas por mês. De 15 em 15 dias escrever mas iam em nome do miúdo mas eram para os avos. Depois poderia ter visitas com eles também de 3 em 3 meses com um dos avos, com o avô ou a avó para levarem com o miúdo se fossem eles sozinhos não podiam. Iam só para levar o miúdo. Foi assim o tempo tudo.” (Maria Cabecinha 11/3/17)

Eram as visitas que traziam pequenas encomendas para os presos: artigos alimentares, roupas, livros, papel etc, mas estas tinham que ser averiguadas pelos guardas para saber se cumpriam com as normas prisionais. Algumas vezes a comida ficava desfeita e algumas encomendas eram rasgadas e destruídas parcialmente.²⁵⁵

Aliado a esta situação as entrevistadas que estiveram na prisão também se queixam da qualidade da comida, a qual muitas vezes não apresentavam condições de serem ingeridas:

“A pescada vem estragada, o comer vem desta ou daquela maneira, as coisas que vêm das visitas um bolo, ou um bocado de arroz vem tudo desfeito...” (Maria Cabecinha 10/3/17)

²⁵⁴ Pimentel, Irene. 2007. A História Da PIDE. Círculo de Leitores.p.429.p.443

²⁵⁵ Manuel, Alexandre et al. 1974. *PIDE-História Da Repressão*. Jornal do Fundão, Editora.p.119.

“Comida a que dou esse nome por muito favor porque aquilo começava por uma sopa do género lavagem de porcos e seguia-se uma espécie de arroz de frango na verdade em arroz de ossos. Outras vezes não era essa mas era outra mixórdia qualquer. (...)”²⁵⁶ **(Conceição Matos)**

Irene Pimentel menciona que em 1974 foram apontados como colaboradores da tortura, sete médicos, dos quais três tinham sido expulsos da ordem dos médicos e presos²⁵⁷. O papel dos médicos era decisivo nas sessões de tortura onde se certificava que o preso estava em condições para continuar as sessões de tortura. Na realidade, os médicos permitiam que as mazelas da tortura não fossem visíveis.²⁵⁸ Consequentemente, a assistência médica também é apontada como um dos problemas da prisão, quase como se tratasse de uma farsa no próprio comportamento e cuidados prestados pelo médico geral:

“Estive várias vezes doente, uma das quais 3 meses de cama e semanas seguidas alimentada a soro. Vomitava tudo o que comia e apesar dos meus protestos e das minhas companheiras, numa me internaram. (...), Mas a grande parte das coisas não haviam nem mandavam. Estava lá um médico sempre de serviço mas era o mesmo de não estar lá. Um sarnicoso de um velho já era mais PIDE quantas vezes” **(Maria Cabecinha 11/3/17)**

“A primeira vez que pedi um médico, o médico veio como se fosse a consulta e disse-me isto ainda estava isolada e disse "olhe vá a PIDE despeje o saco" tal e qual era o...Barata. O Barata diz-me assim, que era pide, era PIDE só podia. "Vá a PIDE despeje o saco que fica boa". Depois fui a psiquiatria e tudo mas o psiquiatra era uma pessoa diferente” **(Conceição Matos 10/4/17)**

Esta situação afectava bastante os presos. No caso particular de Maria Cabecinha, a permanência na prisão agravou a sua situação do estômago, enviando várias cartas a pedir que lhe fosse devolvido o seu cinto, que tinha ficado para trás no assalto à casa. Conceição estava debilitada psicologicamente e fisicamente:

“Como tive aquele tempo todo sem poder urinar e tudo isso fiquei com distúrbios da bexiga. E muitas vezes eu por exemplo para o recreio e não tinha tempo para chegar a sala e urinava pelos corredores e eu ficava revoltada, revoltada de elas me verem que eu tinha urinado no chão.(...) Todo o meu estado geral, físico e psíquico, era débil. Algumas camaradas de outra cela tentaram comunicar comigo (...) Lembrou-me que preferi deitar-me na cama e tapar-me os lençóis. Mecanicamente passei a repetir o abecedário de uma ponta à outra, durante dias e dias” **(Conceição Matos)**

²⁵⁶ V. Melo, Rosa Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas Na Resistência*. Seara Nova.p.260.

²⁵⁷ Pimentel, Irene. 2007. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.p.444

²⁵⁸ Manuel, Alexandre et al. 1974. *PIDE-História Da Repressão*. Jornal do Fundão, Editora.p.122.

Conceição Matos sai a 20 de Outubro de 1966 da prisão. Volta para uma vida fora da clandestinidade tendo como tarefa a Comissão de Socorro aos Presos Políticos. Em 1973, com a saída do seu companheiro da prisão, juntos “mergulharam” novamente na clandestinidade. Maria Cabecinha sai da prisão a 12 de Setembro de 1969 ao abrigo de pedidos de amnistia estando fora da clandestinidade cerca de um ano para se recuperar fisicamente.

5. Um novo começo: mulheres comunistas entre 1974-1975

A vida das mulheres com quem trabalhámos é marcada por dois momentos políticos distintos: por um lado, o regime fascista e a entrega total ao trabalho partidário como modo de luta antifascista; e, por outro, a vivência de um momento de transição para a democracia e a conseqüente adaptação a novas realidades e a novas vivências. A vida destas mulheres interliga-se assim com todo o processo de confrontação intensa entre esquerda e direita no período 1974-1975. Não nos interessa discutir e analisar profundamente os significados políticos em tensão neste contexto mas antes, compreender as mudanças e os desafios ocorridos na vida destas mulheres após o 25 de Abril.

Faustina depara-se com uma situação bastante delicada. O seu companheiro saiu no dia 21 de Abril de casa para um encontro e não regressou. Presume que tenha sido preso. Tentou então contactar os camaradas superiores, sai da casa clandestina em Espinho para encontrar um local para pernoitar com as duas filhas pequenas. Foi já numa pensão em Gaia que Faustina se dá conta do 25 de Abril:

“No dia 25 de manhã toca o telefone e a senhora diz “olhe é para si” e o meu coração batia, batia e oiço assim uma voz “viva a República!”, “Deu-se o 25 de Abril nós vamos aí buscar-vos” (**Faustina Barradas 2015**)

Conceição encontrava-se em França. Tinha ido com o seu companheiro, já saído da prisão, e foi lá que a informaram que tinha acontecido a revolução:

“Foi o camarada, nunca mais me esqueço e vejo o moço a dizer assim "Maria, Maria, Maria caiu o Marcelo" "não me digas que caiu da cadeira como o outro". Foi por ele que soube que havia o 25 de Abril. E depois fui para casa fui ouvir a televisão. Uma grande confusão era o Spínola depois vinha o Zeca Afonso a cantar depois não sei. A gente já não sabia o que é que era aquilo.” (**Conceição Matos 10/4/17**)

Para Maria Cabecinha, os dias 24 e 25 de Abril foram dias de muito trabalho. Então na casa clandestina, com Sofia Ferreira tinha-lhe sido dada como tarefa a impressão de panfletos para o 1º de Maio que se aproximava. Com janelas e, persianas fechadas por causa do cheiro da tinta e do barulho da máquina, só perto do 12h se apercebeu que algo estava a acontecer na rua:

“ (...) Depois eu estava a ouvir tanta conversa para a rua conversar para a rua. Venho a varanda da cozinha que era para o outro lado. (...) Mas eu não conseguia, o barulho era tanto e eu estava num 5º andar não era capaz de perceber o que é que as pessoas diziam, falavam cá em baixo. Pego num saquinho e vou lá abaixo. (...) Vim comprar aquilo [pão] e começo a ouvir vozes mesmo dentro da loja e ali mesmo nos passeios todos, a ouvir 25 de Abril e mais não sei que (...) Eu estava tão contente mas ao mesmo tempo eu não sabia se isto é contentamento para durar se o que é que vai ser isto.” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Pelo contrário, Mariana recebe bastante cedo a notícia, quando, por volta das 7 da manhã, a padeira veio entregar o pão a casa:

“ (...) e eu não tinha dinheiro trocado para lhe pagar. “Não faz mal”, estava muito nervosa. “Dá-me o dinheiro que tenho de ir para casa a correr. A tropa está toda na rua”. Eu nunca me esqueci desta frase “ a tropa está toda na rua”. O Armando até vinha no corredor e ouviu aquilo fechei a porta “ah o que é que terá sido”. (...) Mas será que é de direita?” Ficamos todos aflitos. O Armando entretanto...ligamos o rádio começou-se a ouvir o Filipe Costa “aqui posto de comando das forças armadas...” nunca mais me esqueça, essas coisas ficam gravadas (...) O Armando saiu para um encontro eu fiquei em casa a ouvir a rádio com os miúdos. (...)” (**Mariana 24/11/16**)

Adelaide também soube em clandestinidade do 25 de Abril, conseguiu ir ver a chegada de Álvaro Cunhal a Lisboa no dia 30 de Abril mas regressou imediatamente a casa.

Já fora de clandestinidade desde 1970, Domicilia emigra para Paris e foi lá, já com um filho pequeno, que através da rádio se deu conta do sucedido. Em Agosto de 1974 regressa a Portugal mas volta novamente a Paris antes do regresso definitivo no início de 1975. Também Evelina, já saída da clandestinidade, trabalhava na fábrica de cortiça no Montijo quando se apercebe do 25 de Abril.

Apesar de ser um momento vivido com muita emoção e alegria algumas das funcionárias só saíram da clandestinidade semanas depois devido à incerteza e ao receio de como a revolução se desenvolveria: se seria uma revolução que traria a liberdade ou se redundaria na continuação da ditadura. Esta espera é recordada com alguma amargura pois não puderam participar nos festejos do momento nem se juntarem imediatamente aos familiares e amigos:

“ (...) depois ficamos lá uns tempos ainda e não havia maneira era de vir me embora porque o António saiu de Peniche e veio para a terra e eu estava ali encalhada com a casa alugada mais ela e não podia. O partido não sabia o que é que devia de fazer se era deixar as casas se era deixar sair as pessoas se era controlar se era ver o que é que se passava lá em casa se era ver o que se aproximava. (...): olha ainda cheguei a estar lá um mês. Cheguei cá [Montemor-Novo] em Maio” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

“O 25 de Abril foi uma situação para mim muito complicada para mim, muito, muito difícil. Eu tive metida em casa...eu já só vim dia 12 de Maio cá ao Barreiro” (**Adelaide 23/11/16**)

Para Faustina foi um momento gratificante mas ao mesmo tempo de receio. Sem conhecer o paradeiro do seu companheiro decidiu ir a Lisboa ao encontro da filha mais velha. Aproveitou e viu também a chegada de Álvaro Cunhal. Desencontrou-se com o marido por um dia e deixou as duas outras filhas com os avós paternos antes de regressar ao Porto onde apenas no 1º de Maio reencontra o seu companheiro. Foi na chegada de Álvaro Cunhal que Conceição, vinda de Paris, regressou a Portugal tendo como função acompanhar o secretário-geral juntamente com Domingos Abrantes. Decidiu-se depois que ela ficaria em Portugal já com novas tarefas.

Com um novo contexto político o PCP, durante 1974-1975, teve que se organizar para distribuir o trabalho partidário entre os vários funcionários e militantes. Apesar do PCP ser o único partido organizado durante o fascismo ainda existiam algumas carências face à dimensão do trabalho, por exemplo no número de funcionários ou na falta de transportes próprios. Uma das primeiras tarefas, e no qual a maioria das entrevistadas participou, foi a abertura de Centros de Trabalho nas localidades onde se encontravam:

“Depois veio o meu companheiro dizer que ia abrir o CT em Alpiarça. Também foi logo a seguir. E eu naturalmente fui com ele, fomos abrir o centro de trabalho de Alpiarça. Ficamos lá em casa de uns camaradas (...) e depois estivemos sei lá, uns dois meses e fomos abrir o CT de Torres Novas, sempre na área dele né? Fomos para Torres Novas, tivemos lá também uns meses (...)” (**Adelaide 23/11/16**)

“(...) Depois abriu-se logo o CT pequenino ali ao pé do mercado [em Montemor-Novo] (...)” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

“Depois abriu-se a primeira sede do partido na António Serpa ao pé da praça de touros no Campo Pequeno. E depois a primeira a vez que eu lá fui, foi a noite, já passava uma semana talvez nem tanto quase” (**Mariana Rafael 15/12/16**)

A abertura dos CT's implicava a sua manutenção, desde a limpeza diária ao serviço de bar e de refeições:

“Depois tomava conta do CT abria, fechava, limpava o CT nessa altura não tínhamos ninguém para limpar havia uma amiga ou outra que dava ajuda. Havia na altura muitos colóquios, muitos congressos e participava nisso, tinha que dar apoio” (**Adelaide Silva 16/12/16**)

“Chamavam-me, estava eu no 1º andar na escrita. Lá vinha a correr dar uma ajudava ao bar. Tirar os cafés e aviar umas coisas e fazer umas contas” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Também era nos CT's que as inscrições, esclarecimentos e acompanhamento político aconteciam, o que ocupava bastante o tempo dos funcionários. O movimento de indivíduos para se inscreverem no PCP é enfatizado pelas comunistas que “não tinham mãos a medir” devido à quantidade de pessoas que procuravam os CT's:

“(…) Ainda hoje muita gente chega me chama madrinha. "Foste a minha madrinha. Tu é que me inscreveste no partido". Epah fazia inscrições no partido, toda a gente aparecia quem se inscrevia no partido. Eu não dava mãos a medir. Eu e outras pessoas. (...) Depois recebia as pessoas, encaminhava-as. Fazia atendimento político portanto. Se havia alguém que queria pôr um problema ou conversar com a pessoa ou encaminhar. E assim sucessivamente” (**Conceição Matos 10/4/17**)

“Inscrever pessoas no partido. E gaiatos, e novos queriam também (...) Olha era ali todo o dia, (...) Toda a gente se inscreveu para o partido. E toda a gente querer informações, toda a gente querer isto. (...) E ao serão ainda íamos fazer reuniões nas freguesias. Havia um camarada com uma oficina ali ao pé que levava a carrinha. Havia outro tinha aqueles comercio zinho e levava a gente nos carritos. O partido não tinha nada (...)” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

Para além destes trabalhos mais práticos também lhes foram entregues outras tarefas, variando muito de funcionária para funcionária:

“Fiz parte do comité local de Lisboa (...) e depois ia para as organizações. (...) na zona das Avenidas Novas (...) e era organizar os camaradas que estavam inscritos naquelas freguesias: São João de Deus, São João de Brito, Alvalade aquelas zona da avenida de Roma, da Nossa Senhora de Fátima lá para outro lado da praça de Montes (...) No meio disso tudo também fui candidata à assembleia constituinte...não fui eleita (...) andámos a colar cartazes para um encontro de emigrantes que se ia fazer em Junho, Julho era uma coisa da intersindical mas também do partido” (**Mariana Rafael 15/12/16**)

“Eu estava no Porto, nós fomos ocupar o nosso primeiro centro de trabalho que eram as instalações da Mocidade Portuguesa Feminina (...) havia o PBX e eu vou ver o que corresponde cada cavilha a número de telefone. Eu não percebia nada daquilo, nunca tinha visto uma coisa assim ao pé. Mas vou com outro rapaz, não me lembro o nome dele, era da JCP. Portanto jovens e andávamos por ali e não sei que já a experimentar a ver como é que era. E eu a ouvir os telefones a meter na cavilha dar a manivela e ver aonde é que eles tocam. E portanto eu comecei a fazer experiência. E chegava o Veloso, o Ângelo Veloso e diz «o que é que estás aí a fazer?» «estou a ver qual o telefone que corresponde a quais os telefones» «então fica aí». E fiquei telefonista (risos) E fui a primeira telefonista no Porto, de facto. Depois arranjámos outros jovens, outros camaradas e depois a ensinar e a fazer. Mas de facto fiquei telefonista e fui durante 25 anos telefonista do PCP” (**Faustina Barradas 2015**)

“(…) Depois comecei a fazer comícios, fiz alguns comícios não sei quantos. Como fui candidata à constituinte²⁵⁹ claro que tive de ir mesmo fazer comícios a vários sítios (...) dei entrevistas na televisão, fui logo a primeira. Participei também numa mesa redonda com médico psiquiatra o Albuquerque e não sei que mais. Fui assim algumas vezes à televisão falar sobre a repressão (...)” (**Conceição Matos 10/4/17**)

“(…) recebia quotas, sempre tive iniciativas de fundos, eu vendia coisas de artesanato, fazia umas rifas, sempre gostei muito dessa coisas (...) Na propaganda também entrava, distribuição da propaganda, o microfone também anda aí com o carro eu não tenho carta mais ia sempre uma pessoa. Quer dizer, era assim, era nisso, era uma pessoa que participava” (**Adelaide Silva 16/12/16**)

“Eu fui mais empurrada, fui logo empurrada para as máquinas de escrever. Que não havia também se não uma ou duas tortas e que foram emprestadas ou dadas (...) E caiu-me logo em cima o ficheiro do partido.” (**Maria Cabecinha 29/4/17**)

Com um ritmo de trabalho constante e um horário de trabalho ainda desregulado algumas destas mulheres não tiveram tempo para encontrar casa, acabando por passarem algumas noites em casas de outros camaradas ou comendo em casa de pessoas que ofereciam refeições, facilitando assim o tempo de trabalho:

“E então a nossa vida era nossa, manifestava-se assim. Quer dizer convivíamos com as pessoas, era diferente não é?! As pessoas iam lá, ficávamos lá, almoçávamos as vezes em casa das pessoas, ofereciam-nos almoço ou jantar (...)” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

“Ficávamos em casa de qualquer camarada, ficamos na casa da Olívia, ficamos na casa de outra. Esta noite ficamos aqui, amanhã «vamos para a minha casa» não sei que. Não tínhamos casa” (**Faustina Barradas 9/3/17**)

Por essa altura o PCP enviou alguns militantes à União Soviética para cursos de formação política e ideológica. Estes cursos já eram proporcionados na clandestinidade mas com a transformação política foi necessário enviar mais funcionários para colmatar a falta de funcionários politicamente capazes e “qualificados”²⁶⁰. Foi o caso de Adelaide, que aí obteve formação entre Setembro e Novembro de 1974:

²⁵⁹ Apesar da igualdade de participação política ser implementada continuo a existir um número baixo de mulheres em altos cargos políticos sendo que em 1975 a Assembleia tinha apenas 19 mulheres num total de 247. num total de 247. Tavares, Manuela.2000. *Movimento de Mulheres em Portugal - décadas de 70 e 80*. Livros Horizonte.p.32-33

²⁶⁰ A formação política na Escola Leninista foi incentivada pela IC permitindo a «bolchevização» e «estalinização» dos vários partidos comunistas. Os serviços especiais soviéticos, a GPU (Direção Política Estatal) e depois a NKVD (Comissariado do Povo para Assuntos Internos), vão constituir redes paralelas de controlo interior dos partidos nacionais. Pereira, J. P. (1999). *Álvaro Cunhal uma biografia política vol.1*. Temas e Debates.p.130-131.

“Depois o partido começou a fazer aqueles cursos políticos na União Soviética. Os cursos políticos eram 6 meses, antigamente era 2 anos. Como foi a nossa revolução...e havia necessidade de promover cargos e essas coisas, começaram a fazer cursos de 3 meses. E então eu fui nesse curso.” (**Adelaide Silva 23/11/17**)

Se na clandestinidade o trabalho era muito, no período entre 74-75 a intensidade e as exigências aumentaram significativamente. Se anteriormente era possível gerir um horário definido pelas clandestinas, sendo a casa o espaço de trabalho, neste novo contexto a situação inverte-se. Não existia um horário rigoroso, antes a disponibilidade para o trabalho, a maior parte fora de casa, era permanente, 24 horas por dia. Ao mesmo tempo, a solidão e quietude que formavam o ambiente da casa clandestina foi substituído por uma convivência diária entre funcionários e militantes:

“Portanto eu devo dizer que não fui logo buscar as miúdas enquanto as coisas não apaziguaram porque não tinha tempo. Porque era uma correria, foi um tempo ocupado de manhã a noite. Sempre, sempre, sempre ocupado. Porque de facto foi um posto chave muito, muito, muito importante eram as comunicações (...)” (**Faustina Barradas 9/3/17**)

“(...) Era estarmos no CT. Entrávamos de manhã e só saíamos lá quando acabava, meia-noite porque na altura pós 25 de Abril aquilo era uma coisa de manhã a noite era até as tantas da manhã. Chegava a ser 3 horas da manhã e nós ainda em reuniões, aquilo foi muito trabalho.” (**Adelaide Silva 16/12/16**)

“E depois era um problema que se queria fazer tudo e se queria fazer reuniões aí em todas as freguesias mesmo no campo, no Verão ia-se logo fazer reuniões debaixo das árvores e onde havia sombras e assim (...) Eu não saí a lado quase nunca estava dentro de casa tinha gente por todo o lado. Tinha o bar cheio de gente, ao sábados cheios de reuniões por todos os cantos as vezes queria estar sozinha a um canto qualquer a escrever e não conseguia” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

“Depois começou as lutas todas ainda hoje tenho lá os bilhetes que o Domingos dizia assim "olha vou para a luta dos correios. Depois a gente encontra-se" Ia para não sei quantos, para Torres Novas e depois ia um para cada lado.” (**Conceição Matos 10/4/17**)

Como foi, então, gerida esta mudança tão rápida dos hábitos da clandestinidade? A maioria das entrevistadas referem este momento como difícil devido ao trabalho intenso, quase sem descanso. Contudo, sublinham, apesar do grande sacrifício feito durante esta altura havia a compensação de viverem finalmente em liberdade. O privilégio de terem chegado ao 25 de Abril e de participarem directamente na luta que estava a ser travada nesse momento:

“E então quando se saiu foi a vontade depois era a euforia, era mais a euforia de se fazer e de se ter fazer coisas e lutar por isto e por aquilo isso é que atabafava toda a gente e nós tínhamos que dar a nossa contribuição para aquilo que já sabíamos, porque foi uma coisa muito difícil e boa, mas trabalhoso a saída da clandestinidade para a situação não era fácil (...) então a gente ali era trabalhar, era uma vontade que a gente tinha de fazer tudo, de resolver os problemas e de não criar complicações” (Maria Cabecinha 29/4/17)

Apesar do espírito de sacrifício, no caso de Mariana, as dificuldades sentidas foram demasiadas. Na clandestinidade desde a sua infância, quebrada apenas pelo 25 de Abril, esta funcionária sofreu física e mentalmente após a revolução. A saída de uma instituição total como a clandestinidade pode incapacitar temporariamente o indivíduo na acomodação a determinadas circunstâncias do quotidiano. No caso particular de um indivíduo que não viveu fora dos limites da instituição o seu desconhecimento do mundo pode incapacitá-lo de forma mais duradoura e dificultar o seu relacionamento e vivência com outros indivíduos:

“Febre nervosa não tinha, nenhum vírus, nenhuma bactéria. Horrível. E depois lá passou. Mas foi a adaptação de uma vida em liberdade. Eu não sabia viver em liberdade, não sabia lidar com as pessoas em liberdade. (...) Porque nós vivíamos num clima de compartimentação e só sabíamos que nos fazia falta, procurar não saber e não estimular as confidências... (...) A socialização que eu não fiz na idade que devia ter feito tive que a fazer a força aos 25 anos. Aos 25 anos é difícil! Como é que uma pessoa se adapta a uma vida nova aos 25 anos (...) Sabia lidar não andava às trombadas nem andava a bater a ninguém. Até me dava bem com toda a gente, sempre fui considerada muito simpática, agradável, com fácil relacionamento e muito comunicativa. Mas tinha essas coisas, era a ignorância, o desconhecimento. É difícil. Tenho dificuldade em explicar isto. É muito difícil explicar isto.” (Mariana Rafael 24/11/16)

Para além desta dificuldade em viver uma vida em liberdade outras condicionantes afectaram profundamente as entrevistadas, em particular as que tinham filhos pequenos e que requeriam cuidados diários difíceis de compatibilizar com um horário preenchido. Algumas das entrevistadas só puderam ter os filhos perto quando o seu dia-a-dia se estabilizou. Ainda assim era necessário o apoio de familiares ou de camaradas que tomavam conta das crianças no caso das reuniões se prolongarem até tarde:

“As meninas vieram, a mais velhinha, a Catarina, foi para a segunda classe, as pequeninas foram para o infantário porque aí já estávamos em liberdade aí elas já foram para o infantário. Saíam às 9 da manhã. Como eu entrava às 9 e a carrinha só as ia buscar às 9h eu deixava as ficar na mercearia. Sempre gostei muito de mercearias deixava-as ficar eu ia para o trabalho. A Catarina ia para escola e as pequeninas ficavam a espera da carrinha. Depois havia sempre um amigo ou amiga que tinham os meninos também no infantário e aí íamos combinando: hoje

trazes tu as minhas, amanhã levo as tuas e combinávamos entre si. Havia muita, muita, muita ajuda. Facilitávamos. Hoje tenho reunião, não posso ir trazeres tu também. Sim senhora. E fazíamos assim não era muito difícil porque havia apoio, ajuda dos camaradas hoje é muito mais difícil. É diferente” (**Faustina Barradas 4/5/17**)

“ (...) E tinha um problema muito grave que era com quem deixar os meus filhos porque as reuniões eram até as tantas da noite e as creches fechavam a uma determinada hora. Passei ali um ano e meio muito difícil com as crianças. No meio disso tudo a minha filha teve uma reacção meningé de origem bacteriana. Foi tudo um período complicado. O Armando estava num sector de Vila Franca e eu é que estava sozinha com as crianças. Eu aguentei ali...aguentei ali um período muito difícil. (...)” (**Mariana Rafael 2/3/17**)

As tarefas partidárias ocupavam o casal e algumas das entrevistadas vêm-se sozinhas com as crianças pois os seus maridos ausentavam-se em tarefas para outras localidades. Apesar de já não existirem constrangimentos para manterem uma aparência de família “tradicional”, como eram obrigatório na clandestinidade, as diferenciações de género persistiam: a mulher continuava a ser responsável pelos filhos e pelo seu cuidado diário e ao homem cabiam outras responsabilidades, nomeadamente de trabalho fora da zona de residência, o que implicava uma ausência e uma distância maior à família. No caso de Mariana, por exemplo, o seu marido, para além do trabalho de organização que o obrigava a estar muitas horas fora de casa, ausentou-se durante um ano para tirar um curso político na União Soviética:

“Eh pá, foi duro. Para a Mariana foi mais duro. Porque eu tinha mais actividade e ela estava mais localizada. E depois tínhamos os dois filhos (...) depois fomos morar mesmo para a Castanheira para haver esse apoio. Então era camaradas. Eu estava em reunião, ela estava em reunião e um camarada ia buscar os miúdos ao infantário. Iam lá...depois telefonavam. Foi um período, ainda hoje falamos disso. (...) Mas, não tenho remorsos mas tenho a consciência que pronto devia ter ajudado mais não é?! Foi um período difícil para a Mariana” (**Armando Morais 10/3/17**)

Desta forma, as funcionárias que não podiam recorrer à ajuda familiar com os filhos, de modo a participarem na vida partidária, estariam dependentes da existência de uma rede de solidariedade entre camaradas mas também de vizinhos ou amigos, por exemplo. A harmonização do horário de trabalho com a vida pessoal e familiar era (e é) uma questão complexa: “Nem sempre é fácil. No que respeita a casais, por exemplo, as grandes diferenças na organização da vida que por vezes se verificam (horários, locais de

trabalho, ocupação aos domingos, etc.) conduzem a situações de distanciamento na vida quotidiana, não sendo raro os casos em que casais só se encontram durante breves horas de noite. Da mesma forma o acompanhamento e educação dos filhos, a dificuldade de conseguir habitação, o nível de vida insuficiente, carências de saúde, falta de tempos livres, são susceptíveis de criar problemas sérios na vida dos militantes”²⁶¹.

Por outro lado, não havendo essa possibilidade ou forma das funcionárias cuidarem dos filhos sozinhas estas ficavam condicionadas ou até incapazes de participarem politicamente na medida da sua vontade. É o caso de Domicilia que quando chegou de França em Fevereiro de 75 e sem encontrar trabalho²⁶², se ocupou inteiramente dos filhos, especialmente do mais novo:

“Aí durante algum tempo não tive participação política nenhuma, rigorosamente nenhuma (...) Além das compras diárias pronto tinha-me que ocupar do meu filho evidentemente porque depois ele foi para a creche, para o jardim infantil mas não imediatamente.” (**Domicilia Costa 31/3/17**)

“Eu andava em tudo, eu andava em tudo. Quando estive na Marinha Grande enquanto não tive filhos participava em tudo. Depois a situação modificou-se eu já tinha de ficar em casa” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

É evidente que existia mais facilidade em gerir o trabalho e os filhos visto que o espaço de trabalho das mulheres clandestinas estava confinado as paredes da casa clandestina permitindo uma maior flexibilização no horário de trabalho. Com a revolução os espaços de trabalho são alterados e é do exterior da casa que surgem a maior parte das solicitações – CT’s, reuniões, manifestações, etc. – o que dificulta o cuidar dos filhos, que se mantinha uma actividade feminina. Contudo, como já acontecia na clandestinidade, esta transformação não implicou que a maioria das funcionárias deixasse de cumprir com as suas tarefas, acontecia que a sua acumulação acrescentava dificuldade à gestão do quotidiano.

Apesar de já não estarem confinadas a um círculo pequeno de pessoas o relacionamento privilegiado com os comunistas manteve-se. Durante a clandestinidade,

²⁶¹ Cunhal, Alvaro. 1985. *O Partido Com Paredes de Vidro*. Edições Avante!.p.164

²⁶² Este é um problema que afectou maioritariamente as mulheres depois do 25 de Abril havendo 10 564 mulheres desempregadas em Dezembro de 1973; 23 320 em Dezembro de 1974; 50 396 em Dezembro de 1975 e 56 723 em Março de 1976. O desemprego feminino deve-se sobretudo ao aumento de salário mínimo baixo durante o Estado Novo e que afectou essencialmente locais de trabalho com mão-de-obra maioritariamente feminina e em consequência, as Multinacionais abandonaram ou diminuíram o pessoal levando aos despedimentos colectivos Mattoso, José.2011. *História da Vida privada em Portugal Vol.4*. Temas e Debates. p.334-326

como o grupo de funcionários era mais pequeno era fácil conhecer de “anos para anos, de tempo para tempo” apesar de não se saber o nome ou a vida do funcionário. Portanto, com a entrega total ao trabalho partidário desde a clandestinidade, para alguma das funcionárias desde a juventude, as redes de amizade criadas na militância são frequentemente comparadas a redes familiares. Após o 25 de Abril, apesar da liberdade e da possibilidade de alargamento das redes de sociabilidade os relacionamentos continuaram circunscritos pela vida partidária:

“(…) não tinha vagar para ter vida social e não tinha muitos contactos com pessoas sem ser do partido. Os contactos todos ou todos era com gente do partido. Os contactos que as vezes tinha era quando morava em Sacavém não tinha transporte a meia-noite a uma da manhã era de ir de táxi e geralmente os taxistas eram uns reaccionários” (**Mariana Rafael 2/3/17**)

“(…) Por exemplo, agora é que tenho mais dificuldade, agora e que tenho dificuldade em relacionar-me com algumas pessoas. Tive muito anos tive 40 e tal anos como funcionaria do partido tinha com outras pessoas mas era muito. Agora que estou no UTIB [Universidade da Terceira Idade do Barreiro] tenho mais dificuldade. Estou na universidade da terceira idade e tenho tido alguma dificuldade em integra-me com pessoas porque são pessoas que são totalmente diferentes daquilo que estava habituada das pessoas do partido. (...)” (**Adelaide Silva 16/12/16**)

Apesar deste fechamento, o inverso também ocorreu. O fim do regime permitiu que as famílias partidas se reencontrassem, reconstituindo relações que tinham sido interrompidas:

“Houve uma mudança de facto muito grande, tem a sua justificação. Cada camarada tinha depois as suas famílias, os seus pais, as suas mães, gente que não via há muito tempo. Nós também, eu continuei afastada da minha família porque eles estavam no Sul e eu estava no Norte. Portanto há sempre mais uma aproximação, uma atenção digamos assim. (...). Cada um passa a ter mais a sua vida individual. Aquela vida que tinha deixado embora com muito pouco tempo. Mas pronto. Sim, ajuntávamos, solidariedade mas a pouco a pouco com muita pena minha foi-se diluindo (...) eu tenho pena é que a solidariedade já não é a mesma que era, não é. As pessoas mudaram também. (...) eu acho que mudaram os comportamentos, mudou a ideia de que já não é necessário penso eu que seria essa coisa de se ser tão solidário. Perdeu-se a atenção que tínhamos com os próximos, perdeu-se mais a atenção. O relacionamento é um bocado diferente (...) Portanto o partido cresceu” (**Faustina Barradas 9/3/17**)

Este último trecho demonstra, por um lado, uma nostalgia do tempo em que o PCP era mais reduzido em número de militantes e, como tal, onde a proximidade entre camaradas era maior, e as redes de amizade e camaradagem mais densas. Por outro lado,

o alargamento das redes de sociabilidade dentro do partido após o 25 de Abril e o consequente aumento do número de militantes. Algumas entrevistadas referem que com este crescimento houve alguns conflitos iniciais entre os camaradas com mais tempo de partido e que passaram pela clandestinidade e os novos elementos:

“Mas havia pessoas «oh estas a falar disso. A quanto tempo que eu ando aqui e tu só agora é que chegaste». Houve sempre gente que punha, ainda hoje há problemas. Ainda dizem «ah quanto tempo ando aqui. Eu ando aqui já anos e tu agora pensas que sabes tudo oh». (...)” (Adelaide Silva 10/3/17)

Esta situação é discutida e esclarecida como tentativa de evitar a criação de favoritismos dentro do partido, cumprindo-se com o artigo 13 dos estatutos que previa direitos e deveres iguais entre os militantes: “Após o 25 de Abril este princípio concretiza-se numa orientação relativa à nova situação: não estabelecer fronteiras, nem diferenças de qualidade, nem de direitos e deveres, entre camaradas vindos da clandestinidade e camaradas filiados no Partido após o 25 de Abril (...) Estabelece-se assim que os direitos e deveres dos comunistas são os mesmos, estejam há alguns dias no Partido ou militem há meio século ou mais nas suas fileiras.”²⁶³

5.1.As mulheres e a revolução: perspectivas em torno da mulher

Uma câmara aproxima-se de um grupo de quatro jovens que estão nas celebrações do 1º de Maio. Depois do jornalista perguntar “o que acha da guerra do ultramar?” duas jovens respondem, sem hesitação, “é necessário acabar com a guerra o mais rapidamente possível”. Uma nova pergunta “o que é o Movimento Democrático das Mulheres?”. As entrevistadas olham-se e riem. “É um movimento de libertação da repressão que houve até aqui”. Rapidamente outra pergunta “qual é a situação da mulher em Portugal?”. Uma entrevistada responde prontamente “Até agora é de repressão. Espero que comece a liberdade”. “Isso também é do homem”, ouve-se ao fundo. Outra jovem tenta esclarecer, dizendo “o problema da mulher é discriminação” “que tipo de discriminação?” “a todos os níveis. Tratamento humano, socioeconómico, emprego, de promoção, de salário, de tudo e mais alguma coisa”²⁶⁴.

²⁶³ Cunhal, Álvaro. 1985. *O Partido Com Paredes de Vidro*. Edições Avante!, p.151.

²⁶⁴ Armas e o Povo. Direcção: Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica Instituto Português de Cinema, 1974 (81’).

Este subcapítulo pretende identificar as perspectivas das entrevistadas sobre os avanços consequentes do 25 de Abril para as mulheres e sobre o posicionamento político do PCP; e, simultaneamente, compreender a sua participação política nesta matéria.

Todas as entrevistadas apontam, de forma geral, que foi impressionante o quão rápido as mulheres começaram a participar em manifestações, greves, sindicatos, comissões de moradores, etc. O 25 de Abril permitiu que as mulheres ganhassem mais visibilidade com a sua participação política:

“Ai as mulheres nem queiras saber. Quando a uma revolução de cariz progressistas quem ganha mais são sempre os mais desfavorecidos e as mulheres eram as mais desfavorecidas. Então...começaram a participar na luta... eh pá... de uma forma extraordinária. Ninguém estava habituada às mulheres...Na reforma agrária, nas manifestações elas iam a frente, elas...extraordinárias, extraordinárias (...). As mulheres tiveram que ter uma luta gigantesca ainda maior que a dos homens. Porque havia um papel que já estava quase assegurado aos homens e que as mulheres ainda não tinham conquistado e foram conquistando” (**Mariana Rafael 24/11/16**)

“(...) muitas mulheres e conforme que te digo que já te tinha realçado desde miúda que as mulheres nas praças de jorna, no trabalho rural e depois nunca tinha mais assistido só depois do 25 de Abril. E os jovens uma força muito grande aquilo era multidões, multidões era de alegria. Mas multidões de alegria. As pessoas disposta a lutar, a fazer, a participar (...)” (**Faustina Barradas 9/3/17**)

“(...) As mulheres saíram muito. As mulheres tiveram uma grande participação saíram...emanciparam-se. Saíram para a rua. As mulheres deixavam, deixaram a casa e começaram a sair nas manifestações. Houve uma grande transformação. Houve divórcios a farta nessa altura. Os divórcios subiram a farta. Os homens não queriam que as mulheres saíssem.” (**Adelaide Silva 23/11/16**)

O direito ao divórcio é um dos aspectos mais referido nas entrevistas. A 20 de Maio de 1974 foi criado o movimento pelo divórcio. Realizou-se a 19 de Junho um comício no Pavilhão dos Desportos e de seguida de uma manifestação, a 19 de Julho.²⁶⁵ Com a aplicação do decreto-lei nº261/75 quebrou-se a autoridade da Concordata de 1940 sobre esta matéria, abrindo-se espaço para o divórcio dos casais unidos pela Igreja. É referido que a seguir ao 25 de Abril muitas mulheres, incluindo vizinhas, conhecidas, amigas se divorciaram, soltando-se das amarras de casamentos sufocantes e conquistando

²⁶⁵Tavares, Manuela. 2000. *Movimento de Mulheres Em Portugal-Décadas de 70 E 80*. Livros Horizonte.p.27.

assim a sua independência.²⁶⁶ Em 1974 são registados 77 divórcios; em 1976 4.875; e em 1977 o número foi 7.773.²⁶⁷

A condição de solteira também é apontada por algumas entrevistadas como um avanço na posição social da mulher. A moral conservadora hegemónica durante o Estado Novo, fortemente imbrincada nos valores da religiosidade católica, entendia que as relações sexuais ocorrem exclusivamente no espaço matrimonial e com o objetivo da reprodução. Por sua vez, a virgindade é definida como condição necessária para o casamento – apesar do desencontro entre o discurso dominante e as práticas – e em 1967 o código civil aponta a não comprovação de virgindade como factor válido de anulação do casamento.²⁶⁸ Neste quadro a agencialidade feminina relativa ao controlo legal sobre a validade e/ou duração do casamento era nula. Consequentemente, era esperado da mesma a defesa dos bons costumes e a sua respeitabilidade. Em 1976 é aplicada a lei que garantia igualdade entre cônjuges e entre filhos nascidos dentro e fora do casamento e em 1977 a responsabilização igualitária de ambos os pais sobre o cuidado dos filhos.²⁶⁹ Também nesse ano o pai é responsabilizado pelo provisionamento de alimentos durante a gravidez e primeiro ano de vida do filho, podendo a mãe exigir alimentos mesmo depois do primeiro ano de nascimento²⁷⁰. Como afirma Mariana:

“Hoje já são mães solteiras é diferente. Já não é considerado uma vergonha, um escândalo, uma vergonha para a família. Ai desonrar a família. Não, nada disso. Naquela altura era.” (Mariana Rafael 24/11/16)

Também é apontada a importância dos subsídios de apoio à parentalidade. Em 1974 o abono de família é aumentado e em 1977 é alargado a crianças nascidas fora e dentro do casamento, podendo ser requerido por qualquer um dos cônjuges – a anterior responsabilidade do «chefe de família» é convertida em direito da criança.²⁷¹

²⁶⁶Diário do Governo n.º 122/1975, Série I de 1975-05-27

²⁶⁷<https://www.pordata.pt/Site/MicroPage.aspx?DatabaseName=Portugal&MicroName=Div%C3%B3rcios&MicroURL=323&> consultado a 26 de Setembro de 2017

²⁶⁸Mattoso, José. 2011. *História Da Vida Privada Em Portugal vol.4*. Temas e Debates.p.50;82.

²⁶⁹ Idem., p.354.

²⁷⁰ Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

²⁷¹ Mattoso, José. 2011. *História Da Vida Privada Em Portugal vol.4*. Temas e Debates.p.352.

No domínio das questões emancipatórias a questão do trabalho é também apontada como fundamental pois permitirá um grau de liberdade e autonomia difíceis de realizar anteriormente:

“Por exemplo, numa fábrica a trabalhar a mulher se trabalha faz o mesmo trabalho que o homem faz, ganha o mesmo ordenado. Agora é igual, antigamente não, havia inferioridade. A mulher ganha menos mas trabalhava o dobro. Chegava a casa iam para a taberna beber o seu copinho e vinho e elas tinham que fazer a lida da casa, as camas, o comer, buscar os filhos, tratar dos filhos e eles ali sentadinhos a ler o jornal. Isso estava bem?!” (**Evelina Diogo 27/4/17**)

“(…) a gente praticamente tudo o que podia era para os homens e para as mulheres, o que se queria era para todos para tudo igual. Pedir mais aumento, mais 8 horas de trabalho, melhor salário, o salario mais próximo dos homens porque era sempre metade, no meu tempo era metade.” (**Maria Cabecinha 11/3/17**)

A questão central coloca-se sempre em “trabalho igual, salário igual” seguida da luta pelas 40 horas de trabalho. Muitos dos testemunhos sobre este período referem o trabalho como uma das principais formas da mulher se libertar da condição submissa e como o principal ponto de partida para o processo emancipatório feminino. Esta é como natural uma posição marxista em que aponta a participação da mulher na esfera produtiva o aumento da sua conciliação e como tal da sua participação política. Ou seja, partir de uma luta geral para a luta particular das mulheres.

Para além das manifestações e dos trabalhos políticos viveu-se um período de ocupações de fábricas e de processos de autogestão em consequência de algumas dessas ocupações²⁷². Em 1976, é aprovada a licença de maternidade paga e com direito a 100% do salário médio por noventa dias. Em 1979 uma nova lei estabelece «trabalho igual, salário igual» sendo criada também nesse ano a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego para supervisionar a concretização destas novas leis²⁷³ No que diz respeito à conciliação dos filhos com o trabalho, apesar da necessidade de uma rede nacional, o

²⁷² V. Suárez, M. Á. P. (2008). *Contra a Exploração Capitalista - comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.; Santos, M. de L. L. et al. (n.d.). As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril: da reivindicação económica ao movimento político - 1.ª fase. *Análise Social*, p.266-335.

²⁷³ Mattoso, José. 2011. *História Da Vida Privada Em Portugal vol.4*. Temas e Debates.p.357. Depois do 25 de Abril é criada também uma Comissão para a Condição Feminina com uma implementação bastante fraca tendo apenas uma delegação em Lisboa e Porto sendo que só trabalha uma pessoa. Esta comissão tem como objetivo produzir quadros estatísticos, estudos sociológicos e documentação relativos aos problemas das mulheres para ser divulgada juntos das instituições oficiais e competentes como de ajudar e apoiar juridicamente e politicamente as iniciativas D´arthays, Beatrice. 1976. *As Mulheres Portuguesas E O 25 de Abril*. Porto: Afrontamento.p.37.p.83

sector dos cuidados organiza-se a partir da iniciativa privada, do sector cooperativo e de instituições sem fins lucrativos ligadas à Igreja; os cuidados prestados pela família alargada e o recurso às “amas” são alternativas às instituições.²⁷⁴

Também do lado do PCP esta é uma reivindicação desde 1930²⁷⁵, implicada no projecto marxista-leninista, que associa esta questão a outras no âmbito da igualdade de género como a falta de promoção profissional, falta de protecção e segurança no trabalho, a exigência de rendimento para as mulheres grávidas, sem perda ou diminuição dos seus direitos, etc.

A dupla jornada de trabalho – as tarefas domésticas – é apontada, nas discussões, e nas entrevistas, como um dos problemas fundamentais para a obtenção de uma maior igualdade entre homem e mulher:

“Pois a participação das operárias, e tudo nunca saírem de casa sem deixar tudo arrumado, a loiça lavada. Não iam sair para uma reunião para estar horas ainda é assim mas naquele tempo imagina. Os homens saíam sem se preocuparem se o prato estava sujo, se o prato se tinha ficado no lava loiça, se nada. E as mulheres e por elas próprias estavam amarradas aquela ideia de nunca deixar a cozinha por arrumar. E lembrou-me uma vez na reunião, isto é uma coisa que me lembra assim. Não me lembra de muitas coisas mas esta lembrou-me. Numa reunião estava a intervir e estava a dirigir a reunião e ela [camarada] dizia «depois temos de saber o que é que é mais importante para a revolução. Se é sairmos com a loiça lavada ou se podemos sair com a cozinha para arrumar»” (**Mariana Rafael 15/12/16**)

“E depois do 25 de Abril isto deu uma grande reviravolta, isto mudou tudo. (...) senti, senti também que elas [colegas, amigas] abriram os olhos. Elas também era revoltadas algumas, outras não. E também elas viram que a vida não era assim. Que a mulher tem os mesmos direitos que o homem. (...) Os dois a trabalhar a chegar as seis e tal a casa as sete horas a casa e ele estar sentadinho a ler o jornal ou a ir para a taberna e elas a fazerem tudo isso não estava correcto. (...)” (**Evelina Diogo 4/4/17**)

Após a revolução o modelo dominante das relações de género assente na ideia da mulher cuidadora/homem provedor é questionado, com consequências óbvias nos modos de organização da vida privada. Esta sobrecarga do tempo que as mulheres despendiam nas tarefas domésticas é apontada como um dos principais obstáculos à mobilização das mulheres para a luta política. De tal forma que, o PCP refere-se directamente à circunstância das mulheres e à dificuldade de participação e de integração na vida política. Ainda antes do 25 de Abril é publicado um texto n’*O Militante* que identifica as

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*

²⁷⁵ V. Almeida, Vanessa de. 2015. “Vozes Femininas Da Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

especificidades da condição feminina e a necessidade de uma maior sensibilidade para que a participação das mulheres pudesse acontecer:

“ (...) as dificuldades derivadas do tipo de vida da mulher trabalhadora são outros tantos obstáculos ao seu esclarecimento, mobilização e organização. As horas das reuniões, os encontros com quadros masculinos, a duração das reuniões são factores importantes que é preciso ter em conta no trabalho feminino. As reuniões á tarde de preferência á noite, em muitos casos, a constituição das células femininas são medidas a encarar capazes de estimular a organização das mulheres. (...)”²⁷⁶

Contudo, uma das entrevistadas refere-se à persistência deste problema e à continuidade da resistência, mesmo no interior do PCP, à atribuição de cargos de maior importância a mulheres, o que se percebe na colocação de homens com menos competências em cargos de maior responsabilidade. Uma das justificações utilizadas nestes casos era a presença dos cônjuges masculinos em cargos igualmente relevantes, situação que tornaria redundante a presença da mulher numa posição estrutural equivalente.

Numa outra dimensão analítica, mas igualmente relevante para a questão da emancipação feminina, os métodos contraceptivos, nomeadamente a pílula, são apontados como mecanismos que permitiram uma maior liberdade e independência. Apesar do início da sua comercialização ser em 1962, durante a clandestinidade o acesso à pílula é praticamente inexistente pois só poderia ser adquirida com receita médica. Mesmo com receita médica, os médicos particulares eram resistentes ao seu uso ou mesmo contra enquanto que os médicos da caixa não podiam receitar porque não era reembolsada²⁷⁷. Em 1975 iniciam-se as primeiras consultas de sexologia nos hospitais universitários de Coimbra e em 1976 é promulgado o despacho que implementa as consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.²⁷⁸

O aborto também é apontado como uma das conquistas mais importantes para a emancipação e segurança da mulher. Esta é também uma questão que cedo o PCP acompanha, em especial Álvaro Cunhal com a sua tese *O Aborto - Causas E Soluções* defendida em 1940 onde analisa uma visão capitalista sobre o corpo a mulher e consequentemente de políticas contra o aborto opondo-a a uma explicação a partir de

²⁷⁶ *O Militante*, III Série nº67 Abril, 1952,p.7

²⁷⁷ D´arthays, Beatrice. 1976. *As Mulheres Portuguesas E O 25 de Abril*. Porto: Afrontamento.p.37

²⁷⁸ Mattoso, José. 2011. *História Da Vida Privada Em Portugal vol.4*. Temas e Debates.p.58;60

causas sociais e económicas. Cunhal distingue as razões que levam as mulheres trabalhadoras e burguesas a abortarem. As primeiras correspondiam aos encargos financeiros incompatíveis com o orçamento familiar já poucas e ainda mais diminutas pois implicar a ausência da mãe do trabalho como a não possibilidade de deixar a criança aos cuidados de terceiros. Já para as mulheres burguesas o que leva a prática do aborto é a prática de um limitado de filhos ou engravidarem estando solteiras ou de casos extraconjugais. Traçado este cenário Cunhal aponta que “ o aborto das classes ricas é, assim, em regra, um *aborto de luxo*, ao contrário do aborto nas classes pobres, que é um *aborto de necessidade*”²⁷⁹ apenas colmatado com a real resolução e melhoramento das condições de vida que se prendiam com direitos laborais como férias durante a gestação com salários pagos; melhores condições de habitação; maior apoio as crianças; como mudanças mais estruturais como a modificação da moral sexual e uma real igualdade da mulher na sociedade. Contudo, será apenas a partir de 1979/1980 que a discussão sobre a despenalização do aborto capta mais espaço público, algo que não ocorreu imediatamente após o 25 de Abril. Esta hesitação pelos partidos de esquerda condicionou algumas organizações femininas na discussão do problema. Em particular o peso da Igreja e, uma priorização dos problemas a abordar em resultado da perspectiva de que o aborto poderia não ter apoio popular (como foi o caso do PCP).²⁸⁰

Outro detalhe, não de somenos importância, prende-se com o acesso ao espaço público por parte das mulheres, por exemplo a frequência dos cafés, espaços por excelência masculinos, interditos a mulheres durante o Estado Novo, como relata Adelaide:

“Eu já gostava de ir ao café. Gostava de ir um bocadinho ao café...não íamos ao café assim, como agora. Por exemplo, íamos comprar um bolo entrávamos, saíamos. Se eles tivessem a gente sentava-se um bocadinho mas eles punham a gente logo a andar (...) vinha com o miúdo eu disse "vamos, vamos até lá abaixo" o miúdo tinha 3 anos na altura e o miúdo disse "ai mãe, olha o pai" Bem entrei no café onde ele estava. Assim que entrei ele disse logo "o que é que vêm cá fazer? Olha para a tua saia toda amachucada". Olha apanhei cá um envergonhasso, com aquela saia toda amachucada. (...) deu-me cá uma raiva. Entrei também saí logo. Machucar ao pé das outras pessoas, já viu? Era uma mentalidade terrível” (Adelaide Silva 23/11/16)

²⁷⁹ Cunhal, Álvaro. 1997. *O Aborto - Causas E Soluções*. Campo das Letras.p.80

²⁸⁰ V. Tavares, Manuela. 2000. *Movimento de Mulheres Em Portugal-Décadas de 70 e 80*. Livros Horizonte.51-55

Também Domicilia aponta que sentiu uma grande diferença depois do 25 de Abril nos espaços em que as mulheres começaram a poder entrar e participar, nomeadamente os cafés e outras práticas proibidas ou tidas como desviantes:

“As mulheres começaram a acompanhar ou iam com os maridos aos cafés coisa que antes não acontecia mesmo com os maridos nas cidades aquilo ainda hoje é um pouco mas naquela altura era mesmo aldeia. (...) As raparigas e rapazes já andam juntos que antes evidentemente não lhes ficava bem e já beijam na rua coisa que antes do 25 de Abril nem os maridos o podiam fazer” (**Domicilia Costa 31/3/17**)

O Movimento Democrático das Mulheres é apontado como a organização por excelência onde estas mulheres participaram antes e depois do 25 de Abril. O nível de participação é bastante variável pois aquelas que não tinham como responsabilidade acompanhar o movimento estavam bastante ocupadas com o seu trabalho partidário. Porém, de forma geral, a maioria das entrevistadas participou em manifestações ou algumas reuniões. A organização é fundada em 1968 a partir da agregação de várias mulheres que participavam na MUNAF e no MUD em núcleos femininos e de outras organizações como o MNDF e MDF.²⁸¹ Em 1974 as exigências do MDM, que a 28 de Abril foram apresentadas à Junta de Salvação Nacional, passavam por salário igual para trabalho igual; igualdade de promoção e de acesso a todas as profissões; igualdade jurídica da mulher; socialização das tarefas domésticas (com a generalização de cantinas, lavandarias); infantários gratuitos; licença de parto de 14 semanas; cuidados gratuitos de saúde na altura do parto; direito ao aborto.²⁸² A intervenção política junto das mulheres passava pela abordagem dos problemas concretos do quotidiano e da sensibilização das mulheres para a convergência da sua condição nesses problemas.²⁸³

Esta participação remete para o problema da posição política legítima, no âmbito maior da acção partidária, quando se debatiam problemas concretos das mulheres. É apontado por algumas entrevistadas que não existia uma unanimidade quando se discutia o tipo de acção e organização que se deveria ter em relação aos problemas das mulheres no seio do PCP:

²⁸¹ Neves, Helena. n.d. *Apontamentos Para a História Do MDM - Retomar Os Gestos*. MDM.P.16

²⁸² Idem,p.28

²⁸³ Idem,p.18

“(…) Mas depois havia níveis de entendimento da parte das próprias mulheres diferentes de mulheres para mulher, de zona para zona, de profissão para profissão. Haviam umas que estavam mais à frente, outras que estavam recuadas e os próprios homens a mesma coisa. E até bons camaradas mas tinha incompreensões muito grandes, muito grandes, a nível dos sindicatos a mesma coisa. Havia camaradas que no local de trabalho não atendiam que trabalho igual salario igual, não entendiam isso de maneira nenhuma. O homem tinha que levar mais dinheiro para casa (bate na mesa) nem que tivesse a fazer o mesmo ou até menos. Faziam sempre mais. Estas a perceber? Isso são tudo coisas que ficaram e que se manifestaram no dia-a-dia e até no relacionamento entre quadros e tudo. E pronto. Ainda hoje, ainda hoje há quem tenha incompreensões.” (Mariana Rafael 2/3/17)

Havia de igual forma entre alguns homens e mulheres militantes que não compreendiam a necessidade de combater os problemas das mulheres de forma particular e com uma organização com esse fim. Esta questão é altamente discutida e esclarecida junto dos militantes comunistas através dos órgãos de informação alertando para a importância das mulheres “na defesa da democracia” impossível de alcançar sem a participação das mesmas tentando, para esse efeito, enfatizar os problemas específicos das mulheres:

“Assim, por exemplo, não é raro ouvir camaradas nossos, homens e mulheres, pronunciarem-se duma forma depreciativa sobre os movimentos unitários femininos e as camaradas que ali trabalham, assim como o trabalho político entre as mulheres, em geral. Também não é raro camaradas mulheres com experiência de trabalho de organização se recusem, quando solicitadas ou convidadas, a trabalhar no sector feminino. (...) Com efeito, ainda que, por vezes haja uma adesão, em palavras ao princípio de defesa da participação da mulher em vários aspectos da vida nacional, na prática aceitam-se preconceitos e discriminações que se diz ser de combater e cujo desaparecimento se defende.”²⁸⁴

Outra questão levantada quando endereçadas para os problemas específicos das mulheres é a clara distinção marcada pelo marxismo-leninismo entre as mulheres operárias e as mulheres burguesas. Clara Zetkin aponta que ao contrário das mulheres burguesas, que lutam para ter igualdade aos homens da sua classe, a mulher operária luta em conjunto com os homens da sua classe, “levar à dominação política do proletariado”.²⁸⁵ Por consequência, algumas bandeiras reivindicativas preconizadas na altura pelas que são consideradas mulheres burguesas adquirem uma importância menor.

²⁸⁴ *Avante!* Ano45 serie IV nº19 Janeiro, 1977.p.19.

²⁸⁵ Comunistas, Organização das Mulheres. 2007. *Clara Zetkin E a Luta Das Mulheres*. *Avante!*.p.133.

Ou seja, a emancipação da mulher é entendida dentro de um contexto político bastante concreto – trabalho, acesso a educação, apoio na maternidade, reivindicação política – deixando de lado a dimensão mais “íntima” ou mais subjectiva:

“ As mulheres burgueses até foram fazer a queima dos sutiãs e não sei o quê mas também era um direito delas não tinham nada de ir lá gozar e foram lá. Enfim...reaccionários. Mas também lados feministas, não no mau sentido da palavra, no bom sentido, Maria Velho da Costa e por aí fora, eram mulheres de valor mas que não tinham...eram burguesas tinham uma mentalidade burguesa. A realidade delas é outra” (**Mariana Rafael 15/12/16**)

“Algumas até se libertaram demais (...) Ah! Começarem a encontrar os vícios dos homens. Por exemplo, começaram a fumar. Pensavam que a libertação era a fumar. Não é a libertação, a libertação é no trabalho. No trabalho, no estudo é que é a libertação. Começaram a fumar, começaram a fazer...quer dizer houve situações que exageram. Não é por eu ser contra quem quiser fumar pode fumar. Mas não é ai, não é ai que há diferença. Para conquistar emancipação não é através disso. O trabalho é que é emancipação da mulher, é através do trabalho” (**Adelaide Silva 2/3/17**)

Apenas em 1978 entra em vigor a reforma referente ao direito de família no novo quadro de igualdade, a partir do art.º 1671 onde se estabelecia que o casamento assentava em iguais direitos e deveres entre os cônjuges, tal como a orientação para a família e o interesse comum e ainda acrescentados aos deveres do casamento já existentes de fidelidade, coabitação e assistência, o respeito e a cooperação; foram ainda acrescentados no art.º 1676, nº1, a valorização do trabalho da mulher ao apontar que os dois podem contribuir para a vida familiar pelos seus rendimentos e pelo trabalho no lar e educação dos filhos²⁸⁶.

O PCP acolhe esta mudança positivamente mas sublinha a existência de “ (...) uma grande distância entre o direito que as mulheres têm de participar em plena igualdade com o homem na vida do país e a realidade da sua influência na vida, na sociedade e na política de Portugal (...)”²⁸⁷

De uma forma geral, ao longo das entrevistas, a participação destas mulheres ficou bastante enquadrada no MDM, em especial na comemoração do 8 de Março. Muitas admitem que por falta de tempo não lhes foi possível ter uma participação mais activa e atenta. Contudo, de uma forma geral, participaram em lutas gerais pela diminuição do horário de trabalho, como do seu aumento, por exemplo. É neste sentido que apesar de

²⁸⁶ Guimarães, Elina. 1986. “A Mulher Portuguesa Na Legislação Civil.” *Análise Social* 22 (3): 557–77.p.20.

²⁸⁷ *O Militante*, Março, 1978 nº 33

todas defenderem a necessidade de uma luta específica das mulheres esta é enquadrada na luta geral por melhores condições de vida. Outro ponto a notar é que não existe uma homogeneização do entendimento dos problemas das mulheres e, conseqüentemente, da sua disponibilidade para aprofundar este tema – como é o caso de algumas entrevistadas. Não existe um discurso forte no sentido de uma posição política firmada sobre a condição feminina como existe em relação ao fascismo e às condições gerais das classes trabalhadoras. Talvez esta questão se prenda com a maior atenção dada as questões gerais da condição de vida por parte do PCP (a luta geral) em comparação com as condições de vida da mulher (luta particular) e que se traduziu num desnivelamento de formação política e ideológica.

Apesar de ser valorizada a participação das mulheres e os direitos alcançados com o 25 de Abril muitas ainda sentem que aquilo que foi conquistado ao longo dos anos foi-se destruindo e que algumas metas ficaram por cumprir. Referem-se à dificuldade de transformar as mentalidades das pessoas apenas mudável com trabalho intenso durante um longo período de tempo:

“Eu penso que sim, tudo o que se fez ficou sempre aquém embora tenha-se feito tudo o que foi possível. Eu estou convencida que se fez tudo o que foi possível. Com as limitações que havia. Depois as limitações são frutos das nossas dificuldades. (...)”
(Mariana Rafael 15/12/16)

“Não, acho que foi. Não porque as mentalidades não se transformam assim levam muitos anos para se transformar. Não é possível, não era possível ir muito além. Foi criada uma mentalidade para avançar, hoje o que temos hoje é derivado do trabalho que se teve antes mas não havia condições para mais nada. Ainda hoje as mesmas coisas ainda continua, os mesmos problemas. O problema da diferença salarial ainda hoje continua quase são os mesmos problemas após o 25 de Abril e agora ainda continua os mesmos problemas não é fácil no mundo capitalista em que nós vamos.” **(Adelaide Silva 16/12/16)**

“(...) Claro que hoje as coisas estão um bocadinho mais difíceis e especialmente para as novas gerações que como digo tiveram já a sua vida facilitada já conquistadas que teriam antes é evidente que não vinha a ter antes se acabasse o fascismo e hoje estão a ver as suas transformações muito lentas e coisas a andar para trás coisas que realmente se conquistaram e hoje está-se a perder” **(Conceição Matos 10/4/17)**

Um dos aspectos notáveis na vida destas mulheres é que apesar da sua entrega à luta antifascista e, no 25 de Abril, à construção do socialismo a maioria destas mulheres, com idades já avançadas continuam a participar politicamente em várias acções ou causas

que lhe são sensíveis. Aquelas que ainda permanecem no PCP continuam a ter tarefas e a participar nas várias iniciativas.

“Não é com desânimo mas com tristeza. Portanto isso sim, com uma tristeza muito grande de não termos conseguido...no fundo é isso de não termos conseguido...portanto estas políticas foram seguidas foram arrasadoras para o povo português...é uma tristeza muito grande. Não me tira força para lutar. Nós mesmo moldes não é possível. Mas nós cá estamos, cá estamos no dia 25 e nós continuamos. Agora que é uma imensa tristeza é. Os pais morreram, os amigos morreram, 40 anos são muitos anos. Numa relação de 40 anos não são muitos anos mas a verdade é que aqueles que tinham 40 hoje tem 80. A tristeza que dá, foram as pessoas que lutaram por esta revolução, por este povo e no mundo também não assistiram de facto...sabemos, eu sei que quando morrer isto vai continuar e portanto, e que a evolução vai ser essa. Disso aí não tenha dúvidas nenhuma. Pode levar mais tempo, não tenham dúvidas nenhuma mas uma outra coisa sim. Disto ter chegado a este ponto sim.” **(Faustina Barradas 2015)**

“Não era para nos elogiarem, não para sermos heróis mas para as pessoas terem a consciência que não foi fácil e se estamos numa democracia porque houve gente que se sacrificou. Foi de boa vontade, ninguém foi obrigado. Mas pronto, acho que se deve falar nisso. Se calhar até já se descuro. Já nem se fala «já passou, ai...» eu raramente falo mas se houver possibilidade a gente fala. Por exemplo, logo após o 25 de Abril a gente falava muito isso. Eu lembra-me na Marinha Grande a gente estava às vezes aos serões porque havia uma altura em que tivemos de guardar os CTs por causa dos assaltos. E a gente passava lá noites inteiras a falar sobre coisas e faz de conta que eram uns contos que a gente contava e as pessoas gostavam de ouvir, perguntar e até alguns falavam deles também sabiam deste ou outro familiar ou assim (...). Que é para não esquecer, não se deve esquecer é como o nazismo e o fascismo a gente não se deve esquecer porque deve estar sempre presente” **(Adelaide Silva 23/11/16)**

“Eu sempre tive coisas. Eu enquanto pude trabalhar e mesmo depois de me reformar (...) Portanto, se um almoço ou jantar ajudo um bocadinho, aqui há muitos almoços, muitos jantares. (...)” **(Maria Cabecinha 11/3/17)**

“(...) E portanto não havendo essas coisas as coisas ficam desconhecidas. É por ai que eu acho que é importante que realmente haja quem escreva porque senão. As pessoas vão morrendo e ninguém tem o dom da adivinhação para saber como as coisas se passam. E depois há os historiadores mas o trabalho deles também se baseia em depoimentos em pesquisas mas as pesquisas da onde é que vem?” **(Domicilia Costa 31/3/17)**

Contarem a sua própria vida, principalmente sobre período clandestino, com idas a escolas ou dando entrevistas é encarada primeiro, como uma tarefa política e que o PCP incentiva e por outro lado, envolvidas por um sentido de obrigação de transmitir as gerações presentes e as futuras aquilo que foi o combate anti-fascista. Esta necessidade de transmissão é também relemburada como um tempo de possibilidades e de abertura mas que não foi totalmente cumprido, existindo um sentimento de amargura. Contudo, a esse sentimento é sucedia-se habitualmente a ideia da continuidade da luta e da passagem

desses ideais à família, filhos ou netos. No fundo, a ideia de revolução mesmo que não alcançada na sua totalidade permite restituir esperança e energia que renova as expectativas do colectivo contra a negritude do mundo transmitida também nas narrativas passadas pelo tempo.²⁸⁸

5.2.Mazelas da clandestinidade

Outro aspecto complexado na abordagem e na análise dos processos de transição da clandestinidade para a liberdade relaciona-se com o sofrimento emocional e físico destas mulheres na clandestinidade, para algumas, na prisão. Os episódios variam, bem como a intensidade traumática da sua memória, dependendo do percurso de vida de cada uma. Por exemplo, Adelaide, já depois do 25 de Abril, ainda ouvia tocar a campainha, demonstrativa da tensão acumulada durante a clandestinidade e cujos efeitos perduraram:

“E durante anos, mesmo depois do 25 de Abril ouvia a tocar a campainha. Levanta-me para ver. Comecei a ouvir toques de campainha. Levantava-me para ir ver. Não era nada, era o meu subconsciente porque a situação levou...uma coisa...uma situação tao grande...porque eu tenho...como é que vai ser isto...eu tenho de queimar isto tudo” (Adelaide Silva 23/11/16)

Os problemas físicos também continuam a afectar a vidas destas mulheres, especialmente com o avançar da idade, como é o caso de Conceição consequência das suas duas prisões e torturas. Os episódios, para além da questão emocional, são responsáveis pelas insónias crónicas e problemas urinários.

No caso de Mariana, e como já demonstrámos anteriormente, o facto de ter vivido a sua vida em clandestinidade até ao 25 de Abril deixou-a severamente debilitada emocionalmente e socialmente. Recentemente Mariana procurou apoio psicológico:

“A mim ajudou-me imenso. É com conversa se pode curar uma pessoa. Pode-se curar uma pessoa. A mim por exemplo tem-me feito, eu já não sou a mesma pessoa. Embora, como eu digo, há coisas que ficam para toda a vida, não é? vinte cinco anos não são vinte cinco meses. Mas hoje já me sinto melhor. A prova é que eu já ando a dormir como eu não dormia. Tive aí um período em que não dormia. Passava noites sem dormir, em claro, era capaz de estar uma semana. Usei ventilador, fiz tratamento intestinal.

²⁸⁸ Cruzeiro, M. M. (2011). “Revolução” e Revisionismo em Portugal nos primórdios do século XX. In R. C. Martins (Ed.), *Portugal 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra.P.108-109

Foi a certa altura em que chegou a um ponto fiz um *clic* e comecei. Agora durmo normalmente, mas demorei anos. A psicoterapia faz muito bem... agora estou quase a ir lá, tenho uma consulta em breve. Já não sou a mesma pessoa, já me sinto de outra maneira.” **(Mariana Rafael 15/12/16)**

No mesmo contexto de socialização e de partilha de emoções e estados de espírito Domicilia fala de como as medidas conspirativas e a inconfidência deixaram marcas no próprio relacionamento íntimo com os pais:

“Há coisas que até mesmo da nossa vida privada, que não tem nada a ver com o partido, há coisas que eu depreendo que foi por isto ou por aquilo ou que eu até ignoro em absoluto, não tenho como vir a saber (...) Pensado naquela “só se fala daquilo que é preciso, só se explica aquilo que é preciso”. E eu, desde os 4 anos, aquilo entranhou-se de tal modo que eu não procurava saber (...) quer dizer a nossa vida continuo a ser muito fechada. Na medida em que começaram ambos [os pais] a trabalhar no CT e depois vieram para aqui não contactaram com ninguém a não ser com camaradas. (...) E havia o hábito de não fazer perguntas. Nem os meus pais perguntavam aos camaradas nem eu perguntava aos camaradas nem aos meus pais” **(Domicilia Costa 31/3/17)**

Além dos problemas físicos e psicológicos, também os relacionamentos familiares, especialmente para quem que não levou os filhos para a clandestinidade, continuam a ser matéria delicada. Adelaide deixou o filho com 3 anos com a avó paterna o que provocou um afastamento entre mãe e filho. Após o 25 de Abril e o divórcio do seu primeiro marido, Adelaide, pretende retomar a guarda do filho. O processo deste pedido é lembrado como um momento humilhante e psicologicamente desgastante:

“E meti os papéis para ele vir para mim. Mas...fui enxovalhada. Quer dizer, trouxe depois lá um camarada que era um advogado, na altura era uma pessoa destacada de Leiria, não me lembro agora o nome dele, já morreu, veio comigo aqui...E então, feita parva, pensava eu que o Barreiro tinha...era...como tinha revolucionários eu tinha um juiz melhor que lá em Leiria (...) Não chegamos a um acordo, discutíamos logo os dois (...) o miúdo foi chamado, veio ao pé de mim e o juiz perguntou como é que era, se ele queria vir para ao pé da mãe e ele disse "eu quero ir para a minha avó. (...) eu só chorei dentro do tribunal. Eu, como saí da casa, abandono do lar, como abandonei o lar e que eu não levei o filho. Diz o advogado do meu ex-marido (...) era uma vez de 15 em 15 dias [a visita] tinha uma vez e só lhe dava vestuário quando quisesse e livros escolares.” **(Adelaide Silva 16/12/16)**

É expectável que quando se relembra a clandestinidade todas estas memórias sejam novamente revividas e que as dores de então assomem durante as entrevistas. A dificuldade em falar sobre a experiência é, por vezes, uma consequência biográfica das mulheres que viveram a clandestinidade:

“Eu por acaso nunca fui capaz de dizer não a nada. E é das coisas que mais me custa. E a malta sabe. Custa-me por várias coisas. Mas não tenho a coragem de fazer isso. Tenho a obrigação de passar aos jovens. Eles já nos silenciam tanto. Esse é que é o problema”
(**Conceição Matos 10/4/17**)

Com a investigação levada a cabo por Fragoso Mendes e Monteiro Baptista, médicos psiquiatras, concluíram que os presos que sofreram tortura do sono desenvolveram perturbações psíquicas como perturbações de ordem orgânica e somática (paralisia agitante, tumores e síndromas de parte insónia) como aqueles que lhes foram introduzidas drogas por via oral também sofrem de perturbações mentais.²⁸⁹ É possível falar de stress pós-traumático no caso das entrevistadas. Esta condição é resultado de experiências traumáticas nas quais o indivíduo reage com medo intenso, horror ou desespero. Pode manifestar-se no seguimento imediato da exposição ao trauma e pode tanto pode durar como tornar-se permanente. Associa-se a esta condição um risco aumentado de depressão, suicídio, perturbação de pânico, ansiedade generalizada, alcoolismo e toxicodpendência, disfunções sexuais e doença com forte componente psicossomático (aparelho digestivo, cardiovascular, dermatológico, etc). Pode ainda conduzir ao aparecimento de uma perturbação da personalidade (CID-10-F.62).²⁹⁰ Esta situação é bastante clara por exemplo com Mariana, que decide retirar-se durante algum tempo do trabalho partidário mais intenso para poder recuperar-se.

Importa ainda referir que a 18 de Abril de 1977 foi promulgado um decreto-lei que atribuiu uma pensão por mérito excepcional demonstrado na defesa da liberdade e da democracia. Esta pensão agracia todos aqueles que lutaram pela democracia e pela liberdade, incluindo os respectivos familiares. Em última instância, como o próprio decreto-lei explícita, “uma forma de amor à liberdade que temos e à democracia que

²⁸⁹ Anta, M. (1976, July 31). O “passar da esponja” ou o crime recompensado. *Diário de Lisboa*, pp. 1–32.

²⁹⁰ Albuquerque, Afonso de et al. 2003. “Perturbação Pós-Traumática Do Stress (PTSD) Avaliação Da Taxa de Ocorrência Na População Adulta Portuguesa.” *Acta Médica* 16: 309–20.p.310-311.

somos”²⁹¹. Ao longo dos anos este decreto-lei sofreu bastantes alterações, que incidiram nomeadamente na forma de cálculo e no valor da pensão a atribuir, e na determinação da instituição responsável pela aprovação do pedido de pensão.²⁹²

Em 2003 sai a última alteração, que veio sistematizar num único as diferentes matérias que se encontravam dispersas por legislação avulsa. Estabelece-se então que, se os rendimentos do agregado familiar ou dos beneficiários forem “superiores ao dobro do salário mínimo nacional a parte que exceder esse limite será deduzida à quota-parte da pensão que lhes couber, não podendo, porém, o valor desta ser inferior à correspondente quota-parte do salário mínimo nacional”.²⁹³ Ficou estabelecido, que a iniciativa da atribuição da pensão deverá incorporar “a qualificação inequívoca e fundamentada do cidadão em causa como alguém que se distinguiu por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia”.²⁹⁴ Sobre os requisitos que era necessário ter para comprovar de facto que tinham estado presas é apontado no último decreto: “certidões, atestados e demais documentos que provem os factos justificativos da atribuição da pensão”. Maria Cabecinha aponta ainda que:

“Sei que o meu foi aceite por uma justificação qualquer. Não sei (...) foi de lá um papel qualquer que dizia: que eu fui a única mulher do conselho de Montemor que fui presa condenada a prisão maior, a medidas de segurança, a vigilância. (...). Certeza não tenho se há nos dois distritos de Beja e Portalegre se há alguém com essa pena e se tivesse esse subsídio. Não sei se há. Aqui no conselho de Montemor não houve uma mulher que fosse condenada com todos os pormenorzinhos (...) tinha que estar x tempo e tinha outros pormenores quaisquer que agora não me lembro. Mas não era só ir lá, estar 2 ou 3 meses e vir embora. Tinha que ser ouvida por não sei por quem tal, tal. Daqui não houve mais nenhuma que tivesse a pena que tive, que fosse pronto e então foi assim” (Maria Cabecinha 29/4/17)

No que toca as entrevistadas Maria Cabecinha e Conceição Matos não foi feito imediatamente o pedido desta pensão que saiu apenas em 2005 por despacho²⁹⁵. Maria Cabecinha aponta que este decreto-lei não foi bem acolhido inicialmente por alguns

²⁹¹ Decreto-Lei n.º 171/77 30 de Abril

²⁹² V. Decreto-lei 43/78 de 11 de Março; 31/81 de 28 de Fevereiro; 140/87 20 de Março; 215/87 de 29 de Maio; 266/88 28 de Julho; 189/2003 22 de Agosto

²⁹³ Decreto-Lei n.º 189/2003 22 de Agosto

²⁹⁴ Decreto-Lei n.º 189/2003

²⁹⁵ Diário da República Serie II, Suplemento 76, 19 de Abril de 2005

militantes comunistas que tiveram presos, inclusive o seu companheiro, que o viam como apenas “propaganda” e não como uma medida efectiva. Tanto Conceição Matos como Maria Cabecinha fizeram o pedido na mesma altura que muitos outros camaradas.

Conclusão

Esta investigação focou-se nos percursos de vida de sete mulheres comunistas que viveram a clandestinidade e o período da revolução. Desta forma, a nossa atenção não foi dada ao PCP ou aos próprios contextos históricos que conseqüentemente se tornaram paisagens nesta investigação, encarados como estruturas que influenciaram a vida destas mulheres. As nossas conclusões não têm como objectivo tipificar e generalizar o que “é a mulher da clandestinidade” ou o que é “a mulher do período de 1974-1975” mas antes compreender, a partir da vida quotidiana, as transformações que caracterizaram a transição de um momento histórico para o outro.

Neste sentido, para compreender estas duas dinâmicas, tivemos que partir da clandestinidade e compreender como é que a vida destas mulheres ficou marcada pelas tarefas políticas que lhes foram conferidas. Durante este período estas mulheres são marcadas por uma dualidade: enquanto agentes políticos com uma acção bastante concreta no seio do PCP, quebrando o estereótipo da mulher do Estado Novo; ao mesmo tempo, representando o papel de uma mulher, dona de casa, cuidadora da família de modo a camuflar o aparelho clandestino comunista. Desta forma, o espaço destas mulheres fica confinado à casa e às tarefas que a mesma requiere – cozinhar, limpar, tratar da roupa, cuidar dos filhos, etc. – como também as tarefas políticas que lhes eram entregues – passar textos a limpo, reunir informação para ajudar a melhorar a análise e acção política, aprofundar o estudo do conhecimento geral, bem como os textos marxistas-leninistas, etc.

Com a mudança de regime, a intensidade política envolve estas mulheres acabando por ditar um ritmo de vida e trabalho intenso, agora já com diferentes tarefas. A casa, que antes representava o ambiente de trabalho, é substituída pelo centro de trabalho, congressos ou reuniões. As funcionárias deixam de estar confinadas a um espaço físico circunscrito para ocuparem agora outras dimensões físicas do trabalho. Conseqüentemente, vêm-se confrontadas com outras dificuldades ou condicionalismos: como compaginar a vida do trabalho com a vida pessoal, ou seja, como lidar agora com as responsabilidades maternas num quadro distinto e exigente de participação militante no processo revolucionário?

Apesar das mudanças vividas por estas mulheres e das suas lutas, entre 1974-1975 as funções de progenitora continuam a ser entendidas como uma tarefa maioritariamente

feminina, como as entrevistadas confirmam. Poder-se-ia dizer - e sem desvalorizar as conquistas das mulheres com esta mudança política – que a possibilidade de mudança e de um novo entendimento em relação à mulher não foi totalmente cumprida; a possibilidade de questionar a “socialização do biológico” não foi concretizada na sua totalidade. Este papel marcou o quotidiano destas mulheres dificultando e, por certas vezes, anulando a possibilidade de terem uma participação mais intensa e regular na vida política. Esta dinâmica é clara quando as funcionárias, que não tinham a cargo os seus filhos nesse momento, não apontam esta questão como condicionante na administração do ritmo e dos horários de trabalho.

No mesmo caminho, a continuidade de práticas e discursos sexistas por parte dos militantes no PCP dificultou a participação destas mulheres apesar da análise crítica presente nas comunicações do partido sobre a questão.

Concluimos que os dois ambientes políticos que envolveram a vida destas mulheres contribuíram para práticas diferentes quando falamos da sua acção política no seio do PCP; e que claro que a transição revolucionária não parece ter alterado a perspectiva e o papel de fundo da mulher na estrutura partidária, mantendo-se ainda as representações patriarcais associados à mulher e à maternidade.

Por outro lado, outra dimensão que importa referir é a adaptabilidade destas mulheres na passagem de um regime fascista para um regime democrático. O trauma e a dificuldade de socializar (e mais ainda para pessoas fora do PCP) ditaram a imagem que as mesmas têm delas próprias. Claro que nem todas partilharam os mesmos sintomas, mas todas tiveram que lidar com a vivência na clandestinidade e, outras, com a experiência da prisão e tortura.

Apesar das problematizações possíveis, muitas dinâmicas e conteúdos ficaram por aprofundar. Importa referir que não foi possível destacar analiticamente as concepções que estas mulheres têm a cerca da emancipação da mulher do ponto de vista da classe. Seria também importante num trabalho futuro, compreender a história dos discursos do PCP e das suas práticas políticas relativamente à condição feminina. No fundo, uma perspectiva comparativa dos vários tempos que marcaram o partido nesta matéria. E, conseqüentemente, interligá-la com um âmbito mais alargado das histórias de outros partidos comunistas.

Por outro lado, interessaria ainda analisar de que forma a experiência da clandestinidade durante o fascismo marca o PCP na relação com os seus militantes, em particular na transmissão da memória do partido, de apresentação de uma narrativa histórica enquanto contributo para a construção de uma cultura identitária contemporânea.

Como nota final, gostaríamos de sublinhar a centralidade destas e tantas outras mulheres na sobrevivência do PCP durante o fascismo e na sua acção durante o processo revolucionário e contestar, pelos testemunhos orais das interlocutoras apresentados ao longo deste trabalho, as representações fantasiosas da luta política como arena quase exclusivamente masculina.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, Domingos. 2006. “O Ideal Comunista E a Luta Emancipadora Das Mulheres.” *O Militante*.
- Albuquerque, Afonso de et al. 2003. “Perturbação Pós-Traumática Do Stress (PTSD) Avaliação Da Taxa de Ocorrência Na População Adulta Portuguesa.” *Acta Médica* 16: 309–20.
- Almeida, Miguel Vale de. 2002. ““Citizenship and Anthropology: Perplexities of a Hybrid Social Agent.”” *Plenary Session “The Challenges of Engagement.”* Copenhagen.
- . 2000. *Senhores de Si-Uma Interpertação Antropológica Da Masculinidade*. Fim de Século.
- Almeida, Vanessa. 2015. “Vozes Femininas Da Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Amâncio, Lígia. 2010. *Masculino E Feminino - a Construção Social Da Diferença*. 3ª. Edições Afrontamento.
- Atkison, Paul; Delamont, Sara; Housley, William. 2008. “Narratives and Other Stories.” In *Contours of Culture. Complex Ethnography and Ethnography of Complexity*, 89–116. EUA: Altamira Press.
- Barradas, Ana. 2004. *As Clandestinas*. Ela por Ela.
- Blanco, Claudia Cabrero. n.d. “Espacios Femeninos de Lucha: ‘rebeldías Cotidianas’ y Otras Formas de Resistencia de Las Mujeres Durante El Primer Franquismo (Asturias, 1937-1952),” 31–45.
- Bloch, Maurice E. F. 1998. *How We Think That They Think*. Westview Press.
- Bourdieu, Pierre. 1996a. “A Ilusão Biográfica.” In *Usos E Abusos Da História Oral*. Fundação Getúlio Varga.
- . 1996. “On the Family as a Realized Category.” *Theory, Culture & Society* 13 (3): 19–26.
- . 2013. *Dominação Masculina*. Relógio D’Água.
- Brasão, Inês Paulo. 1999. *Dons E Disciplinas Do Corpo Feminino: Os Discursos Sobre O Corpo Na História Do Estado Novo*. Organização Não Governamental do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Brenner, Ana Karina. 2011. “Militância de Jovens Em Partidos Políticos: Um Estudo de Caso Com Universitários.” Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Brown, Judith K. 1970. “A Note on the Division of Labour by Sex.” *American Anthropologist - Brief Communications* 72: 1073–78.

- Burgess, Robert. 1984. "Interviews as Conversations." In *In the Field*, edited by Robert Burgess. George Allen & Unwin.
- Cardina, Miguel. 2011. "Usos Políticos Da Memória: Caminhos E Potencialidades." In *Usos Da Memória E Práticas Do Património*, edited by Paula Godinho. Edições Colibri.
- Cerezales, Diego Palacios. 2011. *Portugal À Coronhada*. Lisboa: Tinta da China.
- Organização das Mulheres Comunistas. 2007. *Clara Zetkin E a Luta Das Mulheres*. Avante!
- Cova, Anne & António Costa Pinto. 2002. "Women under Salazar's Dictatorship." *Portuguese Journal of Social Science* 1 (2): 129–46.
- Cruzeiro, Maria Manuela. 2011a. "'Revolução' e Revisionismo Em Portugal Nos Primórdios Do Século XX." In *Portugal 1974*, edited by Rui Cunha Martins. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cunhal, Álvaro. 1985. *O Partido Com Paredes de Vidro*. Edições Avante!
- . 1997. *O Aborto - Causas E Soluções*. Campo das Letras.
- . 2008. *Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal Tomo II*. Avante!
- D'arthays, Beatrice. 1976. *As Mulheres Portuguesas E O 25 de Abril*. Porto: Afrontamento.
- Denzin, Norman K., Yvonna S. Lincoln. 2005. *Narrative Inquiry: Multiple Lenses, Approaches, Voices*. Sage Publications.
- Engels, Friedrich. n.d. *A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado*. Editorial Presença.
- Ethuin, Nathalie. 2006. "Formation Des Militants et Identité Communiste." *Nouvelles Fondations* 2 (2): 49–57.
- Fentress, James & Chris Wickham. 1992. "Class and Group Memories in Western Societies." In *Social Memory*. Blackwell Publishers.
- Ferreira, Sónia. 2010. *A Fábrica E a Rua - Resistência Operária Em Almada*. Lisboa: 100luz.
- . 2012. "'Memória, Identidade E Género No Seio de Uma Comunidade Operária.'" In *Usos Da Memória E Práticas Do Património*, 119–32. Lisboa: Colibri.
- Ferro, António. 1933. *Salazar O Homem E a Sua Obra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Filho, Mozart Lacerda. 2011. "A Experiência Da Clandestinidade Política: Relatos Oraís de Ex-Militantes de Esquerda Durante Da Ditadura Militar (1964-1979)." Universidade Estadual Paulista Kúlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

- Garcia, Marco Eurélio. 1997. "O Gênero Da Militância." *Cadernos pagu* 8: 319–42.
- Godinho, Paula. 2001. *Memórias Da Resistência Rural No Sul*. Lisboa: Celta Editora.
- Goffman, Erving. 1961. *Manicômios, Prisões E Conventos*. Editora Perspectiva.
- Green, Anna. 2004. "Individual Rememebring and Collective Memory Theroretical Presuppotions and Contemporary Debates." *Oral History* 32 (2): 35–44.
- Guimarães, Elina. 1986. "A Mulher Portuguesa Na Legislação Civil." *Análise Social* 22 (3): 557–77.
- Halbwachs, Maurice. 1980. *The Collective Memory*. Nee York: Harper & Row Colophon Books.
- Huges, Nancy Scheper. 1995. "The Primacy of the Ethical: Proposition for a Militant Anthropology." *Current Anthropology* 36 (3): 409–40.
- Kaplan, Temma. 1982. "Female Conscioueness and Collective Action: The Case of Barcelona, 1910-1918." *Feminist Theory* 7 (3): 545–66.
- Koerich, Josiély. 2014. "Mulheres Militantes Na Ditadura Militar Brasileira: Um Olhar Sobre a Maternidade Na Clandestinidade." *Santa Catarina Em História* 8 n.1: 86–104.
- Kristeva, Julia. 2004. "'Is There a Feminis Genius?'" *Critical Inquiry* 30 (3): 493–504.
- Krolokke, C & Anne Scott Sorensen. 2006. "'Three Waves of Feminism: From Suffragetes to Grrls.'" In *Gender Communication Theories & Analyses: From Silence to Performance*, 1–25.
- Lénine. 1975. "Que Fazer?" In *Partido Proletário de Novo Tipo*. Avante!
- Lisi, Marco. 2007. "O PCP E O Processo de Mobilização Entre 1974 E 1976." *Análise Social XLII*: 181–205.
- Maccormack, Carol P &, and Marilyn Strathern. 1980. "Nature, Culture and Gender."
- Madeira, João. 2013. *História Do PCP*. Tinta da China.
- Manuel, Alexandre et al. 1974. *PIDE-História Da Repressão*. Jornal do Fundão, Editora.
- Mattoso, José. 2011. *História Da Vida Privada Em Portugal. Os Nossos Dias*. Temas e Debates.
- McAdam, Doug & Ronnelle Paulsen. 1993. "Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism." *American Journal of Socioloy* 99 (3): 640–67.
- Mead, Margaret. 2001. *Sex & Temperament in Three Primitve Societies*. Perennial.
- Mead, Margareth. 1970. *O Homem E a Mulher*. Editora Meridiano.
- Melo, Demian Bezerra de. 2014. *A Miséria Da Historiografia: Uma Crítica Ao Revisionismo Contemporâneo*. Consequência.

- Melo, Rosa Nery Nobre de. 1975. *Mulheres Portuguesas Na Resistência*. Seara Nova.
- Mies, Maria. 2012. *The Lace Makers of Narsapur*. Spinifex Press.
- Moore, Henrietta. 1988. *Feminism and Anthropology*. University of Minnesota Press.
- Neves, Helena. n.d. *Apontamentos Para a História Do MDM - Retomar Os Gestos*. MDM.
- Neves, José. 2008. *Comunismo E Nacionalismo Em Portugal*. Tinta da China.
- Nogueira, Cristina. 2009. “De Militantes a Clandestinos: Práticas E Processos de Formação Na Clandestinidade Comunista (1940-1974).” Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- . 2011. *Vidas Na Clandestinidade*. Edições Avante!
- . 2015. “Resgatar a Memória: Os Jornais 3 Páginas Para as Camaradas Das Casas Do Partido E A Voz Das Camarada Das Casas Do Partido.” In *Ditadura E Revolução - Democracia E Políticas Da Memória*, edited by Manuel et al Loff. Almedina.
- Oberti, Alejandra. 2010. “Que Hací El Género a La Memoria?” In *Genéro, Feminismo E Ditaduras Do Cone Sul*. Editora Mulheres.
- Ortner, Sherry B. 1974. “Is Female to Male as Nature Is to Culture?” *Woman, Culture, and Society*, 68–87. doi:10.2307/3177638.
- Passerini, Luisa. 1987. *Fascism in Popular Memory*. Cambridge University Press.
- Pereira, José Pacheco. 1981. “Contribuição Para a História Do Partido Comunista Português Na I República (1921-26).” *Análise Social* XVII: 695–713.
- . 1993. *A Sombra - Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista*. Lisboa: Gradiva.
- . 1999. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política vol.1*. Temas e Debates.
- . 2001. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.2*. Temas e Debates.
- . 2005. *Álvaro Cunhal Uma Biografia Política Vol.3*. Temas e Debates.
- . 2015. *Álvaro Cunhak Uma Biografia Política Vol.4*. Temas e Debates.
- Pimentel, Irene. 1996. “Contributos Para a História Das Mulheres No Estado Novo - as Organizações Femininas Do Estado Novo.” Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- . 2007a. *A História Da PIDE*. Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene et al. 2007b. *As Vitimas de Salazar*. Esfera dos Livros.
- Pollack, Michael. 1989. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” *Estudos Históricos* 2 (3): 3–15.
- . 1992. “Memória E Identidade Social.” *Estudos Históricos* 5 (10): 200–212.

- Portelli, Alessandro. 2013. *A Morte de Luigi Trastulli E Outros Ensaio*. UniPop.
- Pozzi, Pablo. 2016. “Sobre Entrevistar Militantes Y Activistas.” *Historia, Voces Y Memoria* 9: 5–10.
- Ridenti, Marcelo. 1990. “As Mulheres Na Política Brasileira: Os Anos de Chumbo.” *Tempo Social*.
- Rodrigues, Aurora. 2011. *Gente Comum Uma História Na PIDE*. 100luz.
- Rodrigues, Juleita de Almeida. 1983. “Continuidade E Mudança Nos Papéis Das Mulheres Urbanas Portuguesas: Emergência de Novas Estruturas Familiares.” *Análise Social* XIX: 909–38.
- Rosas, Fernando. 2012. *Salazar E O Poder*. Tinta da China.
- Rosas, Fernando & J.M. Brandão. 1996. *Dicionário de História Do Estado Novo Vol.II*. Bertrand Editora.
- Sacks, Karen. 2016. “Engels Revisited: Women, the Organization of Production, and Private Property.” *Bulletin of Science, Technology & Society* 3 (4). Montly Review Press: 385–401.
- Santos, Maria de Lourdes Lima et al. n.d. “As Lutas Sociais Nas Empresas E a Revolução Do 25 de Abril: Da Reivindicação Económica Ao Movimento Político - 1.ª Fase.” *Análise Social*.
- Santos, Musa. 2014. “Militância Clandestina E Relações de Gênero.” *Santa Catarina Em História* 8 n.1 (71–85).
- Schensul, J. & M. Lecompte. 1999. “Etnographer’s Toolkit.” In *Vol.2 Essential Ethnographic Methods: Observation, Interviews, and Questionnaire*, edited by Stepehn L. et al Schensul. Altamira Press.
- Scott, Joan W. 1986. “Gender : A Useful Category of Historical Analysis Author” 91 (5): 1053–75.
- Silva, João Céu e. 2006. *Alvaro Cunhal E as Mulheres Que Tomaram Partido*. Edited by ASA.
- Silva, Tiago Matos. 2002. *Pais de Abril, Filhos de Novembro*. Dinossauro.
- Suárez, Miguel Ángel Pérez. 2008. “Contra a Exploração Capitalista - Comissões de Trabalhadores E Luta Operária Na Revolução Portuguesa (1974-1975).” Faculdade de Ciências Sociais e Humandas da Unviersidade Nova de Lisboa.
- Tavares, Manuela. 2000. *Movimento de Mulheres Em Portugal-Décadas de 70 E 80*. Livros Horizonte.
- . 2011. *Feminismos - Percursos E Desafios (1947-2007)*. Texto Editores.
- Tengarrinha, Margarida. 2004. *Quadros Da Memória*. Avante!
- Tiago, Miguel. 1980. *Até Amanha, Camaradas*. Avante!

- Tilly, Louise A. 1978. "The Family and Change." *Theory and Society* 5: 421–34.
- Tomizaki, Kimi. 2009. "Da Militância Ao Estudo Do Militantismo: A Trajetória de Um Politólogo." *Pro-Posições* 20 (2): 129–38.
- Traverso, Enzo. 2012. *O Passado, Modo de Usar*. Lisboa: UniPop.
- Ventura, António. 2000. "O Marxismo Em Portugal No Século XX." In *História Do Pensamento Filosófico Português Vol.V Tomo 2*, edited by Pedro Calafate. Caminho.
- Ventura, Cândida. 1984. *O «Socialismo» Que Eu Vivi*. o jornal.
- Viterna, Jocelyn S. 2006. "Pulled, Pushed and Persuaded: Explaining Women's Mobilization into the Salvadoran Guerrilla Army." *AJS* 112 (1): 1–45.
- Walby, Sylvia. 1989. "Theorising Patriarchy." *Sociology* 23 No 2: 213–34.
- West, Candace & Don H. Zimmerman. 1987. "Doing Gender." *Gender & Society* 1 (2): 125–51.
- Zaretsky, Eli. 1976. *O Capitalismo, a Família E a Vida Privada*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Artigos de Jornais

Almeida, São José “Cilinha, a criança que se fez mulher na clandestinidade”, Público, 23 de Outubro de 2015

Marques, Susana Moreira “Maria Lourenço Cabecinha Posso continuar?”, Público, 17 de Agosto de 2013

Reis, António “ De Deolinda a Domicília, da clandestinidade ao parlamento” Observador, 17 de Outubro de 2015

Ribeiro, Anabela Mota “Resistir, lutar, talvez sonhar”, Público, 6 de Abril de 2014

Anta, Manuel. “O ‘passar Da Esponja’ ou O Crime Recompensado.” *Diário de Lisboa*, 31 de Julho de 1976.

Fontes Orais

Entrevista com Mariana Rafael (Novembro e Dezembro de 2016; Março de 2017)

Entrevista a Adelaide Silva (Novembro e Dezembro de 2016; Março de 2017)

Entrevista a Conceição Matos (Janeiro, Maio de 2017)

Entrevista a Maria Cabecinha (Março, Maio de 2017)

Entrevista a Domicilia Costa (Março de 2017)

Entrevista a Faustina Barradas (Março de 2015; Março, Maio de 2017)

Entrevista a Evelina Diogo (Maio de 2017)

Entrevista a Adriano Morais (Março de 2017)

Entrevista a Domingos Abrantes (Junho de 2017)

Fontes Documentais:

Avante!

O Militante

A Voz das Camaradas

Processos e fichas da PIDE

Fonte Audiovisual:

Armas e o Povo. Direcção: Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica
Instituto Português de Cinema, 1974 (81').